

Universidade Federal do Oeste do Pará



Aditamento do PDI 2012-2016





UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

**ADITAMENTO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DA UFOPA (2012-2016)**

Santarém - PA/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitora

Raimunda Nonato Monteiro

Vice-Reitor

Anselmo Alencar Colares

Chefe de Gabinete

Izaura Cristina Nunes Pereira

Pró-Reitora de Administração

Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor da Comunidade, Cultura e Extensão

Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maria de Fátima de Sousa Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Milton Renato da Silva Melo

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Raimundo Valdomiro de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Sérgio de Melo

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Diretora do Centro de Formação Interdisciplinar

Delaine Sampaio da Silva

Diretora do Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Edilan de Sant' Ana Quaresma

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Keid Nolan Silva Sousa

Diretor do Instituto de Engenharia e Geociências

Manoel Roberval Pimentel Santos

Diretor do Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Coordenação e Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Diretor de Avaliação e Informações Institucionais

Edson Akira Asano

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional

Alice Fernandes de França

Equipe Técnica

Ananda Sousa dos Santos

Gisele da Silva Lopes dos Santos

Kelly Belentani Gonçalves

Lílian Aquino Oliveira

Colaboração

Ediclei dos Santos Oliveira

Elaine de Sousa Silva

Estefany Mileo de Couto

José Leandro da Silva Correa

Raianne Cristina Mourão Carlos

Raimundo Solano Lira Pereira

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Aproveitamento de Estudos
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIT	Agência de Inovação Tecnológica
Arni	Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVI	Audio Video Interleave
Basa	Banco da Amazônia
BIS	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
Bolei	Bolsas de Língua Estrangeira
BSC	Balanced Scorecard
Cadieg	Comissão de Avaliação de Desempenho Institucional de Ensino de Graduação
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Coordenação de Administração Superior
CDD	Coordenação de Desempenho e Desenvolvimento
CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
CGI	Common Gateway Interface
CGPGLS	Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Consad	Conselho Superior de Administração
Consecom	Conselho Comunitário
Consepe	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consun	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPS	Comissão Permanente de Processos Seletivos
Ctic	Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCR	Programa de Bolsas de Desenvolvimento Científico Regional
DCS	Diretoria de Compras e Serviços

DEG/CPE	Diretoria de Ensino/Coordenação de Projetos Educacionais
DGDP	Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Diavi	Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais
Dinter	Doutorado Interinstitucional
Diplan	Diretoria de Planejamento
DMA	Diretoria de Meio Ambiente
DOU	Diário Oficial da União
DPI	Divisão de Processamento de Imagens
DRA	Diretoria de Registro Acadêmico
EAD	Educação a Distância
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudante
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
e-SIC	Sistema eletrônico fornecido pela CGU
FI1	Formação Interdisciplinar 1
FI2	Formação Interdisciplinar 2
Fapespa	Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
Fcap	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FGG	Formação Graduada Geral
FGP	Formação Graduada Profissional
FNPQ	Fundação do Prêmio Nacional de Qualidade
GeoGebra	Aglutinação das palavras Geometria e Álgebra GUI3
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos
GGIDRS	Grupo de Gestão Integrada e Desenvolvimento Regional Sustentável
Gimp	General Image Manipulation Program
GPEEPI	Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos
GPL	General Public License
GT	Grupo de Trabalho
GUI	Graphical User Interface
Ibef	Instituto de Biodiversidade e Florestas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iced	Instituto de Ciências da Educação
ICS	Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IDA	Índice de Desempenho Acadêmico

IDE	Integrated Development Environment (Ambiente de Desenvolvimento Integrado)
Ideflor	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IEG	Instituto de Engenharias e Geociências
IES	Instituição de Ensino Superior
Ifes	Instituição Federal de Ensino Superior
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQCTA	Índice de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo
ISBN	International Standard Book Number
Isco	Instituto de Saúde Coletiva
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LTM	Laboratório de Tecnologia da Madeira
Matlab	Matrix Laboratory (Ambiente de computação numérica matricial)
MCTI	Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério de Educação
Mpog	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR	Norma Brasileira aprovada pela ABNT
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
ONU	Organização das Nações Unidas
Parfor	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PET	Programa de Educação Tutorial
PGE	Plano de Gestão de Espaços
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PJTC	Programa Jovens Talentos para a Ciência
PL	Projeto de Lei
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMA	Programa de Monitoria Acadêmica
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNEE	Portador de Necessidades Educacionais Especiais
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP/PA	Ponto de Presença da RNP no Pará
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
Proad	Pró-Reitoria de Administração
Procce	Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão
Proen	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Progep	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Proges	Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
Proplan	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Proppit	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PSE	Processo Seletivo Especial
PSR	Processo Seletivo Regular
PVNS	Programa Bolsas Professor Visitante Nacional Sênior
RFID	Radio Frequency Identification (Identificação por radiofrequência)
RG	Regimento Geral
RH	Recursos Humanos
RNP	Rede Nacional de Pesquisas
RU	Restaurante Universitário
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Seduct	Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Sepaq	Secretaria de Pesca e Aquicultura
Sesu/MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
SGBDs	Sistema Gerenciador de Bancos de Dados
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Sibi	Sistema Integrado de Bibliotecas
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIG	Sistema de Informações Gerenciais

Sigaa	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Sigadmin	Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação
Sigrh	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sinfra	Superintendência de Infraestrutura
Sipac	Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Tecnologia de Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Uniam	Universidade Federal da Integração Amazônica
URE	Unidade Regional de Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos municípios da área de abrangência da Ufopa.....	21
Tabela 2 – Docentes por Regime de Trabalho.	96
Tabela 3 – IQCD - Índice de Qualificação Docente	97
Tabela 4 – Expansão do quadro docente.....	98
Tabela 5 – Técnicos administrativos em educação.	98
Tabela 6 – Técnico-administrativos por regime de trabalho.	100
Tabela 7 – Técnico-administrativos em educação por níveis de classificação.....	100
Tabela 8 – Quantidade de Auxílios do Programa Permanência.	118
Tabela 9 – Quantidade de Auxílios-Moradia do Programa Permanência.....	119
Tabela 10 – Quantidade de Bolsistas do Programa Permanência.	119
Tabela 11 – Quantidade de Bolsas do Programa Permanência Especial.	120
Tabela 12 – Quantidade de Auxílios de Língua Inglesa.....	120
Tabela 13 – Porcentagem (%) índice de participantes em modalidades esportivas.	121
Tabela 14 – Estrutura física da Ufopa (Parte 1).....	128
Tabela 15 – Estrutura física da Ufopa (Parte 2).....	129
Tabela 16 – Estrutura física da Ufopa (Parte 3).....	129
Tabela 17 – Total de áreas da estrutura física da Ufopa em 2015.	130
Tabela 18 – Estrutura física da Ufopa (Parte 4).....	130
Tabela 19 – Espaço físico e estrutura – Bibliotecas.	136
Tabela 20 – Quadro de pessoal técnico-administrativo do Sibi/Ufopa (número atual e previsão).	137
Tabela 21 – Planos e projeto do Sibi/Ufopa.	139
Tabela 22 – Acervo do Sibi/Ufopa (número atual e evolução prevista).	141
Tabela 23 – Acervo Geral do Sibi/Ufopa - (2014).	141
Tabela 24 – Total de acervo por área de conhecimento.....	142
Tabela 25 – Quantitativo de alunos com necessidade especial por instituto.....	144
Tabela 26 – Previsão Orçamentária (em R\$) - Período: 2010-2016	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.....	33
Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.....	33
Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	34
Quadro 4 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Sociedade”...	37
Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Processos”...	39
Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	42
Quadro 7 – Evolução dos indicadores – (2012/2016).....	46
Quadro 8 – Projetos estratégicos – Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa.....	50
Quadro 9 – Cursos presenciais da Ufopa – 2015.....	71
Quadro 10 – Cronograma de implantação dos cursos da Ufopa – Graduação.....	86
Quadro 11 – Cronograma de implantação dos cursos da Ufopa – Pós-Graduação.....	87
Quadro 12 – Cursos não previstos que foram implantados.....	88
Quadro 13 – Cronograma de implantação de cursos fora de sede.....	89
Quadro 14 – Ações desenvolvidas pela DMA.....	106
Quadro 15 – Principais demandas de infraestrutura da Ufopa e seus percentuais de execução.....	132
Quadro 16 – Previsão de biblioteca por <i>campi</i>	136
Quadro 17 – Iniciativas de infraestrutura – previsão de implantação.....	150
Quadro 18 – Ciclos do Sinaes.....	155
Quadro 19 – Cronograma de Avaliação de Disciplinas (CPA).....	155
Quadro 20 – Cronograma de avaliação das demais dimensões do Sinaes (CPA).....	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de atuação da Ufopa.	22
Figura 2 – Evolução do número de alunos matriculados no Parfor.	24
Figura 3 – Mapa Estratégico da Ufopa – 2012-2016.	32
Figura 4 – Estrutura organizacional da Progep.	93
Figura 5 – Mapa estratégico de gestão de pessoas	93
Figura 6 – Conceito de Competências	101
Figura 7 – Passos para a consolidação do modelo de gestão por competências.	102
Figura 8 – Estrutura Organizacional da Ufopa (Organograma).	108
Figura 9 – Estrutura básica dos institutos.	112
Figura 10 – Organograma da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges).	116
Figura 11 – Conexão de internet entre a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós.	148
Figura 12 – Conexão atual de Internet entre as unidades da Ufopa	149

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	17
1.1. HISTÓRICO DA UFOPA	17
1.2. INSERÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL	21
1.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	25
2. AGENDA ESTRATÉGICA.....	27
2.1. A ESTRATÉGIA DA UFOPA.....	27
2.2. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA UFOPA.....	29
2.3. PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA UFOPA.....	30
2.4. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UFOPA	33
2.4.1. Indicadores Estratégicos da Ufopa	35
2.4.2. Metas e Projetos da Ufopa.....	46
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	50
3.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS	50
3.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	52
3.2.1. Política de Ensino.....	52
3.2.2. Política de Inclusão	55
3.2.3. Política de Pesquisa	59
3.2.4. Política de Extensão.....	61
3.2.5. Política Cultural	64
3.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA-PEDAGÓGICA	66
3.3.1. Forma de Acesso À Instituição.....	67
3.3.2. Percurso Acadêmico	69
3.3.3. Perfil do Egresso	70
3.3.4. Cursos de Graduação Ofertados em 2015	71
3.3.5. Monitoria e Tutoria.....	72
3.3.6. Atividades Complementares	75
3.3.7. Trabalho de Conclusão de Curso.....	76
3.3.8. Avaliação do Ensino e Aprendizagem.....	76
3.3.9. Acompanhamento dos Egressos	77
3.4. INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS.....	78
3.4.1. Flexibilidade dos Componentes Curriculares.....	78
3.4.2. Integralização do Curso.....	79
3.4.3. Projetos Integradores	79
3.4.4. Aprendizagem Baseada em Problemas.....	80
3.4.5. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem	80
3.4.6. Aproveitamento de Estudos	81
3.4.7. Incorporação de Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional	82
4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA).....	86

5.	POLÍTICAS DE GESTÃO.....	90
5.1.	GESTÃO INSTITUCIONAL	90
5.2.	POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	92
5.2.1.	Estrutura Organizacional da Progep/Ufopa.....	93
5.2.2.	Mapa Estratégico de Gestão de Pessoas da Ufopa.....	93
5.2.3.	Plano de Gestão Estratégica de Pessoal da Ufopa	94
5.2.4.	Corpo Docente: Plano de Carreira, Regime de Trabalho e Política de Qualificação....	95
5.2.5.	Plano de Carreira e Desenvolvimento Profissional Docente.....	96
5.2.6.	Regime de Trabalho Docente.....	96
5.2.7.	Política de Qualificação Docente.....	97
5.2.8.	Plano de Expansão do Corpo Docente	98
5.2.9.	Corpo Técnico-Administrativo em Educação: Plano de Carreira, Regime de Trabalho, Expansão do Quadro Técnico-Administrativo	98
5.2.10.	Plano de Carreira e Desenvolvimento Profissional dos Técnico-Administrativo em Educação	99
5.2.11.	Regime de Trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação.....	99
5.2.12.	Expansão do Quadro Técnico-Administrativo	100
5.2.13.	Gestão por Competência.....	100
5.3.	SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO	103
5.4.	COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO DOCENTE .	103
5.5.	COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO.....	104
5.6.	GESTÃO AMBIENTAL	106
5.6.1.	Diretoria de Meio Ambiente	106
6.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES.....	108
6.1.	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	108
6.2.	UNIDADES ACADÊMICAS	111
7.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	115
7.1.	ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIOPEDAGÓGICA	116
7.2.	INCLUSÃO SOCIAL	118
7.3.	ESPORTE E LAZER.....	120
7.4.	DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL.....	121
8.	COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	123
8.1.	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	123
8.2.	COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA.....	125
8.3.	COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA	126
9.	INFRAESTRUTURA.....	128
9.1.	INFORMAÇÕES GERAIS	128
9.2.	SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS - SIBI.....	135
9.2.1.	Espaço Físico	136
9.2.2.	Horário de Funcionamento	137
9.2.3.	Pessoal Técnico-Administrativo.....	137

9.2.4.	Serviços e Produtos	138
9.2.5.	Planos e Projetos	139
9.2.6.	Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo	139
9.2.7.	Acervo por área do Conhecimento.....	142
9.3.	PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (DECRETO Nº 5.296/2004 E DECRETO Nº 5.773/2006).....	142
9.3.1.	Acessibilidade Arquitetônica	142
9.3.2.	Atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais	143
9.3.3.	Acessibilidade Arquitetônica	143
9.4.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	147
9.4.1.	Sistemas SIG-Ufopa.....	150
10.	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	152
10.1.	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E COLETA DE DADOS	156
10.2.	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDI.....	157
10.3.	FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	158
11.	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	159

Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um importante documento que identifica a Instituição de Ensino Superior, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

A Ufopa, criada por desmembramento do Campus da UFPA e da Ufra/Polo Tapajós em 6 de novembro de 2012, por meio da Lei nº 12.085/2009, elaborou seu PDI 2012-2016 no período em que a Universidade estava em processo de implantação. Desse modo, algumas metas e ações estimadas precisariam ser reajustadas para atender à atual conjuntura da Instituição.

Em 2014, a instituição realizou uma revisão do seu planejamento estratégico, que gerou para o PDI aditamentos no quadro de metas e indicadores, reajustando para a atual realidade da Universidade.

Dentro desse contexto, apresentamos o aditamento ao PDI 2012-2016, elaborado de forma participativa e em conformidade com as exigências legais do que determina o art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, para proporcionar uma melhor visão da realidade institucional e determinação de metas e objetivos que visem à consolidação dessa etapa. As adequações realizadas foram necessárias para melhorar o planejamento das atividades da Universidade para o período proposto.

O processo para o aditamento ocorreu por meio de reuniões com os setores acadêmicos e administrativos da Instituição, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), com base na análise da agenda estratégica do PDI, o que permitiu comparar o que havia sido traçado em 2012 com os resultados já obtidos, bem como verificar o que não era viável para a Ufopa e o que ainda precisava acrescentar ao documento, adequando-o ao modelo de gestão atual.

O aditamento permitirá um acompanhamento mais efetivo das metas traçadas, uma vez que os ajustes necessários foram realizados, o que permitirá à Ufopa buscar o cumprimento de sua missão, que é de “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. HISTÓRICO DA UFOPA

Os primeiros movimentos para a criação de cursos de nível superior em Santarém ocorreram desde a segunda metade da década de 1960 do século passado, mas foi no período de 1971 a 1973 que a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio de seu Núcleo de Educação, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970 – Consep/UFPA), ofertou cursos de Licenciatura de curta duração para professores da rede básica de ensino, utilizando as instalações do então Colégio Estadual Professor Álvaro Adolfo da Silveira.

Novas turmas de Licenciatura de curta duração e turmas de complementação de estudos para os professores que iniciaram seus estudos anteriormente foram realizadas no período de 1981 a 1983. Um convênio firmado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia em 1983. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde funcionou seu Campus até a criação da Ufopa.

Em 1986, a UFPA implementou o Projeto de Interiorização, tendo como eixos: (I) a formação e a capacitação de professores de 1º e 2º graus; (II) o resgate e a preservação do patrimônio artístico e cultural; e (III) a realização de pesquisas aplicadas à região. A perspectiva era transformar os *campi* criados em universidades.

Em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para a criação posterior da Universidade Federal do Tapajós.

A transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), em 2002, possibilitou a implantação da Unidade Descentralizada em Santarém (Ufra/Polo Tapajós) e a oferta da primeira turma do curso de Engenharia Florestal em Santarém (2003).

Além das ações realizadas na região, diversos Projetos de lei foram apresentados por parlamentares paraenses na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, visando à criação de uma universidade federal com sede em Santarém.

Na solenidade comemorativa dos 50 anos da UFPA, realizada no Teatro da Paz, em Belém, Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo

entregou ao então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, o Projeto de Criação e Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, os então Ministros de Estado da Educação, Fernando Haddad; e do Planejamento Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo da Silva, encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao então Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei (PL nº 2.879/2008), que propunha a criação da Ufopa, fosse enviado ao Congresso Nacional.

O MEC instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, por meio da Portaria nº 410/2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender aos objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2.879/2008. Posteriormente, o Ministro de Estado da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Professor Doutor José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008. Nessa mesma data, foi instituído o Conselho Consultivo, integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador), Secretaria de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia (SEDECT), Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (Fapespa), Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Secretaria de Pesca e Aquicultura (Sepaq), SIDS e Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor), a Sudam, Banco da Amazônia (Basa), UFPA, Ufra e Prefeitura Municipal de Santarém. Essa Comissão promoveu ampla discussão com a comunidade acadêmica local, regional e nacional, dentre as quais destacamos os seminários realizados em Santarém nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados, respectivamente, “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: polo de conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desses seminários reitores e dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do País, dirigentes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, servidores técnico-administrativos e discentes.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam),

entregue ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em junho de 2009, em Belém, Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.

A Ufopa, criada por desmembramento do Campus da UFPA e da Unidade Descentralizada da Ufra/Polo Tapajós, por meio da Lei nº 12.085/2009, sancionada pelo Presidente da República em exercício, José Gomes Alencar da Silva, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2009, é uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao MEC, com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A primeira Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes), localizada no interior da Amazônia brasileira, é uma universidade *multicampi*, com sede na cidade de Santarém e *campi* nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém existem a Unidade Rondon (antigo Campus da UFPA), a Unidade Tapajós e a Unidade Amazônia, além de utilizar outros espaços externos para atendimento das necessidades administrativas e acadêmicas da instituição, até a construção de novos prédios.

Em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da UFPA, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa, composto de representações governamentais e organizações não governamentais, com a finalidade de manter canal de comunicação com a sociedade.

Em abril de 2010, a Reitoria encaminhou ao MEC exposição de motivos e versão preliminar da proposta de Estatuto da Ufopa e designou Comissão de Elaboração deste, com a finalidade de promover ampla discussão da proposta na comunidade acadêmica, para posteriormente ser submetida e aprovada pelo Conselho Universitário *pro tempore* e encaminhada ao MEC para aprovação pelas instâncias competentes. O Estatuto foi aprovado pela Portaria nº 400, de 15 de agosto de 2013, pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Existem atualmente na Ufopa 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro) licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Além disso, encontram-se ainda em

andamento os cursos de Biologia, Matemática, Sistemas de Informação, Direito, Geografia, Pedagogia e Letras, todos eles oriundos da UFPA, e o curso de Engenharia Florestal, oriundo da Ufra. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado via Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Estão também em funcionamento na Ufopa 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) cursos de especialização e 2 (dois) doutorados.

Entre outras ações importantes para o desenvolvimento regional, desde 2010, a Ufopa aderiu ao Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), ofertando cursos de Licenciaturas em Santarém e nos municípios onde serão instalados os campi da Ufopa. Além desses municípios, realizou-se a oferta de licenciaturas do Parfor no município de Almeirim, que faz parte da área de abrangência da Instituição.

Atualmente, a Universidade possui 5.484 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro) alunos de graduação matriculados, dos quais 161 (cento e sessenta e um) são alunos oriundos da UFPA e da Ufra, vinculados ainda ao antigo modelo acadêmico; 4.255 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco) são alunos que já ingressaram no novo modelo acadêmico, via Enem ou Programa de Ação Afirmativa, que permite o acesso de indígenas ao ensino superior por um processo seletivo especial; e 1.229 (mil duzentos e vinte e nove) alunos vinculados ao Parfor. Na pós-graduação, existem 837 (oitocentos e trinta e sete) alunos já matriculados nos cursos de mestrado, especialização e doutorado.

O sucesso institucional na atração e na fixação de recursos humanos por concurso público, a contratação de serviços terceirizados na área de vigilância, transporte e limpeza e a melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação e infraestrutura física têm sido fundamentais na implementação de um conjunto de projetos e programas estratégicos que têm contribuído para melhor desempenho da Ufopa. Da mesma forma, as parcerias com a Capes/MEC-Fapespa e o CNPq/MCTI-Fapespa foram fundamentais para a criação do Programa Bolsas Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS) e o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Científico Regional (DCR). Os concursos públicos para a carreira de magistério da educação superior e de técnicos administrativos em educação resultaram à Instituição um quadro efetivo disponível de servidor composto atualmente de 410 (quatrocentos e dez) docentes, tendo quase a totalidade a titulação de mestres ou doutores, e 548 (quinhentos e quarenta e oito) servidores técnicos administrativos em educação de nível médio e superior.

1.2. INSERÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

Inicialmente, a região de abrangência da Ufopa era composta de 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual nº 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do Município de Santarém, e com a posse de seu primeiro prefeito, em 1º de janeiro de 2013, a área de abrangência da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km. Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa); além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense. A Figura 1 apresenta o mapa dos municípios da área de abrangência da Ufopa. As informações sobre Mojuí dos Campos ainda estão agregadas a Santarém.

A população da região de abrangência da Ufopa é mais de duas vezes a população do Estado de Roraima, com 451.227 habitantes (IBGE, 2010), e superior à população de outros estados, tais como Amapá (668.689 habitantes) e Acre (732.793 habitantes).

Tabela 1 – Características dos municípios da área de abrangência da Ufopa.

Município	População	Área (km ²)	Densid dem.	Pop. Rural ¹	Idhm ²	Mat. Em ³	Elm ⁴
Alenquer	52.626	23.645,40	2,23	47,32	0,672	2.284	23,17
Almeirim	33.614	72.954,50	0,46	40,61	0,745	1.571	26,32
Aveiro	15.849	17.073,80	0,93	79,94	0,635	679	20,49
Belterra	16.318	4.398,40	3,71	58,01	0,647	718	29,46
Curuá	12.254	1.431,20	8,56	52,82	0,668	734	35,27
Faro	8.177	11.770,60	0,69	25,06	0,622	274	19,87
Itaituba	97.493	62.040,10	1,57	27,50	0,704	4.004	26,99
Jacareacanga	14.103	53.303,00	0,26	65,04	0,652	589	9,52
Juruti	47.086	8.305,10	5,67	66,33	0,630	2.661	23,97
Monte Alegre	55.462	18.152,50	3,06	55,71	0,690	2.946	35,46

Novo Progresso	25.124	38.162,40	0,66	29,48	0,760	990	28,51
Óbidos	49.333	28.021,30	1,76	48,38	0,681	2.376	31,99
Oriximiná	62.794	107.603,00	0,58	36,07	0,717	2.902	32,8
Placas	23.934	7.173,20	3,34	79,72	0,690	684	16,63
Prainha	29.348	14.786,70	1,98	69,47	0,621	863	11,6
Rurópolis	40.087	7.021,30	5,71	61,90	0,651	876	13,36
Santarém⁵	294.580	22.886,80	12,87	26,75	0,746	19.895	48,04
Terra Santa	16.949	1.896,50	8,94	39,02	0,688	942	32,65
Trairão	16.875	11.991,10	1,41	66,35	0,651	549	15,78
TOTAL	912.006	512.616,90	1,78	51,34	0,677	46.537	25,36

Fontes: População – IBGE, 2010; 1-Taxa de população da Zona Rural por Município – IBGE, 2010; 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Pnud, 2000; 3 - Matrículas no Ensino Médio – Inep, 2011; 4 -Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Médio – Anuário Estatístico do Pará, 2011; 5 - Nas informações de Santarém, estão incluído o Município de Mojuí dos Campos, instalado em 1º janeiro de 2013.

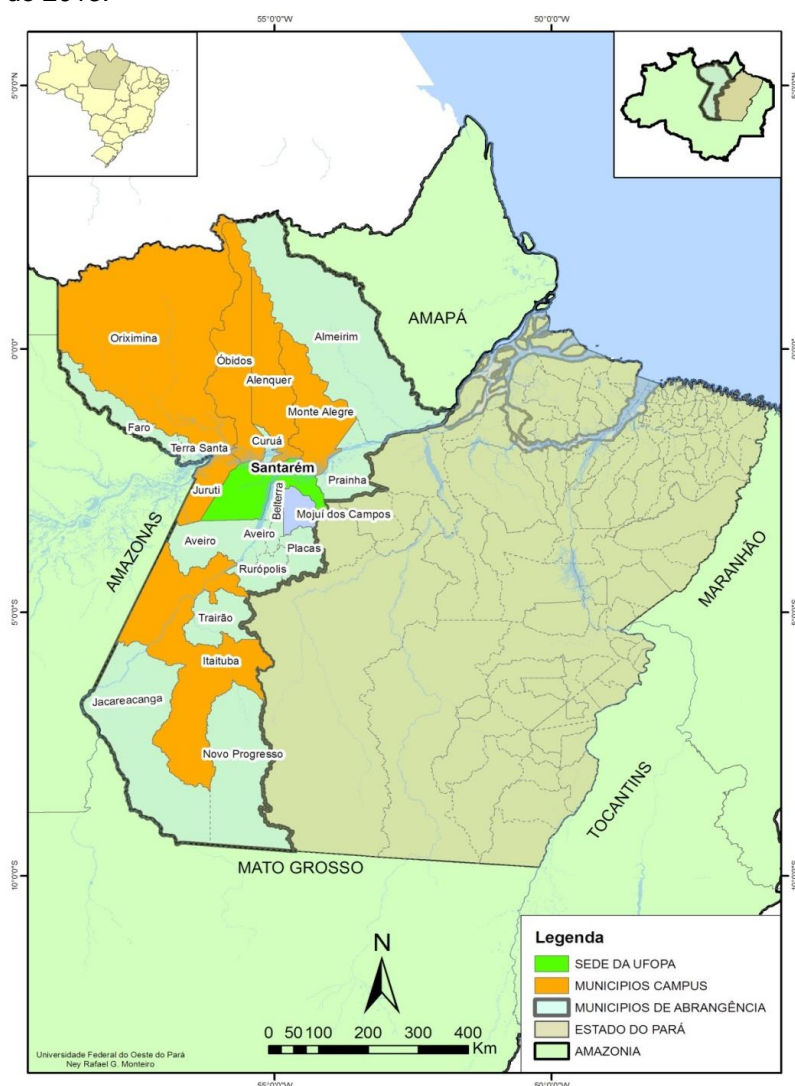


Figura 1 – Área de atuação da Ufopa.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – Ano 2012.

Visando a contribuir com o desenvolvimento da região em que está inserida, a Ufopa encontra-se em fase de construção de sua infraestrutura física e tecnológica para todos os *campi* fora de sede. Além disso, estão em fase avançada as negociações com a Alcoa e com a Prefeitura Municipal de Juruti, objetivando a finalização da construção e a aquisição de equipamentos para o Campus de Juruti.

Com a finalidade de intensificar a inserção regional, a Ufopa já conta com um quadro mínimo de servidores técnicos administrativos em educação em cada um dos municípios, além de docentes em Oriximiná. Novos concursos serão realizados com a finalidade de implantar cursos em caráter permanente. Atualmente, a atuação da Ufopa nos *campi* fora de sede é feita principalmente pelo Parfor, em parceria com o MEC/Capes, Governo do Estado do Pará e Prefeituras Municipais, atuação esta que envolve também o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Com a inclusão do Campus-Sede, existe hoje 1.229 (mil duzentos e vinte e nove) alunos matriculados no Parfor. Cabe o registro de que, neste número, estão incluídas as matrículas realizadas em 2010 no Município de Almeirim, que não é sede de campus. Os cursos ofertados são de Licenciaturas Integradas em Matemática-Física, História-Geografia, Português-Inglês, Biologia-Química e Licenciatura em Pedagogia.

Além de fornecer meios para a ampliação e a melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a Ufopa tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos *campi* fora de sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso a esse nível de ensino, contribuindo para a cidadania e o desenvolvimento regional. Outro desafio de importância para a Instituição é a melhoria da Taxa de Escolarização Líquida no ensino médio, ou seja, a ampliação da inclusão dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio.

Apresenta-se a seguir a evolução de alunos matriculados no Parfor até 2012, além da previsão deste número até 2016.

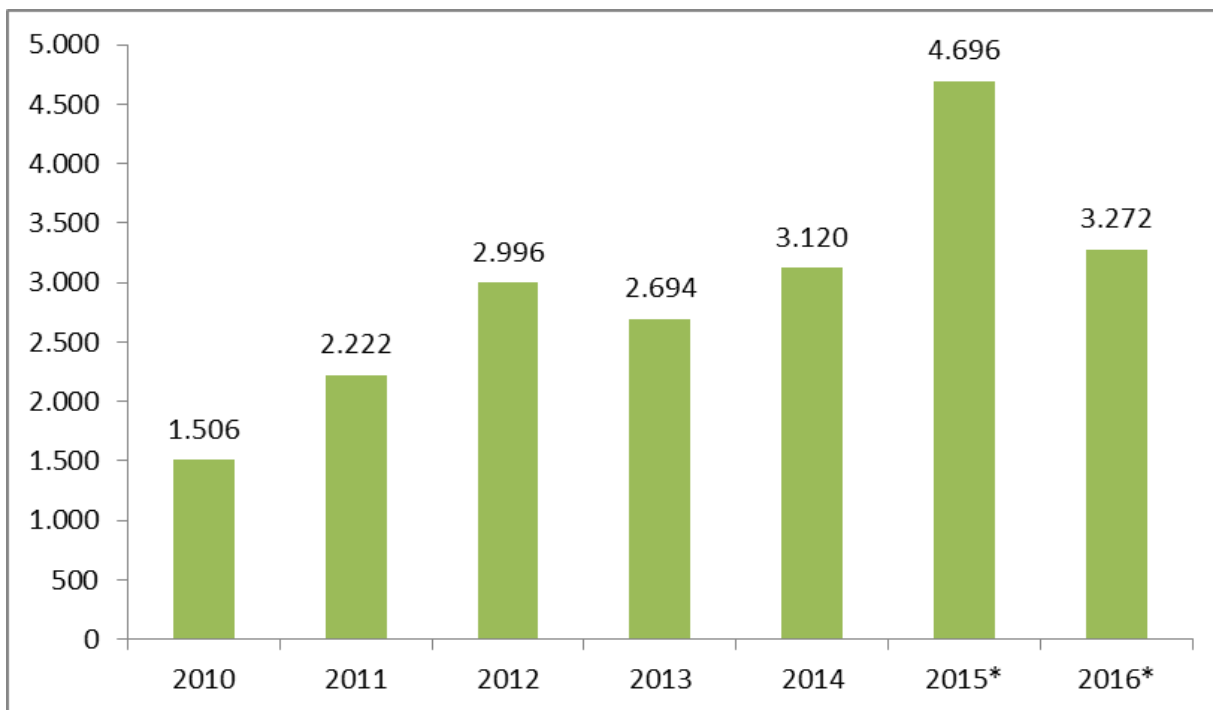


Figura 2 – Evolução do número de alunos matriculados no Parfor.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan)/Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais (Diavi) – Ano 2015

(Obs.: Os anos assinalados com “*” são previsões estabelecidas pela equipe).

Dessa forma, o Parfor se constitui em uma das iniciativas de impacto sobre o objetivo estratégico de integração da Ufopa com a educação básica, sendo um dos mecanismos de inserção social e de contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica na região de atuação da Universidade.

A inserção regional da Ufopa pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional dá-se também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, conforme descrito anteriormente.

Quanto à inserção nacional e internacional da Ufopa, as ações ocorrem pelas atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, por meio da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni), criada em maio de 2010. O diálogo praticado pela Arni com as instituições locais, nacionais e internacionais tem como base a importância do bioma Amazônia na construção das relações de parceria bilaterais ou multilaterais.

A interação acadêmico-científica e tecnológica com instituições estrangeiras considera a conservação ambiental, mas, sobretudo, as melhorias socioeconômicas

da população amazônica e a inclusão da região em cenários de desenvolvimento global.

As várias formas de cooperação nacional e internacional da Ufopa, tais como as mobilidades discentes e docentes, desenvolvem-se com base em projetos de pesquisa, ensino e extensão entre grupos de pesquisa, cujos resultados científicos são bons indicadores do sucesso da parceria. Assim, a Ufopa tem objetivos que norteiam os seus processos regionais, nacionais e internacionais, bem como ações relacionadas a cada um deles.

1.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A Ufopa desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação tecnológica com o objetivo de contribuir para a cidadania e o desenvolvimento da região onde está diretamente inserida e do país. Ela encontra-se organizada em 7 (sete) unidades acadêmicas, sendo 1 (um) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) e 6 (seis) Institutos Temáticos – Ciências da Educação, Ciências da Sociedade, Ciências e Tecnologia das Águas, Biodiversidade e Floresta, Engenharia e Geociências e Saúde Coletiva – onde são ofertados atualmente 33 (trinta e três) cursos de graduação, com alunos vinculados, além de 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) cursos de doutorado e 2 (dois) cursos de especialização. Os cursos de graduação ofertados pela Ufopa em cada um dos Institutos serão detalhados no item “Projeto Pedagógico Institucional”.

As áreas de atuação de cada uma das unidades acadêmicas na graduação são as seguintes:

- **Centro de Formação Interdisciplinar:** Origem e Evolução do Conhecimento, Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Lógica, Linguagem e Comunicação.
- **Instituto de Ciências da Educação:** Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas; Linguística, Letras e Artes.
- **Instituto de Ciências da Sociedade:** Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.
- **Instituto de Engenharia e Geociências:** Ciências Exatas – Computação; Ciências da Terra e Engenharia.
- **Instituto de Biodiversidade e Floresta:** Ciências Agrárias; Ciências Biológicas.

- **Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas:** Ciências Biológicas e Engenharia.
- **Instituto de Saúde Coletiva:** Ciências da Saúde.

Na pós-graduação, a atuação acadêmica ocorre nas seguintes áreas: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Recursos Naturais da Amazônia, Matemática, Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos, Biociências e Educação.

2. AGENDA ESTRATÉGICA

2.1. A ESTRATÉGIA DA UFOPA

A construção do Mapa Estratégico concretiza a primeira etapa da metodologia de implantação da gestão estratégica na Instituição. O mapa é uma ferramenta simples e eficaz, que traduz, de forma visual, os objetivos estratégicos que serão considerados pela Administração Superior. Ele proporciona, como sua maior virtude, a materialização da visão e da estratégia que a organização adotará para transformar essa visão em realidade, norteada pela missão e pelos valores.

Por meio de um único ambiente visual, agrupam-se os objetivos estratégicos em perspectivas fundamentais. Para tanto, construiu-se o Mapa Estratégico da Ufopa, ferramenta que apresenta, de forma lógica e estruturada, a estratégia da Instituição.

A tradução da estratégia por meio desse mapa cria um referencial comum e de fácil compreensão para todos, proporcionando a clara percepção de como as atividades de cada um estão ligadas aos objetivos gerais da Instituição, possibilitando, desse modo, o trabalho coordenado e colaborativo em prol das metas. Assim, os propósitos do mapa estratégico são definir e comunicar, de modo claro e transparente, a todos os níveis o foco e a estratégia de atuação escolhidos, a forma como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

A implantação da estratégia exige que os servidores estejam alinhados e comprometidos com o referencial estratégico organizacional. Para assegurar tal conexão, a Ufopa deve dispor de processo de comunicação eficaz que demonstre a forma pela qual as ações da organização se convertem em resultados que maximizam o cumprimento da missão e o alcance da visão do futuro.

Todo o processo de elaboração do PDI foi realizado de forma participativa, com debates intensos e com a participação de lideranças e membros da comunidade acadêmica, permanecendo a mesma metodologia para o aditamento.

Esse processo iniciou-se em junho de 2011, com a realização de entrevistas estratégicas com pró-reitores, diretores das unidades acadêmicas, autoridades externas à Instituição e com a capacitação inicial da equipe de desenvolvimento do Plano. A opção da utilização da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) possibilitou uma perspectiva abrangente e integrada para a descrição da estratégia, por meio da medição e avaliação da evolução dos objetivos estratégicos e das iniciativas

voltadas para o cumprimento da missão, da visão de futuro e da estratégia da Universidade.

Em nova etapa da elaboração, em agosto do mesmo ano, realizou-se o I Seminário de Gestão Estratégica da Ufopa, gerando como principais resultados a construção e a validação da missão, da visão de futuro, dos valores e do mapa estratégico da Instituição. Os relatórios da Comissão de Implantação da Ufopa, o Projeto de Implantação (1ª Edição) e as entrevistas estratégicas realizadas foram referências importantes para subsidiar a construção desse seminário.

O Mapa Estratégico da Ufopa representa visualmente as perspectivas e os objetivos estratégicos para os quais serão elaborados programas e projetos. A execução desses programas e projetos contribuirá significativamente para a produção de resultados positivos, que conduzirão a Instituição ao cumprimento das metas, missão e visão institucional. No II Seminário de Gestão Estratégica, realizado em outubro de 2011, o objetivo foi entender os temas estratégicos e alinhar os grandes programas e projetos com o mapa estratégico. Como resultado, houve a apresentação e a validação dos eixos estratégicos e alguns programas e projetos estratégicos da Ufopa.

Em janeiro de 2012, foi realizado o III Seminário de Gestão Estratégica para a elaboração e sistematização da proposta de indicadores e linha de base. Para a melhor realização dessas atividades, foi de fundamental importância descrever cada um dos objetivos estratégicos, visando à total abrangência de cada um dos itens do mapa estratégico. Essas reuniões foram continuadas em abril e maio de 2012, para que fosse possível apresentar e validar as propostas dos indicadores estratégicos, definir as metas a serem alcançadas pela Universidade, além de discutir e consolidar artigos e informações apresentados para elaboração do PDI.

Posteriormente, foi percebida a necessidade da elaboração do aditamento do PDI para ajuste de metas e indicadores, conforme a nova estruturação da Ufopa e implantação de novas ações estratégicas. Em 2014, iniciou-se a metodologia de reestruturação com momentos de discussões envolvendo toda a comunidade acadêmica. Em 2015, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional liderou o processo de aditamento, com a consolidação dos dados e elaboração do documento, com a participação de todas as unidades.

2.2. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA UFOPA

A missão de uma organização é algo crucial e sua importância reside no fato de determinar qual a finalidade da organização, por que ela existe, ou ainda, em que tipos de atividades deverá concentrar-se no futuro.

A missão da organização exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional definida num período de tempo, quando são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos. Ela atribui um sentido a tudo o que as pessoas fazem no dia a dia. Verifica-se, assim, que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da “sua razão de ser”, correspondendo a um horizonte dentro do qual a organização atua ou poderá atuar.

Na Ufopa, os gestores mobilizaram-se para validar um entendimento único de sua missão, definindo com clareza o norte que a Universidade deve seguir.

- Missão: “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”.

A visão deve ser clara e estar em permanente demonstração para a comunidade, transmitindo a essência da Instituição em termos de seus propósitos, provendo a estrutura que regula as suas relações institucionais, além dos objetivos gerais de desempenho.

É a descrição de um estado de futuro ambicioso, mas factível, que deve ser instigante e provocar nos servidores um desejo concreto de somar forças na busca desse sonho datado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização. É um lema motivacional, com objetivo de criar uma imagem que desafie e mobilize todas as pessoas envolvidas na construção dessa conquista. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com os valores da organização. Cabe aos gestores da Ufopa a responsabilidade de proporcionar significado prático à visão estabelecida.

- Visão: “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

Toda instituição que deseja implementar seu planejamento estratégico deve demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. Os valores traduzem as crenças nas quais se acredita e regem às relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico; são dogmas duradouros e basilares da organização com relevância e importância para todos os envolvidos.

É preciso identificar, explicitar e divulgar os valores fundamentais da organização, as crenças que norteiam o seu cotidiano. Na construção das bases da gestão estratégica, foram identificados 10 (dez) valores que personificam as crenças de todos os que trabalham na Ufopa e dão sustentação a todo o desenvolvimento da Instituição. Com este conjunto de valores, a Ufopa espera gerar maior valor agregado para a sociedade, além de cumprir sua missão institucional e se aproximar de sua visão de futuro.

- Valores: respeito; pluralismo; responsabilidade social e ambiental; transparência; identidade institucional; interdisciplinaridade; lealdade; profissionalismo; inclusão; ética.

2.3. PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA UFOPA

O Mapa Estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia em objetivos e iniciativas, organizados segundo diferentes perspectivas. Esses são “pontos de vista” referentes à razão da criação da Ufopa, que representam os fatores-chave para uma visão ampliada da Instituição.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a Instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da Instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Para a construção do Mapa Estratégico da Ufopa, foram elencadas as seguintes perspectivas:

- Sociedade: essa perspectiva agrupa os desafios ligados diretamente às entregas da organização para a sociedade, no cumprimento de sua missão. São os resultados gerados pela Instituição, a partir de seus esforços.

- Processos: reúne os objetivos para os quais a organização deve ter excelência para gerar os resultados institucionais. Os elementos dessa perspectiva apontam para desafios de primeira ordem, ou seja, quais atividades finalísticas da Ufopa devem ser realizadas com excelência. Além disso, são elencados desafios de segunda ordem, ou seja, quais as principais atividades-meio devem ser desenvolvidas para contribuir com as atividades finalísticas.

- Pessoas e Infraestrutura: envolve os desafios que a organização deverá superar para ter excelência em suas atividades internas. Ou seja, como devem ser desenvolvidas as pessoas, suas competências e atendidas suas necessidades; e

quais são os desafios de tecnologia para suportar as atividades prioritárias da Universidade.

- Orçamento: reúne os desafios alinhados à garantia financeira para que a organização cumpra adequadamente suas atividades.

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela Ufopa para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Constituem o elo entre as diretrizes da Instituição e seu referencial estratégico. Traduzem também, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados pela Instituição nos próximos anos. As relações de causa e efeito existentes representam a correlação causal entre os objetivos listados no Mapa Estratégico e demonstram como um objetivo é impactado por outro. A estratégia pode ser definida também como conjunto de hipóteses sobre causas e efeitos, sobre como um objetivo impacta no alcance de outro. Segundo esse prisma, o sistema de medição deve tornar explícitas as relações (hipóteses) entre os objetivos nas várias perspectivas, para que elas possam ser gerenciadas e validadas. Desse modo, a cadeia de causa e efeito deve permear todas as perspectivas do Mapa Estratégico.

Foram elaborados 25 (vinte e cinco) objetivos estratégicos e 7 (sete) direcionadores estratégicos (os quais orientam e norteiam um grupo de objetivos estratégicos) para a Ufopa. Conforme Mapa Estratégico (Figura 3).



MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ 2012-2016

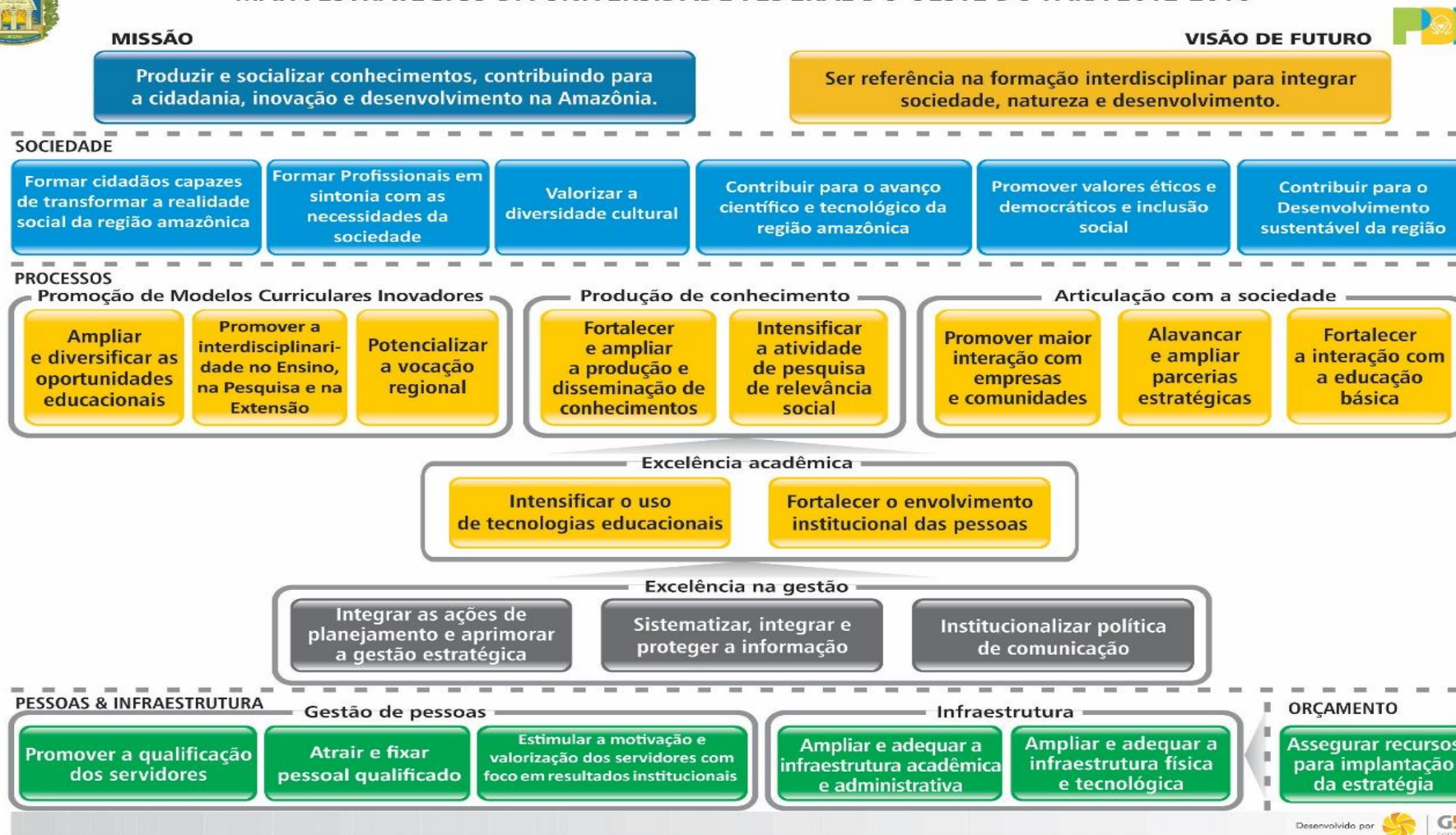


Figura 3 – Mapa Estratégico da Ufopa – 2012-2016.

Fonte: Ufopa – Ano 2015

2.4. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UFOPA

O Mapa Estratégico é uma excelente ferramenta de comunicação. Contudo, uma melhor compreensão e um melhor entendimento de cada objetivo estratégico contido no Mapa podem ser obtidos por meio de uma breve descrição de cada efeito desejado.

Quadro 1 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Cidadãos criativos, empreendedores, inovadores e conscientes da realidade regional.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Profissionais com visão sistêmica de biodiversidade, recursos hídricos, ciências, tecnologias e aspectos socioeconômicos.
Valorizar a diversidade cultural.	Respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.	Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras que contribuam para agregar valores aos recursos naturais da região.
Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades, respeitando o meio ambiente.
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Promover ações de sensibilização da comunidade acadêmica de respeito ao meio ambiente.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Ampliar o acesso e a oferta aos diferentes níveis de ensino e diversificar as oportunidades educacionais.
Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão.	Capacitar, formar, atrair profissionais e estimular o ensino e a pesquisa interdisciplinar.
Potencializar a vocação regional.	Fortalecer e criar novos projetos pedagógicos voltados para as temáticas e demandas regionais.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Estimular e fomentar a criação de novos grupos de pesquisa, fortalecer os existentes e as atividades de ensino e extensão.
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Promover o desenvolvimento de pesquisas comprometidas em atender aos desafios sociais regionais.
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Estabelecer uma agenda de atividades integradas com base nas necessidades das empresas e da sociedade.
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Intensificar a articulação com organizações públicas e privadas, terceiro setor, organismos de pesquisa e de fomento, nacionais e internacionais.

Fortalecer a interação com a educação básica.	Formar profissionais da área da Educação e ampliar as oportunidades para uma educação continuada, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Investir na aquisição, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Demonstrar a pertinência e a relevância da estratégia da Universidade para toda comunidade acadêmica.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Implantar modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos institucionais, a fim de criar uma cultura orientada para resultados.
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.
Institucionalizar política de comunicação.	Estabelecer procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Promover a qualificação dos servidores.	Ampliar e otimizar as oportunidades de capacitação e treinamento, considerando as competências atuais e as metas da Instituição.
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Ampliar a divulgação de concursos públicos e editais de seleção de professores pesquisadores, oferecendo condições adequadas de trabalho de acordo com objetivos em comum.
Estimular a motivação e a valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Organizar as rotinas de trabalho e proporcionar ambientes adequados e agradáveis que possibilitem um bom desempenho e a satisfação profissional.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Dotar a Instituição de espaços, serviços e equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para realização das atividades.
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Otimizar o espaço existente, ampliando a área construída e modernizando a estrutura tecnológica.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Garantir recursos de acordo com as demandas institucionais, as quais assegurem a implementação e o alcance da estratégia organizacional.

2.4.1. Indicadores Estratégicos da Ufopa

Os indicadores têm o propósito de testar o progresso da Ufopa em direção aos seus objetivos estratégicos. O princípio é simples: se não há medição, não há controle. E, se não há controle, não há gerenciamento. Ou seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia.

De acordo com a Fundação do Prêmio Nacional de Qualidade (FNPQ), os indicadores podem ser entendidos como informações numéricas que servem para relacionar recursos e produtos, assim como para avaliar o desempenho dos processos, programas, projetos e da própria organização em sua totalidade. De uma maneira simplificada, os indicadores são definidos como medidas que representam e quantificam um insumo, resultado, característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou da organização. Os indicadores são normalmente resultados quantitativos, apresentados sob a forma de número, moeda, percentual ou por resultados de pesquisas e avaliações.

O grande desafio da Universidade para implantar uma sistemática de medição está em dispor de número limitado de indicadores que comunique adequadamente o seu desempenho. E, pelo Balanced Scorecard, esse desafio é ainda maior. De um lado, há a necessidade de se buscar equilíbrio entre indicadores financeiros e não financeiros. Por outro, identificar indicadores nas perspectivas “Processos” e “Pessoas & Infraestrutura” implica avaliar aspectos intangíveis da Ufopa, como a eficiência de macroprocessos críticos com suas entregas ou o potencial do capital humano.

Recomenda-se a limitação do número de indicadores (média de 1,5 por objetivo), de modo a direcionar a análise ao que é estratégico e não confundir com avaliação do desempenho operacional. Da mesma forma, aconselha-se um “balanceamento” entre indicadores vigentes e novos, desde que respeitado o princípio de que o indicador “nasce” para atender a um objetivo, e não o contrário. Caso, num primeiro momento, não se encontrem indicadores que representem bem os objetivos estratégicos, recomenda-se a adoção de outros que, mesmo não completamente adequados, possam, ao longo do tempo, ser aprimorados para melhor comunicar o objetivo.

Em relação ao mapa estratégico, os indicadores devem ainda manter a mesma relação de causa e efeito existente entre os objetivos, ou seja, devem

preservar a mesma coerência que embasa a hipótese estratégica existente no Mapa Estratégico da Ufopa.

É importante também atentar para a viabilidade de se obter resultados de forma sistemática, sem a geração de ônus para a organização. Com efeito, é fundamental que os indicadores sejam direcionados à tomada de decisões gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base para a revisão de metas estabelecidas. Por isso, os indicadores não podem agregar mais trabalho no dia a dia nem tempo excessivo para serem coletados e obtidos.

Para o aditamento ao PDI foram incluídas novas metas e indicadores estratégicos, partindo da análise das atividades das unidades que compõem a Ufopa e que servirão de parâmetro para análise e acompanhamento do desempenho institucional.

Quadro 4 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Sociedade”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	Proen	1. Instituir projetos pedagógicos dos cursos, adequando-os às novas concepções sócio-políticas, teóricas metodológicas; às novas tecnologias e às novas concepções de inclusão social. 2. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
		Proges	3. Instituir a política de assistência estudantil.
		Proppit	4. Incentivar a participação em pesquisa e iniciação científica.
		Procce	5. Promover ações culturais e de extensão que envolvam a participação discente.
	Índice de inserção no mercado de trabalho	Proen/Proges	1. Estabelecer políticas de ensino. 2. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	Proen	1. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
	Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)	Proen	1. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Valorizar a diversidade cultural.	Índice de diversidade cultural em número de vagas.	Proen	1. Estabelecer políticas de ensino.
	Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural.	Procce/Proppit/Proen	1. Estabelecer políticas de ensino, pesquisa e extensão.
	Índice de ações realizadas para a valorização cultural.	Procce	1. Estabelecer políticas de cultura e extensão.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da	Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação	Proppit	1. Estabelecer política de pesquisa que envolva a inovação tecnológica.

região amazônica.	e Tecnologia.		
	Número de registros concedidos (inovação tecnológica)	Proppit	
	Número de publicações nas áreas científica e tecnológica.	Proppit	
	Número de projetos de pesquisa cadastrados	Proppit	
	Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	Proppit	
Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil.	Proges	1. Estabelecer políticas de assistência estudantil.
	Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira.		
	Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas.		
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental.	DMA/Sinfra	1. Estabelecer o Plano de Logística Sustentável.

Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Processos”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Índice de ingresso por processos seletivos especiais	Proen	1. Implantar a política de inclusão social nacional.
	Número de vagas por curso na graduação	Proen	1. Ampliar a oferta de cursos de graduação de acordo com as necessidades da região.
	Número de vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	Proppit	1. Ampliar a oferta de cursos de pós- graduação de acordo com as necessidades da região.
	Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>		
Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na pós-graduação.	Índice de publicações distribuídos pelo QUALIS com foco interdisciplinar	Proppit	1. Implementar as políticas institucionais de ensino e pesquisa.
	Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar		
	Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	Proen	
Potencializar a vocação regional.	Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	Proppit	1. Instituir a política de pesquisa institucional
	Número de ações voltados para discussão de temas regionais	Procce	1. Instituir as políticas de extensão e cultura.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Número de publicações da Instituição	Proppit/Proen/Procce	1. Instituir a políticas institucionais de pesquisa, ensino e extensão.
	Número de cursos de pós-graduação	Proppit	
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Número de publicações com relevância social	Proppit	1. Instituir política institucional de pesquisa..
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Índice de projetos em parceria com empresas	Procce/Proppit	1. Instituir políticas institucionais de relacionamento com empresas e comunidades.

	Índice de projetos de integração com a sociedade	Proppit/Procce	
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	Proppit/Procce/ Proplan	1. Instituir política institucional de captação de recursos.
	Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com Organismos Nacionais e Internacionais	Proppit/Procce/ Proplan	
Fortalecer a interação com a educação básica.	Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	Proen/Procce	1. Promover ações e programas voltados para a educação básica.
	Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica	Proppit	
	Número de bolsas para docentes que envolvem a Educação Básica	Proen	
	Número de bolsas para alunos da educação básica (Iniciação Científica)	Proppit	
	Número de ações que promovem a interação com a educação básica	Procce/Proppit/ Proen	
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	Proen	1. Estimular a incorporação de tecnologias de informação à educação.
	Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores		1. Instituir programas de capacitação tecnológica.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Índice de satisfação da comunidade acadêmica	CPA/Proplan	1. Instituir política de autoavaliação.

Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Índice do alcance de metas estratégicas	Proplan	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar e articular a execução das metas estratégicas previstas no PDI. 2. Utilizar o resultado das avaliações institucionais internas e externas para planejamento de ações estratégicas. 3. Fortalecer os órgãos de controle e correição internos (SIC, Auditoria Interna, Ouvidoria, Procuradoria), visando ao aprimoramento da publicização e transparência dos atos dos agentes públicos.
	Índice de execução dos projetos estratégicos	Proplan	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar e monitorar transversalmente a execução dos projetos estratégicos institucionais
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Índice de disponibilidade do sítio e de internet	Ctic	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expandir a relação institucional e criar ações em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) para promover manutenção e melhorias na rede de dados da Ufopa.
	Índice de disponibilidade da rede local	CTIC/Proplan/Proad	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento institucional das unidades organizacionais para facilitar o planejamento de TI em relação à ampliação da infraestrutura de rede. 2. Previsão orçamentária para contratação de serviços de manutenção e de aquisição de novos equipamentos para expansão da infraestrutura de redes e elétrica de TI.
	Índice de bloqueio institucional	Ctic	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e reforçar a segurança em locais de vulnerabilidade. 3. Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.
Institucionalizar política de comunicação.	Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outros)	Coordenação de Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituir o plano de comunicação institucional.
	Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	Coordenação de Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprimorar instrumentos de comunicação institucional.

Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações e responsáveis – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Promover a qualificação dos servidores.	Índice de execução do orçamento com capacitação	Progep/Proplan/Unidades/Proppit	1. Planejar ações de capacitação interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
	IQCD		1. Estabelecer política de qualificação para o corpo docente por meio de regulamentações.
			2. Orientar a elaboração do plano de qualificação para o corpo docente da Instituição.
	IQCTA		3. Viabilizar bolsas para o corpo docente em doutoramento.
			1. Estabelecer política de qualificação para o corpo técnico-administrativo por meio de regulamentações.
			2. Orientar a elaboração do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo da instituição.
3. Viabilizar a criação de mestrados profissionais para o corpo técnico-administrativo.			
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	Proplan/Progep	1. Realizar o dimensionamento de pessoal da Universidade, para verificar as necessidades de contratação de servidor por Unidade/Subunidade.

			2. Elaborar o plano de divulgação institucional.
			3. Elaborar editais de concurso para servidores em áreas estratégicas da Instituição.
	Índice de fixação de técnicos administrativos	Proplan/Progep	1. Incentivar os técnicos administrativos à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
			2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
			3. Implantar o banco de talentos institucional.
	Índice de fixação de docentes	Proplan/Progep	1. Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
			2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
Número de PVNS, PNPd, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante Contratado (PV)	Proppit	1. Divulgar os editais para atração de bolsistas e divulgar a Instituição.	
Estimular a motivação e valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Índice de participação em ações de valorização	Progep	1. Planejar o acolhimento dos servidores.
			2. Implantar o projeto “Banco de Talentos”

	Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor		1. Elaborar plano institucional de saúde e qualidade de vida do servidor.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Índice de execução de projetos de infraestrutura	Sinfra/Proplan/Unidades	<p>1. Estabelecer ações para a execução do plano institucional de gestão, otimização, adequação e ampliação dos espaços físicos – Plano de Gestão de Espaços (PGE).</p> <p>2. Participar da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPGLS) na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição.</p> <p>3. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais de infraestrutura.</p>
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Índice de disponibilidade de equipamentos	Ctic/Proplan/Proad	<p>1. Realizar o planejamento orçamentário para adquirir equipamentos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão conforme o PDTI.</p> <p>2. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais e de manutenção de equipamentos de TI e comunicação da Ufopa.</p>
	Índice de disponibilidade de serviços	Ctic	<p>1. Planejar o provimento contínuo de serviços de TI e comunicação.</p> <p>2. Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa.</p>

			3. Planejamento das demandas de sistemas: aquisição de licenças de software, termo de cooperação técnica e contratação de empresa terceirizada de suporte ao sistema SIG quando necessário.
	Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	Sinfra	1. Elaborar plano de melhorias conforme conceito de avaliações.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Índice de execução de orçamento para projetos estratégicos	Proplan	1. Planejar a dotação orçamentária anual destinada à Instituição no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União. 2. Elaborar modelo de alocação de recursos orçamentários para unidades acadêmicas e administrativas (matriz orçamentária).

2.4.2. Metas e Projetos da Ufopa

A última etapa na construção do painel de desempenho da Ufopa foi a identificação de metas e projetos. As metas apontam e comunicam o desafio, de forma tangível e quantificada, para os objetivos estratégicos. Os projetos, por sua vez, são os instrumentos que viabilizam a implantação da estratégia.

Quadro 7 – Evolução dos indicadores – (2012/2016).

INDICADOR	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	-	20%	25%	30%	50%
Índice de Inserção no Mercado de Trabalho (nº de titulados)	-	80	160	220	600
Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	-	20%	25%	30%	50%
Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)	-	80	160	220	600
Índice de diversidade cultural em número de vagas	10%	50%	50%	50%	50%
Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural	10%	14%	16%	18%	20%
Número de ações realizadas para a valorização cultural	10	20	30	40	50
Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia	-	5%	8%	10%	12%
Número de registros de licenciamentos concedidos (inovação tecnológica)	-	-	-	1	1
Número de publicações nas áreas científica e tecnológica	70	90	130	160	190
Número de projetos de pesquisa cadastrados	70	90	130	160	190
Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	5,6%	8,3%	10,6%	11,3%	12,1%

Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil	33%	33%	33%	34%	40%
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei)	5%	5%	5%	6%	7%
Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas	-	-	19%	22%	25%
Número de ações para sensibilização e mobilização Socioambiental	-	-	7	11	11
Índice de ingresso por processos seletivos especiais	-	50%	50%	50%	50%
Número de vagas por curso na graduação	36,4	37	37	37	37
Número de Vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	30	30	30	30	30
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	15	15	15	15	15
Índice de publicações distribuídos pelo QUALIS com foco interdisciplinar	72	84	94	110	160
Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	1	1	1	2	3
Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	6	6	6	6	6
Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	56	67	76	82	85
Número de ações voltadas para a discussão de temas regionais	7	7	8	8	8
Número de publicações da instituição	100	150	150	180	190
Número de cursos de pós-graduação	2	4	6	8	10
Número de publicações com relevância social	20	20	30	40	40
Índice de projetos em parceria com empresas	-	-	1	2	3
Índice de projetos de integração com a sociedade	10	10	10	15	15

Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00
Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com organismos nacionais e internacionais	20	22	24	26	29
Número de ações que promovem a interação com a educação básica	4	5	6	7	8
Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	48	160	290	380	450
Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica	-	100	400	500	500
Número de bolsas para docentes que envolvem a educação básica	-	20	20	20	20
Número de bolsas para alunos da educação básica (iniciação científica)	100	100	150	150	180
Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	-	-	40%	70%	100%
Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	-	4	6	8	10
Índice de satisfação da comunidade acadêmica	-	65%	70%	75%	80%
Índice do Alcance de Metas Estratégicas	40%	50%	60%	70%	80%
Índice de execução dos projetos estratégicos	-	30%	40%	50%	60%
Índice de disponibilidade do sítio e de internet	-	95%	95%	95%	95%
Índice de disponibilidade da rede local	-	95%	95%	95%	95%
Índice de bloqueio institucional	-	94%	94%	94%	94%

Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outras)	1	1,5	2	2,7	3
Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	2000	2500	3000	3500	3600
Índice de execução do orçamento com capacitação	30%	40%	50%	60%	70%
IQCD	3,9	4,03	4,2	4,5	4,5
IQCTA	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	54%	75%	87%	95%	100%
Índice de fixação de técnicos administrativos	86%	90%	94%	96%	98%
Índice de fixação de docentes	86%	90%	94%	96%	98%
Número de PVNS, PNPd, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante contratado (PV)	4	5	6	7	8
Índice de participação em ações de valorização	30%	42%	50%	72%	75%
Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	2	4	6	8	10
Índice de participação em ações de saúde e qualidade de vida do servidor	68%	70%	75%	80%	85%
Índice de execução de projetos de infraestrutura	10%	34%	43%	60%	85%
Índice de disponibilidade de equipamentos	-	65%	70%	80%	90%
Índice de disponibilidade de serviços	-	96%	98%	98%	98%
Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	-	2,5	3,1	3,2	3,3
Índice de execução de orçamento para os projetos estratégicos	-	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ufopa – Ano 2015

A seguir, é definida a lista dos projetos considerados como estratégicos para que a Ufopa caminhe em direção à implantação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 8 – Projetos estratégicos – Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa.

LISTA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS (Programas Estruturantes – Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Amazônia)
• A Universidade como espaço de novas tecnologias educacionais:
inclusão social.
Laboratórios de novas tecnologias de ensino.
• A Universidade multicâmpi:
Implantação e consolidação dos câmpi no interior.
• A Universidade comprometida com a educação básica:
Agenda cidadã;
Parfor;
Pibid;
Escola de gestores.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS

São princípios norteadores da formação na Ufopa:

- **Responsabilidade social e pública:** orientada pelos valores básicos da humanidade, como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade. A Ufopa deve empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos, que favoreçam o acesso de pessoas que tradicionalmente têm a universidade fora do seu alcance. As ações da Ufopa têm como referência o respeito aos valores humanos e o fortalecimento das populações amazônicas.
- **Pertinência:** comprometer-se com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, além de buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável da região, com o fortalecimento da capacidade local para inovações que propiciem o uso sustentável da biodiversidade amazônica.
- **Relevância científica, artística e social:** por meio de uma ação holística dos cursos, conferindo unidade às ações de ensino, pesquisa, extensão; e das

diferentes manifestações artísticas, a Ufopa compromete-se a produzir e difundir conhecimentos cientificamente relevantes, atendendo à universalidade do conhecimento, mas com a preocupação sobre a pertinência local.

- **Justiça e equidade:** os processos praticados nos cursos da Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos pelas condições sociais e pelas distâncias amazônicas.
- **Inovação:** desenvolver nova relação com o conhecimento para ir além das explicações científicas, assumindo compromissos com a eficiência econômica da sociedade, compartilhando esses conhecimentos e propiciando sua qualificação produtiva. Nessa perspectiva, a Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas fundamentais da sociedade, em termos produtivos, priorizando aquelas que tenham maior relevância social e aumentando a interatividade com o mundo empresarial e do trabalho.
- **Internacionalização e interatividade:** a Ufopa manterá colaboração e convênios com outras instituições nacionais e internacionais. Esse é um mecanismo fundamental para a consolidação da Universidade, conferindo dimensão internacional aos seus cursos. Para isso, é fundamental a articulação institucional com agências nacionais e internacionais, especialmente no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras” e “idiomas sem Fronteiras”, do Governo brasileiro.
- **Articulação:** A promoção do diálogo entre os diversos campos do saber que compõem a dinâmica da Universidade, bem como a articulação na relação entre *universidade* e sociedade, constitui-se, assim, na superação da visão fragmentada do conhecimento. Nessa perspectiva, a Ufopa desenvolverá suas atividades considerando o conjunto institucional e a relevância da articulação das informações para a qualidade e os bons resultados de seus serviços. Na prática educativa e pedagógica, a articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza integradora, tais como os seminários, palestras, eventos culturais, cursos de extensão, participação em projetos de pesquisa e ensino, semana acadêmica, dentre outros.

3.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.2.1. Política de Ensino

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, entre outras. O ensino na Instituição tem como princípio a abordagem interdisciplinar, flexibilidade curricular, formação continuada e a mobilidade acadêmica.

a) Ensino de graduação

A Ufopa é uma Universidade multicâmpi, cujo objetivo maior é o desenvolvimento econômico voltado para a inserção regional e social do Oeste do Pará.

O ensino de graduação da Ufopa está em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e institucionais. Nesse sentido, objetiva colaborar no cumprimento da missão institucional de produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia, respeitando a diversidade cultural, norteando as suas atividades nos objetivos estratégicos de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica, em sintonia com as demandas da sociedade.

Deve-se considerar o egresso como agente transformador do processo social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio.

A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes: (1) a excelência acadêmica, por meio do uso de tecnologias educacionais; (2) a promoção de modelos curriculares inovadores, buscando, para isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão; (3) a articulação com a sociedade, buscando fortalecer a interação com a educação básica; e (4) a produção do conhecimento, visando à sua ampliação e disseminação.

A Ufopa se preocupa em ampliar o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas, estimulando a incorporação de tecnologias de informação à educação e instituindo programas de capacitação tecnológica.

O ensino na Ufopa inclui práticas pedagógicas complementares às aulas, tais como práticas de campo, jornadas acadêmicas, seminários, simpósios, workshops, entre outros eventos.

A Ufopa, por meio da Proges, além de outras assistências oferecidas pela Proen/Procce/Propitt, articuladas com a política nacional de assistência estudantil (Pnaes) e a política institucional de gestão estudantil, oferece bolsas que auxiliam os discentes a permanecerem na Instituição e garantir uma alta taxa de sucesso na graduação. A Ufopa estimula a participação dos discentes em pesquisas, projetos de monitoria, mobilidade acadêmica externa temporária nacional, iniciação científica, participação em eventos científicos nacionais e internacionais, projetos de extensão e eventos culturais.

Desde 2013, a Ufopa oferece 50% de suas vagas nos cursos de graduação aos candidatos que tenham cursado toda a educação básica em escolas públicas, sendo esse percentual dividido etnicamente conforme os percentuais da população para o Estado do Pará autodeclarados nos censos do IBGE, tendo como base a Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre reserva no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, cumprindo todas as exigências legais.

O fortalecimento das ações afirmativas que visam a ampliar e a diversificar as oportunidades educacionais, implantando a política de inclusão social nacional, ampliando a oferta dos cursos de graduação de acordo com as necessidades da região, iniciou-se na Ufopa com a oferta de vagas no Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombolas e também para os *campi* de Oriximiná e Óbidos.

A política de inclusão é parte integrante da política de ensino, dessa forma, a Instituição destina vagas, por curso, no Processo Seletivo Regular, exclusivamente a pessoas com necessidades especiais. Oferece também o Processo Seletivo Especial para Indígena e Quilombolas e Programa de monitoria para acompanhamento de alunos com necessidades especiais, quilombolas e indígenas.

Buscando cumprir a diretriz: articulação com a sociedade, a Ufopa assume o compromisso de fortalecer a interação com a educação básica, formando cada vez mais profissionais capacitados para atuarem na docência. Os cursos do Parfor visam a formar docentes capacitados para atuarem diretamente no ensino básico. A Instituição também viabiliza programas que incentivam o docente da educação

básica, tais como Pibid, Pnaic, Agenda Cidadã, Novos Talentos. Na pós-graduação, esse fortalecimento ocorre com a oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento, como a Escola de Gestores; Pró-Conselho; Educação Infantil; A Escola e a Cidade; e Políticas Públicas Educacionais, de mestrados profissionais, como o Profmat e Profletras. Há também o fortalecimento por meio de projetos de extensão voltados para a educação básica.

b) Ensino de pós-graduação

Os cursos de pós-graduação na Ufopa visam a formar cidadãos capazes de transformar a sua realidade social, em sintonia com as necessidades da sociedade, valorizando a diversidade cultural e contribuindo para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.

As diretrizes do ensino de pós-graduação são: (1) promoção de modelos curriculares inovadores, por meio da ampliação e diversificação das oportunidades educacionais, promoção da interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na potencialização da vocação regional; (2) produção de conhecimento, cujos objetivos estratégicos são o fortalecimento e a ampliação da produção e disseminação de conhecimentos e intensificação da atividade de pesquisas de relevância social; (3) articulação com a sociedade, que visa a fortalecer a interação com empresas e comunidades, alavancar e ampliar parcerias estratégicas e fortalecer a interação com a educação básica. Dessa forma, a política de pós-graduação da Ufopa visa a consolidar os cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* existentes, implantar e expandir o número de cursos no campus-sede e nos demais *campi*, proporcionando a qualificação de recursos humanos na região e o aumento do conhecimento científico voltado para o desenvolvimento das potencialidades da vasta oferta de recursos naturais que a Amazônia oferece. Com foco nessa formação, a Ufopa tem como meta instituir dois programas de doutorado e seis programas de mestrado acadêmico até o final de 2016.

Entre os objetivos estratégicos da política de pós-graduação da Ufopa, está fortalecer a interação com a educação básica, por meio dos mestrados profissionais (Profmat e Profletras) voltados para capacitação de professores da educação básica, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (Pibic-EM) e da Escola de Gestores, com o oferecimento do curso de especialização em Gestão Escolar.

O ensino de pós-graduação na Ufopa também está comprometido com a qualificação dos servidores. Dessa forma, pretende viabilizar a criação de mestrados profissionais para o corpo técnico-administrativo e, com o programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), já implantado, tem proporcionado cada vez qualificação aos docentes da Instituição, aumentando ainda mais o número de doutores, o que reflete diretamente na qualidade do ensino oferecido.

Na Ufopa, os alunos da pós-graduação são incentivados à participação em projetos de pesquisa e extensão, por meio de bolsas, contribuindo de maneira efetiva para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.

A Ufopa oferece, desde sua criação, os seguintes cursos de pós-graduação:

- Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia – oferta anual, desde 2009.
- Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos – oferta anual, desde 2012.
- Mestrado em Biociências – oferta anual, desde 2013.
- Mestrado em Educação – oferta anual, desde 2014.
- Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (ProfMat) – oferta anual, desde 2011.
- Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras) – oferta anual, desde 2014.
- Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – oferta anual, desde 2013.

Além disso, em 2012, juntamente com a Unicamp, a Ufopa ofertou o Doutorado Interinstitucional em Educação, como estratégia de qualificação do corpo docente.

3.2.2. Política de Inclusão

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, preconiza que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”. Da mesma forma, esse direito é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (1996, art. 40 - V), que destaca ainda o direito de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]”. Ao considerar que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, a Constituição deixa claro que independente da condição física, psíquica, social, étnica, entre outras, sendo um direito de todos e dever do Estado.

Alguns marcos legais ajudam a entender esse direito. Segundo o documento orientador do Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior (2013, p.8), registram-se:

1. A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;
2. A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
3. O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência;
4. O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (...)
5. O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e , optativamente, nos demais cursos de educação superior;
6. O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores nos sistema federal de ensino;
7. O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
8. O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES;
- (...)
10. A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;

Dentre as normativas legais, destaca-se ainda o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de educação superior com o objetivo de eliminar “barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a

participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais” (2011, § 2º do art. 5º, VII).

Ainda, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.17), orienta-se que:

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Consta-se que o documento orienta os sistemas de ensino quanto à garantia da “transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior” (ibidem, p.14), considerando a formação de profissionais capacitados para prestarem esses serviços:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação “(...) nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior”. (ibidem, p. 17-18).

Esses documentos políticos legais definem, em suas conjecturas orientadoras, o público-alvo da educação especial, ficando assim estabelecido: “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.” (Decreto nº 7.611/2011, § 1º). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.” (BRASIL-MEC-PNEE-2008, p 14).

Tendo como dispositivo norteador o Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior (2005, p. 13), o qual objetiva “eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos”, a Ufopa vem se comprometendo com a

implementação de políticas de acessibilidade, atendendo aos aspectos legais que regem a educação inclusiva no Brasil e as orientações do Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior, criado em 2005.

Em 2013, preocupados em dar conta dessas demandas, a Ufopa instituiu o GT- Pró-Acessibilidade, por meio da Portaria nº 1.293. O grupo foi composto por treze membros, entre eles, docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT-Pró-Acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa.

Em 18 de junho de 2014, com a Portaria nº 1.376, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Essa ação institucional atende ao que determina a Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais. Nota-se que a Ufopa surge no cenário de ensino superior com essas demandas a serem atendidas em caráter emergencial.

Com base nessas orientações, de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais especiais, cabe descrever o planejamento de ações a serem desenvolvidas nos anos de 2015 e 2016:

- Elaborar o Regimento do Núcleo de Acessibilidade.
- Disponibilizar aluno-guia para acompanhar aluno com deficiência visual.
- Disponibilizar bolsas de monitoria para acompanhamento dos estudantes com necessidade educacionais especiais.
- Ofertar recursos de acessibilidade pedagógica, como reglete, sorobam, impressora Braille, lupa, teclado adaptado, kit desenho (para aulas de matemática), mouse com câmera de aumento e demais recursos didáticos.
- Adquirir materiais pedagógicos assistivos.
- Adaptar estrutura física para acessibilidade aos diferentes locais das Unidades Tapajós, Rondon e Amazônia (banheiros, piso tátil, elevadores).
- Ofertar minicursos e oficinas de Libras e Braille, em parceria com os grupos de pesquisa (GEPES e GPEEPI); Secretaria Municipal de Educação (Semed) e 5ª URE.
- Realizar seminário sobre educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais no âmbito do ensino superior.

Ressalta-se que a Ufopa já vem realizando atividades voltadas para a inclusão, tais como:

- Concurso público para professor especializado em educação especial (Edital nº 8/2012); concurso para tradutor e intérprete de linguagens de sinais (Edital nº 1/2013); concurso para docente em Libras (Edital nº 1/2009).
- Projeto de extensão “Praticando Libras na Comunidade Acadêmica: curso básico”, com carga horária de 20h, destinado a discentes e a técnicos da Universidade.
- Promoção de eventos: “I Mostra de cultura surda na Ufopa: valorizando a diferença cultural, política e linguística”; e o “I Sarau de Natal em Libras”, que contou com o apoio de discentes e docentes da Ufopa; cursos de Libras para docentes e discentes; eventos para estimular o uso e o aprendizado de Libras na orla da cidade; realização do “Junho Especial”, evento que realiza oficinas em Braille, AEE: ações políticas e métodos docentes; e Libras Básico.

Também nos PPCs dos cursos de licenciatura a disciplina de Libras já é obrigatória e ofertada como componente optativo nos cursos de bacharelado, atendendo ao disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

c) Ações Afirmativas

Além da inclusão das pessoas com necessidades especiais, a Ufopa se preocupa com a inclusão de outros grupos, como os indígenas e quilombolas, por meio das ações afirmativas, desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges). As ações têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou raça, dentro da Universidade, propiciando a participação de todos os discentes de maneira igualitária.

3.2.3. Política de Pesquisa

A política de pesquisa da Ufopa é gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). Tem por finalidade fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte a inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades da

sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural.

A Ufopa visa a consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos docentes da Instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação e planejando o lançamento de edital interno voltado ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas. Para isto, a Ufopa pretende ampliar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/IC), por meio do aumento no número de bolsas, organizar eventos internos de divulgação e busca de maior interação entre os alunos de Pibic com os professores e alunos da pós-graduação. Concomitantemente, a Instituição buscará implementar e incentivar a participação dos recém-ingressados a pleitearem bolsas do Programa Jovens Talentos para a Ciência (PJTC/Capes), como forma de incentivá-los no desenvolvimento da pesquisa desde o 1º semestre da graduação e também a valorização de iniciativas e projetos interdisciplinares de pesquisa.

Quanto à sua articulação com a sociedade, a pesquisa na Ufopa pretende fortalecer a interação com o ensino médio, por meio do programa de bolsas Pibic-EM, buscando incentivar e despertar o espírito de pesquisa dos futuros profissionais. Além disso, pretende-se elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações. A Ufopa também realiza o acompanhamento e visibilidade das pesquisas desenvolvidas na Instituição, valorizando a produção científica docente.

A política de pesquisa pretende consolidar a Ufopa no cenário da pesquisa local, regional e nacional, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

A Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni) será responsável pelo apoio e logística no estabelecimento de parcerias com outras instituições e/ou organismos nacionais e internacionais, visando à realização de atividades em cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Com esses programas de cooperação nacional e internacional, serão possíveis parcerias com grupos de pesquisa, facilitando o desenvolvimento e o custeio das atividades dos projetos e fomentando o intercâmbio de estudantes de graduação, pós-graduação e professores, trazendo consigo inovação e o enriquecimento acadêmico cultural.

Articulada ao ensino, a pesquisa visa promover a interdisciplinaridade e potencializar a vocação da região amazônica com ações que efetivamente contribuam para o alcance da sustentabilidade. A Proppit pretende elevar o índice de publicações distribuídas pelo Qualis com foco interdisciplinar e elevar o índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais, adotando estratégias de gestão por meio da Capes, CNPq e SEB/MEC. Essas ações fortalecerão a pesquisa e a produção científica nas áreas científicas e tecnológicas.

3.2.4. Política de Extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, a extensão universitária é um processo educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações de articulação com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As atividades de extensão estão direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional.

Além disso, a Ufopa, comprometida com seu entorno e circunstâncias, busca constante interação dialógica com diversos segmentos e atores da sociedade externa, principalmente nas áreas de arte e cultura, sustentabilidade, relações e conhecimentos multi, inter ou transdisciplinares, processos de organização e desenvolvimento social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade, alcançando, portanto, a coletividade.

Para isto, a Ufopa mantém constante diálogo e ações em conjunto com a sociedade externa: público em geral, comunidades, segmentos organizados da

sociedade civil, órgãos governamentais e empresas públicas, organizações não governamentais, empresas privadas e entidades corporativas.

Esse relacionamento ocorre com instituições comprometidas com a diversidade; a sustentabilidade ambiental; os direitos humanos e dos animais; a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e com a transparência administrativa e financeira.

As ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

A atuação da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) tem como meta aumentar o número de programas, projetos e ações de integração com a sociedade e com empresas, visando a alavancar e ampliar parcerias estratégicas.

A extensão universitária na Ufopa atende às diretrizes, estratégias e planos de ação fixados no PDI e aprovados pelo Conselho Universitário (Consun), por meio do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Todos os tipos de ações extensionistas devem ser obrigatoriamente registrados na Procce, facultando-se aquelas específicas previstas em projetos pedagógicos de cursos de graduação. As ações cadastradas podem ser executadas e coordenadas pela Procce, Unidades Acadêmicas e Administrativas, incluindo aquelas fora da sede, e ser promovidas por docentes, técnicos administrativos em educação e/ou discentes da Ufopa.

Estimula-se a participação de discente nas atividades de extensão, por meio de estágio (quando cumprir as exigências curriculares e contar com supervisão docente), como bolsista (atendendo às normas que regulamentam o Programa de Bolsas da Ufopa) ou atividades eventuais, de curta, média e longa duração (registradas pela Unidade Acadêmica na Procce), ou ainda como proponentes de ações em conjunto com algum servidor.

A Procce estimula o registro e o cadastro de atividades de extensão voltadas para a diversidade cultural. A seguir, são elencadas algumas como exemplo:

Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia: visa à conexão entre patrimônio imaterial, conhecimentos tradicionais e direitos coletivos de populações tradicionais residentes no interior ou no entorno de Unidades de Conservação (UCs) para a salvaguarda dos direitos culturais de indivíduos e grupos afetados pelas UCs, na defesa de práticas que têm, para eles, alto valor de referência ao passado, ao

cotidiano, à memória e à identidade comum. O programa integra três projetos que, por sua vez, dividem-se em planos de trabalho conforme seus objetivos específicos.

Projeto A Hora do Xibé: tem como objetivo valorizar e divulgar a história, a cultura, os valores e a identidade dos povos e comunidades nativas ou originárias da região amazônica, especialmente as do Baixo Amazonas, ajudando, assim, a reconhecer e proteger o rico patrimônio cultural dos povos e das comunidades tradicionais da região.

Programa Cultura, Identidade e Memória na Amazônia: objetiva promover ações de pesquisa e extensão nos municípios paraenses de Santarém e Óbidos, a fim de servir de suporte ao estudo e resgate das culturas existentes no interior do oeste paraense, as manifestações de identidades de grupos populacionais, principalmente das comunidades quilombolas que se encontram estabelecidas em regiões de planalto, várzea e terra firme.

Quanto ao registro e ao cadastro de atividades de extensão voltadas para valorização cultural, a seguir são citadas algumas como exemplo:

a) Africanidades em sala de aula: formando professores para o ensino de cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas de Santarém/PA: tem por objetivo central promover, com base nas várias dimensões que envolvem a temática “Cultura Afro-Brasileira e Africana”, a formação dos professores das escolas públicas de Santarém/PA, com intuito de constituir “novas mentalidades”, posturas profissionais reflexivas e críticas diante do tema e, sobretudo, uma educação antirracista e reparadora.

b) Projeto de restauração, organização e preservação de documentos históricos: atua na salvaguarda de documentos históricos fundamentais para a escrita da história do oeste do Pará, realizando recuperações (restauração de acervos históricos), organização de acervo e digitalização para, então, disponibilizá-lo para a pesquisa.

c) Programa Arqueologia nas escolas: histórias da Amazônia: propõe uma plataforma didática para a transferência do conhecimento científico produzido nas universidades sobre o passado da Amazônia às escolas dos municípios de Santarém e Monte Alegre, áreas estas que exibem um expressivo patrimônio arqueológico. Por meio da produção de materiais paradidáticos e capacitação de professores e guias turísticos, esse projeto visa a repassar informações qualificadas sobre a Arqueologia e a história da Amazônia, em geral; e dos municípios referidos,

em particular, de forma a promover a valorização do patrimônio cultural regional e sua preservação para as futuras gerações.

Das atividades de extensão relacionadas com temas regionais, podem-se citar:

a) Núcleo Implementação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial na Amazônia paraense: território, desenvolvimento e sustentabilidade: tem por objetivo, de modo geral, apoiar e assessorar as políticas de desenvolvimento territorial no Baixo Amazonas.

b) Núcleo Tecnológico em Hortifruticultura Tropical-Pomares: para educar e produzir: têm por objetivo realizar a atualização agrotecnológica nos modos de produção e beneficiamento em 12 sítios-pilotos (áreas de agricultura familiar) distribuídos em três municípios: Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra, na região do Tapajós.

c) Projeto Tratamento da manipueira resultante da fabricação de farinha de mandioca: visa a caracterizar as fábricas de farinha e do efluente gerado (manipueira) na comunidade de Boa Esperança, em Santarém/PA.

d) Projeto Potencialidades de oleaginosas na Resex Tapajós-Arapiuns para o desenvolvimento de processos produtivos: atinge de forma significativa um público de jovens e adultos que serão capazes de buscar soluções ou colocar em pauta problemáticas que possam ser resolvidas de forma coerente, com tecnologias simples e de fácil acesso para o manejo e a produção de subprodutos florestais, como é o caso dos óleos vegetais (que muito acrescentam), em razão do grande interesse nos mercados de cosméticos, fármacos e energéticos.

e) Programa Água e saneamento ambiental nas microbacias urbanas do Irurá e Urumari, Santarém/PA, Brasil: avalia as relações existentes entre a qualidade da água e o saneamento básico e a preservação das microbacias, nos mananciais de abastecimento de água, visando a envolver estudantes, professores e técnicos em atividades que propiciem a conscientização, o direito do acesso à água de boa qualidade e a manutenção da água potável, educação sanitária e ambiental.

3.2.5. Política Cultural

A Universidade é por “natureza” um espaço de criação e difusão do saber científico e cultural; por isso, a valorização e o incentivo ao desenvolvimento das artes e linguagens e ao reconhecimento da diversidade cultural deve ser uma

constante no dia a dia e na prática acadêmica. Nessa perspectiva – e alinhada à política de ensino da Ufopa –, a política cultural da Ufopa reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética.

O contexto cultural do território e a área de abrangência na qual a Ufopa se insere – a região central da Amazônia – caracterizam-se por um intenso processo de crescimento, com cidades emergentes e dinâmicas econômicas globais em contraste com a rica diversidade cultural e costumes tradicionais herdados de culturas ancestrais. A identidade cultural da população do Baixo Amazonas está associada à relação diferenciada entre homem-natureza, que caracteriza as populações tradicionais locais. Uma relação expressa por meio do folclore, mitos e lendas, reproduzidos pela tradição oral e fonte de inspiração de muitos artistas.

A Procce busca implementar ações culturais que, de fato, atendam às determinações legais e os anseios da comunidade acadêmica e região. Em consulta popular, com participação da comunidade interna e externa à Ufopa, foi possível sistematizar o que a comunidade espera para a área cultural da Universidade e região, formular os desafios e as oportunidades, as diretrizes e as prioridades do Plano de Cultura (2015-2017).

A grande motivação da política cultural da Ufopa é o patrimônio cultural amazônico: bens, valores e manifestações artísticas e culturais, genuinamente amazônicos, ricos e diversos, heranças culturais que remontam a mais de 12.000 anos, em processo de perda, porém ainda existentes e resistentes. Interesse endossado pelos movimentos sociais e instituições artístico-culturais locais.

A região de Santarém assiste a um crescente movimento pró-ativo dos artistas e agentes culturais, demandando e manifestando interesses comuns, bem como a predisposição objetiva em estabelecer parcerias com a Ufopa para o desenvolvimento de projetos na área cultural.

As ações artísticas e culturais serão executadas por todas as Unidades Acadêmicas e pelos *campi* da Ufopa, sob a coordenação da Procce, em parceria com instituições governamentais, privadas e sociedade civil. O Plano de Cultura possui uma abrangência regional e estima-se ainda que, ao longo dos seus dois anos, o público atingido pelo plano seja de 33.075 pessoas; entre estes, a comunidade acadêmica, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, alunos da educação básica, artistas e mestres da cultura.

O principal resultado esperado pela implementação das políticas culturais da Ufopa, por meio do Plano de Cultura, consiste no fortalecimento da diversidade cultural, cultura regional e na melhoria da formação acadêmica dos alunos da Instituição. Os produtos gerados pelas atividades do plano abrangem a publicação de material didático e trabalhos escritos, filmes, músicas e programas de rádio produzidos pelo estúdio multimídia da Universidade, fotografias, mapas e softwares.

3.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA-PEDAGÓGICA

O Regulamento do Ensino de Graduação da Ufopa define que a organização didático-pedagógica estrutura-se principalmente na construção, pelo Núcleo Docente Estruturante, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação, do qual é imprescindível constar o planejamento estrutural e funcional dos cursos. Nestes são tratados, além de outros aspectos fundamentais para sua construção, os seguintes temas: O contexto, a justificativa, os objetivos e os compromissos éticos e sociais do curso; O perfil do egresso; As competências e as habilidades a serem desenvolvidas; A estrutura curricular, destacando os conteúdos curriculares, a descrição dos componentes curriculares, ementas, bibliografia básica e complementar, a descrição das normas do trabalho de conclusão de curso, do estágio e das atividades complementares; A metodologia a ser adotada para a execução da proposta; A infraestrutura e os recursos humanos necessários; A sistemática da avaliação do ensino-aprendizagem; e Os mecanismos de avaliação do projeto pedagógico, bem como a identificação geral do curso, adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e da Ufopa, as condições de oferta, a gestão pedagógica e a política de inclusão.

Destaca-se que a organização didático-pedagógica dos PPCs da Ufopa contempla as diretrizes curriculares para: a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; a Educação Ambiental; a Educação em Direitos Humanos; e a Política de Educação Inclusiva.

O projeto pedagógico é condição indispensável para a criação, estruturação e funcionamento do curso de graduação, devendo explicitar a inclusão da pesquisa e a da extensão no curso.

As atividades de extensão configuram-se em processos educativos, culturais e científicos que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, constituída em ações interativas. Essa relação fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em conformidade

com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o Plano Nacional de Educação e com o Plano Nacional de Extensão. As atividades de extensão visam a contribuir para o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e material e podem ser estruturadas em uma ou mais áreas temáticas, indicadas no Plano Nacional de Extensão, como: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho; Economia e Administração. As atividades de extensão serão efetivadas, entre outras, por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produção científica.

A integração com a pesquisa dá-se por meio da participação dos discentes em Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), projetos de pesquisa dos docentes com os discentes e dos componentes curriculares, de acordo com o PPC de cada curso.

Os projetos pedagógicos dos cursos deverão ser elaborados de forma coletiva, com a participação da comunidade acadêmica dos respectivos cursos. Na elaboração do projeto pedagógico, são consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais, os parâmetros definidos pelo Regulamento de Ensino de Graduação e pela Proen, o Regimento Geral da Ufopa, as diretrizes curriculares institucionais aprovadas pelo Consepe e demais normas vigentes.

A aprovação do projeto pedagógico é feita pelo Colegiado do Curso, pelo Pleno do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), em conjunto com a aprovação da criação do curso. O projeto pedagógico é passível de ajustes, sempre que a dinâmica da formação proposta pelo curso assim o exigir, devendo o ajuste ser supervisionado pela Proen, aprovado pelo Colegiado do Curso e pelo Pleno do Consepe.

3.3.1. Forma de Acesso à Instituição

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado pela Resolução nº 55/2014/Consun, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Consepe.

Os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, segundo o art. 142 do Regimento Geral, serão organizados e aplicados por uma Comissão Própria Permanente, cuja atribuição será definida pelo Consun e seu Regulamento

Interno, aprovado pelo mesmo Conselho; e realizados pelo órgão central encarregado da função, sob a supervisão e a orientação de uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), consoante o disposto no artigo 144 do Regimento Geral (RG) da Ufopa.

O candidato precisa ter realizado e ter sido aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingressar nos cursos da Ufopa. Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio), em especial ao disposto nos artigos 1º, 3º e 8º daquela Lei.

Atualmente, existem as modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

Processo Seletivo Regular (PSR)

A Ufopa vem adotando, como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR, o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos. Serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC. Destaca-se que o PSR também contempla a previsão de vagas, nos cursos da Ufopa, às pessoas com necessidades especiais.

Processo Seletivo Especial (PSE)

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada por meio do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas e quilombolas, de acordo com os percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012. Utiliza, como metodologia, seminários descentralizados, ouvindo as lideranças indígenas e quilombolas.

A seleção é realizada por meio de provas escritas e entrevistas para os candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, conforme edital específico divulgado pela Proen no sítio da Instituição.

Mobilidade Acadêmica Interna ou Reopção

Este processo destina-se aos discentes da Ufopa como forma de transferência de um curso de graduação para outro; neste caso, conceituado como reopção, de acordo com as normas a serem estabelecidas no Regulamento de Graduação, devendo ser obedecidos os seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela Proen, podendo considerar o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA) e a análise do currículo. O candidato deverá inscrever-se até a metade da duração do curso, uma única vez.

Mobilidade Acadêmica Externa ou Transferência

Poderão ser aceitas transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital.

Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de graduação da Ufopa destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica.

São modalidades de ingresso por processos interinstitucionais:

- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), destinado ao ingresso de estudantes estrangeiros selecionados em seu país de origem, de acordo com a legislação federal.
- Transferência *ex officio* concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei.
- Convênio interinstitucional, que atenderá a estudantes oriundos de instituições conveniadas.
- Matrícula de cortesia, que será concedida a funcionário estrangeiro de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil.

3.3.2. Percurso Acadêmico

A Resolução nº 27, de 8 de outubro de 2013, da Ufopa, no seu Capítulo II, estabelece a forma de progressão acadêmica nesta Universidade. A formação em nível de graduação na Ufopa é realizada em dois ciclos de formação, organizados

em um ciclo de Formação Graduada Geral (FGG) e um ciclo de Formação Graduada Profissional (FGP). No primeiro ciclo, são ofertadas a formação interdisciplinares 1 e 2 e os curso de Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas Integradas, de responsabilidade dos institutos. A Formação Interdisciplinar 1 (F1) é comum a todos os discentes ingressantes na Ufopa e proporciona uma visão geral e interdisciplinar a respeito da cultura, da ciência e do meio ambiente, especificamente amazônico, devendo ser realizada em uma carga horária mínima de 390 horas.

A Formação Interdisciplinar 2 (F2) proporciona uma visão geral e interdisciplinar vinculadas à especificidade própria dos institutos e corresponde a um período letivo com carga horária mínima de 390 horas.

No segundo ciclo, são ofertados os cursos de Bacharelados e Licenciaturas Profissionais de responsabilidade dos institutos. O segundo ciclo de formação proporcionará ao discente a formação em área de conhecimento específica, de acordo com as profissões estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

3.3.3. Perfil do Egresso

A Ufopa, por meio de seus princípios institucionais, busca dar aos seus egressos ampla formação técnico-científica, cultural e humanística, preparando o profissional para que tenha as seguintes competências e habilidades:

- ✓ Autonomia intelectual para desenvolver visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão, fornecendo criticidade, criatividade e ética, para que possa compreender, intervir e transformar a sua realidade local e regional.
- ✓ Capacidade para estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas.
- ✓ Capacidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias.
- ✓ Capacidade para compreender as necessidades dos grupos sociais e comunitários com relação a problemas socioeconômicos, culturais, políticos e organizativos, de forma a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de se preocupar em preservar o meio ambiente, especialmente o amazônico.
- ✓ Busca constante pelo desenvolvimento profissional que lhe possibilite exercer prática de formação continuada e empreender inovações na sua área de atuação.
- ✓ Fomento e compromisso com a identidade regional, numa visão integrativa de toda expressão amazônica, cultural, econômica e ecológica.

- ✓ Capacidade para articular conhecimentos teóricos construídos ao longo da graduação, vinculando-os à experiência profissional.

Além do perfil geral acima relacionado, dos projetos pedagógicos dos cursos constam o perfil específico dos egressos, seguindo as orientações das diretrizes curriculares nacionais, que consideram as características da natureza de cada curso.

3.3.4. Cursos de Graduação Ofertados em 2015

Quadro 9 – Cursos presenciais da Ufopa – 2015.

Institutos	Bacharelados Interdisciplinares	Cursos
Campus Santarém		
Iced		Licenciatura Integrada em Matemática e Física
		Licenciatura Integrada em Biologia e Química
		Licenciatura em Pedagogia
		Licenciatura em Geografia
		Licenciatura em História
		Licenciatura Integrada em Letras- Português e Inglês
ICS		Bacharelado em Arqueologia
		Bacharelado em Antropologia
		Bacharelado em Direito
		Bacharelado em Ciências Econômicas
		Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
ICTA	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas	Bacharelado em Ciências Biológicas
		Bacharelado em Gestão Ambiental
		Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental
		Bacharelado em Engenharia de Pesca
IEG	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bacharelado em Engenharia Física
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra	Bacharelado em Geologia
		Bacharelado em Ciências Atmosféricas

		Bacharelado em Geofísica
		Bacharelado em Ciência da Computação
		Bacharelado em Sistema de Informação
Ibef	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias	Bacharelado em Engenharia Florestal
		Bacharelado em Agronomia
		Bacharelado em Zootecnia
		Bacharelado em Biotecnologia
Isco	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	Bacharelado em Farmácia
Outros campi		
Oriximiná	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas e Conservação	
Óbidos		Licenciatura em Pedagogia

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) – 2015

3.3.5. Monitoria e Tutoria

a) Programa de Monitoria Acadêmica (2012 - 2014)

O Programa de Monitoria Acadêmica (PMA) da Ufopa é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltadas para o ensino e a aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados, em conformidade com o respectivo projeto pedagógico de cada curso.

O PMA foi criado com o objetivo de possibilitar maior participação do aluno na realização de trabalhos práticos e experimentais, com base em experiências, auxiliando o professor na preparação de material didático e em participações de atividades de classe e/ou laboratório. Colabora ainda na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório e participando de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina e formação acadêmica. O PMA é coordenado pela Proen, por meio da Diretoria de Ensino/Coordenação de Projetos Educacionais (DEG/CPE).

A Instrução Normativa nº 1/2012/PROEN, que trata do Programa de Monitoria, determina que as bolsas devem atender aos professores que lecionam disciplinas com baixo rendimento de aprovação e com carga horária elevada, justificadas e fundamentadas no Projeto de Monitoria da Unidade, devidamente aprovado e referendado pela Proen, por Edital, divulgado no sítio da Ufopa e em meios eletrônicos.

O Programa de Monitoria da Ufopa, além de ter caráter remunerado, deve ser considerado pelas oportunidades de melhoria do currículo acadêmico, tanto de monitores como de alunos monitorados. É perceptível que o programa vem atingindo um dos seus principais objetivos, o de contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas. Portanto, a monitoria se configura como programa institucional de incentivo à docência, possibilitando a ampliação das relações sociais pela aproximação dos professores com os alunos, bem como pela possibilidade de crescimento e amadurecimento pessoal e acadêmico.

b) Programa de Educação Tutorial (PET) – 2012-2014

O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados pelas formações de graduação das instituições de ensino superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo por objetivos:

- . Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.

- . Contribuir para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação, diminuição da evasão e promoção do sucesso acadêmico, valorizando a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- . Promover a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

- . Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país.

- . Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior.

. Estimular a vinculação dos grupos às áreas prioritárias e às políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, regionais e a interiorização do programa.

Regulamentado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e pelas Portarias MEC n. 3.385, de 29 de setembro de 2005; e 1.632, de 25 de setembro de 2006, o PET destina-se a apoiar grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). O apoio pode ser concedido ao estudante bolsista até a conclusão da sua graduação e ao professor tutor por três anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme parecer da Comissão de Avaliação do PET. Além disso, o MEC custeia as atividades dos grupos repassando, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa por aluno participante.

O Programa é composto por grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares que complementem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular. Espera-se, assim, proporcionar a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de graduação apoiados pelo PET.

As atividades extracurriculares que compõem o Programa têm como objetivo garantir aos alunos do curso oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando à sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

O PET constitui-se, portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que têm sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientado pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade.

Na Ufopa, funciona o projeto PET/Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares – Comunidades do Campo, que objetiva contribuir para a formação de excelência dos alunos de graduação oriundos das comunidades do campo – terra

firme e várzea –, mediante o envolvimento destes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sob uma perspectiva interdisciplinar. O Projeto é proposto pelo Centro de Formação Interdisciplinar (CFI/Ufopa), tendo uma tutora e mais 12 discentes participantes.

Também há o projeto do Grupo PET/IEG – Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologia da Informação, com 12 bolsistas e 4 voluntários.

3.3.6. Atividades Complementares

Contempladas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, as atividades complementares são consideradas essenciais para a formação do discente, na medida em que são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno. Estas atividades são adquiridas fora do ambiente universitário, envolvendo estudos e práticas transversais independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão com a comunidade.

Atendendo às orientações advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), ao Parecer do CNE/CES nº 429/2011, ao Parecer nº 67, do CNE/CES, à Resolução CNE/CES nº 2/2002, bem como à Resolução Ufopa nº 9/2012, as atividades complementares configuram-se como política institucional, visando a garantir o aproveitamento e maior oportunidade de estudo, não só na modalidade presencial, mas também a distância, de modo a contribuir para melhor qualificação do discente, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional.

Nesse sentido, além das atividades de ensino (tais como estágios, participação em eventos científicos, técnicos e culturais, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins e oficinas para aquisição e aprimoramento de competências), consta das atividades complementares a realização de monitoria e de mobilidades interna e externa temporária, que, na Ufopa, são implementados sob a supervisão da Proen, por meio do Programa de Monitoria Acadêmica e do *Programa de Mobilidade Acadêmica Temporária*¹.

¹ A implementação do *Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional* tem por objetivo a concessão de bolsas e a ajuda de custo para mobilidade acadêmica nacional, mediante submissão de projetos de mobilidade acadêmica de nível de graduação, por parte dos Institutos, que

As normativas específicas para as atividades complementares são regulamentadas pelo colegiado das unidades acadêmicas, as quais apresentam detalhadamente as formas de aproveitamento e a carga horária das atividades. Destaca-se que tais normativas também constam dos projetos pedagógicos dos cursos.

3.3.7. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória, componente do projeto pedagógico de cada curso, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema. O conselho da unidade estimulará e promoverá formas diversas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, respeitados os casos de cursos com legislação que exija defesa pública obrigatória. O TCC será realizado em um dos campos do conhecimento do curso, a partir do projeto do discente, com a anuência do seu orientador.

O TCC deverá ser elaborado conforme definido no PPC de cada curso e defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. O TCC será orientado por docente da Ufopa devidamente credenciado pelo conselho da Unidade ou Subunidade e vinculado à área temática do curso ao qual está vinculado.

3.3.8. Avaliação do Ensino e Aprendizagem

De acordo com o regulamento interno da Ufopa (Resoluções n. 9, de 16/3/2012; 27, de 8/10/2013; e 50, de 27/3/2014), entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem na Ufopa tem como objetivos: I - verificar o nível de aprendizagem dos discentes; II - averiguar a aquisição conceitual, teórica e prática dos conteúdos programáticos ministrados durante os períodos letivos; III - incentivar o hábito e a prática diuturna de trabalho no processo ensino-

fomentem ações acadêmicas de ensino integrado com pesquisa e extensão em outras instituições de ensino superior, normatizada por nota técnica e projeto da Proen.

aprendizagem; IV - mensurar numericamente, por meio do Índice de Desempenho Acadêmico (IDA), o desempenho de cada discente; V - conferir o domínio das habilidades e competências previstas nos projetos pedagógicos.

O aprendizado discente por componente curricular deve ser apreciado em três avaliações (mínimo), das quais ao menos uma deve ser individual. A mensuração de cada avaliação se dá por valores numéricos no intervalo de zero a dez. As notas de cada uma das avaliações são usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido no plano de ensino. A nota final do discente é computada, até a segunda quarta decimal, como a média simples ou ponderada dos valores obtidos nas avaliações do período.

Opcionalmente, o discente poderá ainda realizar uma avaliação substitutiva, igualmente oferecida a todos os discentes, no sentido de substituir uma das notas individuais do componente curricular. A avaliação substitutiva será realizada após a última avaliação do componente curricular. A nota alcançada nesta avaliação substituirá, obrigatoriamente, a nota mais baixa de uma das avaliações do componente curricular, no período letivo.

Considerar-se-á aprovado no componente curricular o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima nas aulas de 75% (setenta e cinco por cento). O discente reprovado em qualquer componente curricular entra automaticamente em regime de dependência e deve regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso acadêmico.

3.3.9. Acompanhamento dos Egressos

O acompanhamento dos egressos constitui-se um dos mecanismos de avaliação entre o perfil de egresso pretendido pelos cursos e o perfil alcançado, possibilitando a constante qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse acompanhamento favorece ainda o estreitamento do contato, por meio de ações de formação continuada, colocação no mercado de trabalho, informes sobre cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado.

A Ufopa se propõe a implementar meios para acompanhar seus egressos, tais como a criação da Associação dos Ex-alunos, que procurará manter o vínculo por meio de atividades esportivas, culturais, eventos acadêmicos, entre outras. A Instituição também desenvolverá o portal do egresso, visando a manter sempre atualizada agenda de eventos acadêmicos (cursos de extensão, pós-graduação, seminários, congressos, pesquisas), esportivos, culturais. Também, no portal,

haverá um espaço intitulado “Memorial dos Egressos” para depoimentos de ex-alunos, no que se refere ao que o curso na Ufopa proporcionou para sua inserção no mercado de trabalho. Haverá também espaço para sugestões, visando à melhoria da Instituição, mantendo aberto e constante o diálogo com os egressos.

A IES também pretende criar uma revista semestral ou anual para destacar a atuação de seus egressos no mercado de trabalho, acompanhando de maneira efetiva a inserção dos mesmos e repensando direcionamentos coerentes com a realidade do mercado de trabalho.

3.4. INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS

3.4.1. Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilidade dos componentes curriculares é considerada de suma importância na organização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Isto acontece em razão das mudanças ocorridas durante os tempos que influenciam no perfil dos novos profissionais.

Os cursos da Ufopa foram pensados visando ao aprimoramento das inovações pedagógicas para aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem dos estudantes, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma a articular com suas práticas, ampliando e construindo conhecimentos.

A busca por inovações pedagógicas entre os docentes, técnicos administrativos e Administração Superior da Ufopa é corrente, no sentido de que tais procedimentos viabilizam oportunidades e maturação no processo pedagógico da Universidade. Nesse sentido, evidencia-se que estas inovações pautam-se na articulação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, que envolvem os componentes curriculares, possibilitando aos estudantes vivenciar experiências em sala de aula e em campo.

A flexibilidade dos componentes curriculares oportuniza a Instituição assessoramento das demandas da sociedade, estruturando os projetos pedagógicos de curso relacionados com o cotidiano local, regional e nacional. Dessa forma, obterá um profissional pautado na realidade do trabalho e do mercado, além de propiciar possibilidades de diversidades de integralização dos cursos.

A Ufopa oferta componentes curriculares que desenvolvem a integração entre o tripé acadêmico, como os componentes da Formação Interdisciplinar I, que são vivenciados pelos alunos no primeiro semestre de seus cursos. São eles: Interação

na Base Real, Lógica Comunicação e Linguagem, Estudos Integrativos da Amazônia, Seminários Integradores, Sociedade Natureza e Desenvolvimento e Origem e Evolução do Conhecimento. Esses componentes são uma das principais ações que desenvolvem a flexibilidade dos componentes curriculares, pois neles os assuntos são variáveis de acordo com a demanda do curso. Há uma matriz padrão que por sua natureza já é flexível à matriz curricular de cada curso específico.

3.4.2. Integralização do Curso

A integralização dos cursos da Ufopa é determinada nos projetos pedagógicos de cada curso de graduação da Instituição e nos princípios legais do Ministério da Educação (MEC), bem como orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada curso. Baseada na legislação, a Universidade permite aproveitamento das disciplinas em sua totalidade quando a carga horária, juntamente com os conteúdos programáticos, tenha sido cursada pelo menos 75% do total pelo estudante. Se ocorrer de o aluno não obter o percentual, ele pode requerer revisão mediante realização de uma avaliação que objetivará a comprovação de seus conhecimentos.

Outro aspecto importante, no que diz respeito à integralização do curso, trata-se das atividades complementares, as quais possibilitam aos estudantes vivenciarem diferentes experiências em seus cursos de graduação. Além disso, permitem o reconhecimento dessas atividades para integralização de uma parcela de carga horária do curso.

Nesse sentido, há, na Ufopa, a existência de componentes curriculares optativos que proporcionam aos estudantes contribuições substanciais e complementares ao processo de ensino e aprendizagem destes, consolidando ainda mais sua formação acadêmica. Essa oportunidade busca garantir alternativas aos alunos quanto aos conhecimentos variados existentes em seu curso, atrelados à realidade mercadológica da sociedade.

3.4.3. Projetos Integradores

A Ufopa estimula o desenvolvimento de competências e habilidades de integração na prática pedagógica dos cursos. Nesse sentido, os projetos integradores da Universidade são fundamentais, pois promovem a consistência de conhecimentos, uma vez que são supervisionados por professores capacitados e especializados nas áreas múltiplas do universo da Instituição.

Os projetos integradores visam a desenvolver o intercâmbio e a integração das práticas formativas da Ufopa, facilitando a integração efetiva por meio de ações práticas de ensino, extensão e pesquisas experimentais, buscando inovação, desenvolvimento e conhecimento. Assim, os estudantes de graduação têm a possibilidade de aprender por meio de atividades interdisciplinares, articulando eixos teóricos e práticos de sua formação profissional. Existem na Ufopa projetos integradores que envolvem várias ações com a concepção de integração. São eles: Programa de Monitoria Acadêmica, Agenda Cidadã, Pró-Docência, Programa de Licenciaturas Internacionais, Programa de Educação Tutorial, Novos Talentos, Jovens Talentos, entre outros. Esses projetos promovem também, na Universidade, a integração entre o ensino a pesquisa e a extensão, bem como a integração das práticas de aprendizagens significativas à academia e à formação do profissional.

3.4.4. Aprendizagem Baseada em Problemas

A aprendizagem baseada em problemas estabelece uma estratégia pedagógica centrada no aluno, por meio da qual se almeja que ele aprenda com a resolução de problemas propostos. Dessa forma, os discentes são apresentados, por meio de seus docentes, a estudos de casos. Assim, eles são estimulados a investigar, debater, interpretar, identificar o problema e buscar possíveis e variáveis soluções, oportunizando ao aluno aprender a aprender e preparar-se para resolução crítica e consciente de problemas que envolvem sua formação e sua relação com a sociedade como profissional e cidadão.

Nesse contexto, a Ufopa elucida que a aprendizagem baseada em problemas é um processo consecutivo de reflexão, desenvolvimento, aprimoramento, construção e revisão de objetivos que permitam a elaboração de uma política de ensino voltada para a formação de sujeitos críticos, capazes de se apropriar do conhecimento, apresentar os problemas em geral e ser participantes ativos no processo de ensino e aprendizagem para apreensão dos conhecimentos fundamentais à sua formação acadêmica. A metodologia da aprendizagem baseada em problemas almeja que o aluno compreenda a necessidade de aprender e estimula-o a buscar respostas.

3.4.5. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem é atrelado aos princípios das metodologias ativas. Dessa forma, os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa

estão na condição de sujeitos ativos nesse processo, construindo conhecimentos de forma relevante pela aproximação com metodologias de ensino voltadas ao desenvolvimento de competências ligadas à reflexão crítica da aprendizagem, bem como construindo observações e resoluções de problemas que se desenvolvem na análise crítica do estudante.

Nesse contexto, o papel do professor é de mediador e provocador, permitindo espaços que proporcionem a participação ativa dos estudantes nas aulas teóricas e práticas, buscando promover processo de aprendizado mais eficaz, estimulando a troca de experiências e de informações entre docentes e discentes, a criatividade e habilidade de resolver as problemáticas que são apresentadas.

Essa perspectiva elucida um aperfeiçoamento contínuo do aprendizado, desestruturando o conhecimento passivo e as metodologias tradicionais de ensino. A metodologia ativa de ensino e aprendizagem aprimora o desenvolvimento de métodos de estudos, priorizando a observação para, então, selecionar os recursos educacionais mais apropriados para cada situação de aprendizagem e de investigação. A discussão dos conteúdos possibilita o aperfeiçoamento da proposta pedagógica, no sentido de incitar a participação discente nas aulas.

Na Ufopa, utilizam-se como metodologias ativas de ensino-aprendizagem, dentre outras, as seguintes: dinâmicas de grupo, fichamentos, seminários, exposições, visitas técnicas, aulas práticas, grupos de pesquisa, resolução de problemas, desenvolvimento de projetos, aulas em laboratórios, pesquisas bibliográficas e de campo, iniciação científica, mesas-redondas, simpósios, utilização de recursos multimídias e equipamentos de informática. É importante destacar que em todas as metodologias citadas a resolução de problemas é estimulada pela busca de formar profissionais críticos e principalmente ativos em sua formação.

3.4.6. Aproveitamento de Estudos

O Aproveitamento de Estudos na Ufopa é devidamente regulamentado pela Resolução nº 27, de 8 de outubro de 2013, que dispõe sobre o percurso acadêmico da Instituição. É permitido ao discente fazer o aproveitamento de estudos nos componentes curriculares cursados, em qualquer fase de seu percurso acadêmico, para fins de integralização curricular. Desse modo, as solicitações de aproveitamento de estudos em atividades curriculares deverão ser protocoladas na secretaria acadêmica da unidade e serão analisadas pelo Núcleo Docente Estruturante dos Bacharelados e Licenciaturas, levando-se em consideração

habilidades e competências, bem como a adequação e a pertinência com o conteúdo e a carga horária da atividade pleiteada.

O aproveitamento de estudos é registrado no histórico escolar do discente com a sigla AE e é computado nos cálculos do Índice de Desempenho Acadêmico. Os discentes da Ufopa que realizarem atividades curriculares – com a aquiescência do Conselho da respectiva unidade acadêmica – em outra instituição de ensino superior reconhecida ou autorizada pelo órgão competente farão jus ao aproveitamento de estudos.

A Ufopa desenvolve ainda neste âmbito a Mobilidade Acadêmica Externa, por meio da qual alunos provenientes de outros cursos ou instituições farão jus ao aproveitamento dos estudos realizados com aprovação do curso de origem.

3.4.7. Incorporação de Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional

Atualmente são muitos os avanços tecnológicos que podem ser utilizados na educação. A Ufopa, como Instituição que ainda está se consolidando no interior da Amazônia e tem como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”, investe na atualização tecnológica e na inserção destas nas práticas pedagógicas, tendo em vista o novo paradigma determinado pelas tecnologias, visando, assim, à formação de profissionais preparados para atuarem com competência na era da informação.

A Ufopa se preocupa em atender às exigências do mundo atual e para isto tem buscado inserir o maior número de novas tecnologias possíveis no ensino. Cada instituto adota as tecnologias necessárias de acordo com necessidade dos cursos. Esta IES tem empreendido esforços para equipar as salas de aula com projetores multimídia, telas de projeção, quadros magnéticos, entre outros equipamentos. A comunidade acadêmica possui acesso à rede *Wi-Fi* em todos os endereços de oferta de cursos, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

Desde o ano 2012, dispõe dos Sistemas SIG, que operam em diferentes âmbitos da Instituição. Esses sistemas, atualmente, são muito difundidos entre as universidades, pois contribuem para a operacionalização e a otimização de tarefas, além de fornecerem o suporte necessário às práticas pedagógicas.

Atualmente, a Ufopa conta com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o qual informatiza os procedimentos da área acadêmica como:

a) **Módulo Graduação:** Atender às demandas da Proen, das Unidades e Subunidades Acadêmicas, dos docentes e discentes da Ufopa, objetivando auxiliar as atividades intrínsecas à graduação. Além dessas facilidades, o SIGAA permite o desenvolvimento de uma interação mais intensa entre docentes e discentes, funcionando como canal de comunicação adicional e possibilitando ao docente o depósito de material didático (apostilas, apresentações, notas de aulas); informar sobre datas e locais das avaliações, datas e horários de aulas adicionais e criação de debates. Assim, essa ferramenta visa a promover maior participação e interatividade entre docentes e discentes, além de desenvolver maior autonomia pelo discente em sua vida acadêmica.

b) **Pós-Graduação:** Por meio do módulo *Stricto Sensu*, congrega operações relativas à gestão acadêmica e administrativa dos cursos de mestrado e de doutorado da Ufopa.

c) **Biblioteca:** Permitir a operacionalização das tarefas, tais como cadastro, catalogação, empréstimos e controle estatístico do acervo das bibliotecas da Ufopa.

d) **Portal Docente:** Reunir informações relativas aos docentes nas suas atividades acadêmicas, sejam elas de ensino, de pesquisa, de extensão, sejam de monitoria; permitir o cadastro de informações relativas à produção intelectual do docente, gerenciamento de turmas por meio do AVA Turma Virtual; acessar portais nos quais tenha perfil, tais como Coordenador de Lato Sensu, Coordenador de *Stricto Sensu* etc.; acessar seu Portal-Arquivos e requisitar a aquisição de livros para a biblioteca, entre outras atividades.

e) **Portal Discente:** Nele o aluno poderá consultar nota, emitir histórico, declaração de vínculo e atestado de matrícula; matricular-se; trancar componente curricular; consultar as informações de cursos, de componente curricular, de turma e de unidades acadêmicas; e, por fim, acessar as turmas virtuais dos componentes curriculares nos quais está matriculado.

f) **Portal do Coordenador *Stricto Sensu*:** O portal *Stricto Sensu* fornece ao coordenador de *stricto* as operações: cadastros (equipe de docentes do programa, docente externo, limite de orientandos por docente, ementas e referências de disciplinas, processos seletivos, oferta de vagas, calendário etc.); gerenciamento de alunos (cadastro, matrícula, aproveitamento, emissão de histórico e de atestado de matrícula, aproveitamento de disciplina, consolidação individual de nota, cadastro de banca, homologação de diploma etc.); criação e consulta de turma, relatórios e

consultas diversas.

g) Portal Coordenador de Graduação: Por meio desse portal, o coordenador de curso de graduação poderá gerenciar as atividades realizadas pela coordenação (matrícula, emissão de histórico, solicitação de turma, emissão dos mais variados relatórios, realização de consultas etc.), bem como entrar em contato com os alunos do curso, por meio de fórum ou de atendimento das perguntas dos alunos.

Além do SIGAA – que fornece o suporte adequado para a realização das atividades acadêmicas de maneira geral – a Ufopa, considerando seus diversos institutos e cursos e diferentes demandas, por meio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), vem somando esforços para atender de maneira satisfatória às demandas diversas, considerando a instalação e a aquisição de *softwares* educacionais e profissionais, quando solicitados. Desse modo, podemos citar que:

- a) O ICTA vem trabalhando com os seguintes *softwares*: Software Estatístico R e o Software Quantum GIS, instalado no Laboratório de Geoinformação e Investigação Pesqueira.
- b) O Ibef vem trabalhando com os seguintes *softwares*: Software Belview 6.2.3.0, instalado no Laboratório de Tecnologia da Madeira (LTM), e Software ArcGIS, instalado no Laboratório de Cartografia.
- c) O Iced, em seus laboratórios 1, 2 e 3, de acordo com a necessidade e o planejamento acadêmico do docente, vem disponibilizando os seguintes *softwares*: SPRING, FreeCAD, DAEMON Tools Lite, AutoCAD 360, Quantum GIS (QGIS), aplicação multiplataforma Arduíno, DosVox, GeoGebra, Gimp, Inkscape, MatLab, Maxima, Microsoft Fortran PowerStation, MikTex, Modellus X, Netbeans, Scilab, Dev C++, entre outros.
- d) O IEG, em seus cursos, por meio da instalação em seus laboratórios dos diversos *softwares*, visa a aproximar o aluno das novas tecnologias e considerar sua incorporação para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Entre esses *softwares*, podemos citar:
 - A instalação no Laboratório de Microscopia Petrografia dos *softwares*: Las v4.0, Hidro (Sistema de Informações Hidrológica) e Picexa.
 - Instalação no Laboratório de Informática do IEG dos seguintes *softwares*: Packet Tracer, Dev-C++, Geogebra, Matlab, PostgreSQL, Python, Sublime Text, WampServer e XAMPP.

Além dessas ferramentas, no Iced, por meio do PSR 2014, deu-se o início da oferta do curso de Licenciatura em Informática Educacional, com 30 vagas, visando à formação de professores para a educação básica, considerando o desenvolvimento e a incorporação dos recursos da informática como parte das metodologias educacionais.

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

A partir de sua criação, a Ufopa propôs a implantação de cursos de bacharelado e licenciatura, adotando um modelo acadêmico interdisciplinar, com matrizes curriculares flexíveis. Tanto os bacharelados quanto as licenciaturas organizam seus percursos de forma a articular duas ou mais áreas em um mesmo curso. As tabelas a seguir apresentam os cronogramas de implantação dos cursos de graduação e pós-graduação e a situação atual dos cursos.

Quadro 10 – Cronograma de implantação dos cursos da Ufopa – Graduação.

Instituto	Curso	Cronograma	Situação atual
Ibep	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Agronomia	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Biotecnologia	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Zootecnia	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Engenharia Florestal	2011/2012	Curso implantado
Iced	Licenciatura Integrada em Biologia e Química	2011/2012	Curso implantado
	Licenciatura Integrada em Matemática e Física	2011/2012	Curso implantado
	Licenciatura Integrada em Português e Inglês	2011/2012	Curso implantado
	Licenciatura Integrada em História e Geografia	2011/2012	Curso implantado
	Licenciatura em Informática Educacional	2013	Curso implantado
ICS	Bacharelado em Antropologia e Arqueologia	2011/2012	Cursos implantados separadamente Bacharelado em Arqueologia e Bacharelado em Antropologia
	Bacharelado em Ciências Econômicas	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento	2011/2012	Curso implantado com a denominação de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

ICTA	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Biologia	2011/2012	Curso implantado com a denominação de Bacharelado em Ciências Biológicas
	Bacharelado em Engenharia de Pesca	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental	2011/2012	Curso implantado
IEG	Bacharelado em Engenharia Física	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Engenharia da Computação	2011/2012	Curso não implantado
	Bacharelado em Ciências da Computação	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado em Geologia e Geofísica	2011/2012	Cursos implantados separadamente Bacharelado em Geologia e Bacharelado em Geofísica
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra	2011/2012	Curso implantado
Isco*	Bacharelado em Farmácia	2011/2012	Curso implantado
	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva	2015	Curso implantado
*	Instituto criado em 2015.		

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) – Ano 2015.

Quadro 11 – Cronograma de implantação dos cursos da Ufopa – Pós-Graduação

Curso	Modalidade	Natureza	Vagas	Implantação	Situação atual
Direitos Humanos e Políticas Públicas	Presencial	Especialização	30	2010	Implantado/ concluído
Recursos Naturais da Amazônia	Presencial	Mestrado	20	2010	Implantado/ ativo
Gestão Escolar	EAD	Especialização	400	2011	Implantado/ ativo
Agroecologia na Amazônia	Presencial	Especialização	25	2011	Implantado/ concluído
Jornalismo Científico	Presencial	Especialização	25	2011	Implantado/ concluído
Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Presencial	Especialização	40	2011	Implantado/ concluído

Mestrado Profissionalizante em Matemática - Profmat	Presencial	Mestrado	20	2012	Implantado/ativo
Língua, Cultura e Sociedade	Presencial	Especialização	30	2012	Implantado/concluído
Ensino Interdisciplinar das Ciências e do Meio Ambiente	Presencial	Especialização	30	2012	Implantado/concluído
Manejo Florestal	Presencial	Especialização	25	2011	Implantado/concluído
Coordenação Pedagógica	EAD	Especialização	400	2012	Implantado/ativo
Recursos Aquáticos Continentais da Amazônia	Presencial	Mestrado	20	2012	Implantado/ativo
Doutorado Interinstitucional em Educação	Presencial	Doutorado	20	2012	Implantado/ativo
Mestrado Acadêmico em Biociências	Presencial	Mestrado	20	2013	Implantado/ativo

Quadro 12 – Cursos não previstos que foram implantados.

Cursos não previstos que foram implantados	Modalidade	Natureza	Vagas	Implantação	Situação atual
Ensino Interdisciplinar de Ciências e Meio Ambiente	Presencial	Especialização	45	2011	Ativo
Mestrado em Educação	Presencial	Mestrado	25	2013	Ativo
Mestrado Profissional em Letras – Proletras	Presencial	Mestrado	20	2014	Ativo
Docência na Educação Infantil	Presencial	Especialização	120	2014	Ativo

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) – Ano 2015

A implantação da modalidade de ensino a distância está em fase de discussão na Instituição. Já o projeto de expansão da Ufopa para os *campi* fora de sede prevê a criação de cursos de bacharelado e (ou) licenciatura para os *Campi* de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná até 2016, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 13 – Cronograma de implantação de cursos fora de sede.

<i>Campi</i>	Cursos	Vagas	Implantação	Situação atual
Oriximiná	Bacharelado Interdisciplinar em Biologia da Conservação	50	2015	Implantado
	Curso a definir	50	2016	A implantar
Itaituba	Curso a definir	50	2016	A implantar
	Curso a definir	50	2014	A implantar
Juruti	Bacharelado em Agronomia	50	2016	A implantar
	Bacharelado em Engenharia de Minas	50	2016	A implantar
Óbidos	Curso a definir	50	2016	A implantar
	Licenciatura em Pedagogia	50	2014	Implantado
Alenquer	Curso a definir	50	2016	A implantar
	Curso a definir	50	2016	A implantar
Monte Alegre	Curso a definir	50	2016	A implantar
	Curso a definir	50	2016	A implantar

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) – 2015.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1. GESTÃO INSTITUCIONAL

Em atendimento aos princípios da educação nacional estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a administração da Ufopa está pautada na gestão democrática, que se consolida no funcionamento dos conselhos e colegiados institucionais.

A existência dos conselhos e colegiados visa a garantir a inserção da comunidade nas discussões e no estabelecimento de prioridades para a Instituição, por meio de seu autoconhecimento.

O Estatuto da Universidade disciplina sua estrutura administrativa em seu Título IV, Capítulo I. Observa-se também no Regimento da Instituição, em seu Título II, Subtítulo I, Capítulo I, que:

São órgãos deliberativos da Ufopa:

- a) o Conselho Universitário (Consun);
- b) o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- c) o Conselho Superior de Administração (Consad).

Em instância intermediária:

- a) os Conselhos dos Campi;
- b) os Conselhos das Unidades Acadêmicas (Institutos e Centro de Formação Interdisciplinar).

Em primeira instância:

- a) os Colegiados dos Programas de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados Interdisciplinares e Bacharelados Profissionalizantes);
- b) os Colegiados dos Programas de Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu);
- c) os Colegiados de Núcleos e Unidades Acadêmicas Especiais.

Conforme consta do Estatuto, em seu art. 5º, a composição dos Órgãos Colegiados Deliberativos dar-se-á conforme os seguintes critérios:

- I - os Conselhos Superiores: de acordo com o que estabelecem o Estatuto da Universidade e o Regimento Geral;
- II - os Conselhos dos Campi: pelo Diretor e Vice-Diretor, pelos Diretores e Coordenadores de Unidades e Subunidades Acadêmicas e por representantes dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos dos Campi;

III - as Unidades Acadêmicas: pelo Diretor e Vice-Diretor, pelos Coordenadores de Subunidades Acadêmicas e por representantes dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos;

IV - os Colegiados dos Programas: pelo Coordenador e Vice-Coordenador, por representantes dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos;

V - os Colegiados de Pós-Graduação: pelo Coordenador e Vice-Coordenador, por representantes dos docentes permanentes, dos discentes e dos técnicos administrativos que atuam no Programa;

VI - os Conselhos dos Órgãos Suplementares, conforme o Regimento Interno da Reitoria.

Ainda conforme o art. 5º do Estatuto, a presidência dos Órgãos Colegiados será exercida pelo respectivo dirigente. Os representantes dos docentes, dos técnicos administrativos e dos discentes serão eleitos pelo voto direto e secreto dos seus respectivos pares. Os representantes e respectivos suplentes dos docentes e dos técnicos administrativos deverão pertencer ao quadro efetivo de pessoal da Ufopa e exercerão seus mandatos por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos 1 (uma) vez, por eleição. Os representantes dos discentes exercerão seus mandatos por 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos 1 (uma) vez, por eleição.

A sociedade civil organizada participa da gestão institucional por meio do Conselho Comunitário (Consecom), conforme estabelece o Capítulo VI, Seção I, do Regimento Geral, que determina que o Consecom é o órgão de interação da Ufopa com a comunidade externa, de caráter opinativo e consultivo, autônomo, independente e democrático. Os representantes da comunidade local serão escolhidos, com os respectivos suplentes, pelo Consun, dentre os nomes indicados por entidades representativas dos campos cultural, científico, empresarial, trabalhista e dos movimentos sociais, legalmente constituídos.

Além disso, a sociedade civil organizada participa da gestão universitária por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA/Ufopa), conforme prevê a Lei 10.861/2004, em seu art. 11, I, e o próprio Regimento da CPA, em seu art. 6º, IV, uma vez que “A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, a partir dos princípios e diretrizes do Sinaes, objetivando a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional,

contribuindo para o aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional” (PPI). (Regimento da Comissão Própria de Avaliação, art. 2º).

O Regimento da Ufopa disciplina ainda a composição e o funcionamento do Conselho da Unidade Acadêmica, que, de acordo com o art. 110, “é o órgão colegiado máximo das Unidades Acadêmicas, de caráter consultivo e deliberativo, podendo ser constituído de forma paritária”, tendo a seguinte composição:

I - o Diretor, como Presidente;

II - o Vice-Diretor;

III - os Coordenadores de Subunidades Acadêmicas;

IV - os representantes dos docentes;

V - os representantes dos técnicos administrativos em educação;

VI - os representantes dos discentes da Unidade;

VII - outros membros, conforme Regimento Interno da Unidade Acadêmica.

Os representantes dos docentes, técnicos administrativos em educação e discentes serão eleitos pelos seus pares e terão mandato e forma de escolha definidos no Regimento da Unidade.

As Subunidades Acadêmicas também possuem seus órgãos colegiados, constituídos, de acordo com o Regimento da Ufopa, “pelo Coordenador, Vice-Coordenador e por representantes das categorias” (art. 118).

O Consun se reúne ordinariamente, no mínimo duas vezes ao ano, e extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria simples dos seus membros, com indicação dos motivos da convocação. Os demais órgãos seguem cronogramas próprios estabelecidos anualmente, mas também realizam reuniões extraordinárias, de acordo com as necessidades.

Todos os conselhos da Ufopa registram suas reuniões em atas, devidamente assinadas pelos participantes. Tais documentos estão à disposição da comunidade nas secretarias dos conselhos. A CPA disponibiliza suas atas no sítio da Instituição (www.ufopa.edu.br/cpa). As atas dos colegiados de cursos são arquivadas na secretaria de cada curso ou na secretaria acadêmica do instituto.

5.2. POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

A política de gestão de pessoas da Ufopa consiste em uma estratégia delineada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2012-2016) e tem por objetivos promover a qualificação dos servidores, atrair e fixar pessoal qualificado,

motivar e valorizar os servidores do ponto de vista institucional. (Políticas de Gestão de Pessoas – Ufopa, 2014).

No âmbito da Ufopa, a política de gestão de pessoas é executada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) – unidade executiva responsável pelo planejamento e execução de ações na área de pessoal – e foi desenvolvida de forma a abranger os vários subsistemas dessa área, incluindo recrutamento, seleção, desenvolvimento, remuneração e qualidade de vida dos servidores.

5.2.1. Estrutura Organizacional da Progep/Ufopa



Figura 4 – Estrutura organizacional da Progep.

Fonte: Progep/Ufopa – 2015

5.2.2. Mapa Estratégico de Gestão de Pessoas da Ufopa

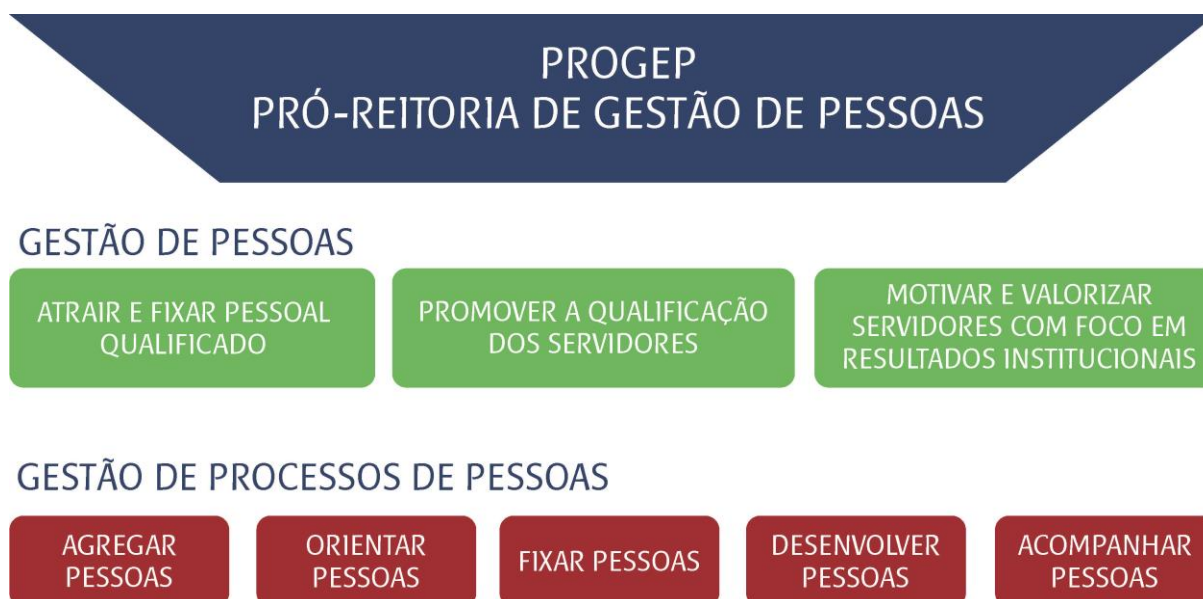


Figura 5 – Mapa estratégico de gestão de pessoas

Fonte: Política de Gestão de Pessoas da Ufopa, aprovada no Consun/Ufopa/2015.

5.2.3. Plano de Gestão Estratégica de Pessoal da Ufopa

- Atrair e Fixar Pessoal Qualificado:

A seleção de servidores para compor o quadro de pessoal da Universidade é realizada por meio de concurso público, tanto para os ocupantes de cargos efetivos quanto para os servidores que serão admitidos por meio de contratos temporários, recrutamento, seleção e admissão.

A política de gestão de pessoas da Universidade estabelece ainda objetivos que almejam a fixação de pessoal na Instituição. Para isso, orienta princípios que melhorem o ambiente de trabalho em suas dimensões físicas e psicológicas, proporcionando capacitações e orientações que contribuem com a melhoria no estilo de gestão, melhoria nos relacionamentos interpessoais, gestão de conflitos, entre outros.

A Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida é responsável por executar ações relacionadas ao programa de saúde e qualidade de vida dos servidores da Ufopa, com o seguinte objetivo: “Desenvolver ações para a saúde e qualidade de vida dos servidores, que contemplem as suas dimensões física, emocional, social, profissional e intelectual”. (Políticas de Gestão de Pessoas – Ufopa, 2014)

- Promover a qualificação dos servidores:

De acordo com a política de gestão de pessoas da Ufopa, a capacitação e a qualificação dos servidores possuem as seguintes finalidades: Promover o desenvolvimento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, a fim de aprimorar, continuamente, os serviços prestados à sociedade (Políticas de Gestão de Pessoas – Ufopa, 2014).

Conforme o Decreto nº 5.824/2006, os eventos de capacitação se constituem por meio de cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O apoio ao desenvolvimento profissional dos servidores ocorre ainda por meio de eventos de capacitação externos, além do apoio à participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* no país para realização de mestrado e doutorado. Os afastamentos dos servidores TAEs são regidos pela Lei nº 8.112/90 e a Resolução nº 80, de 7 de janeiro de 2015.

- Motivar e valorizar servidores com foco em resultados:

As políticas de desenvolvimento de pessoal no âmbito dos órgãos autárquicos federais obedecem ao disposto no Decreto nº 5.824/2006. O referido Decreto estabelece uma série de critérios; entre eles, encontra-se a determinação de capacitações e treinamentos aos servidores, além do estabelecimento de gestão por competência nos órgãos públicos responsáveis pelo alinhamento das competências individuais dos servidores aos objetivos da instituição.

5.2.4. Corpo Docente: Plano de Carreira, Regime de Trabalho e Política de Qualificação

A Ufopa existe como instituição inovadora na educação superior, tendo como principais exemplos dessas inovações a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a formação em ciclos, a partir de um mecanismo integrado de educação continuada, como elementos norteadores do seu modelo acadêmico. Assim, para sua consolidação, tem-se dado atenção especial à formação de um corpo docente altamente qualificado e com foco inter e multidisciplinar.

Ao ser criada, a Ufopa já contava com 73 (setenta e três) docentes, entre incorporados e removidos das instituições de origem. Desse total, 65 (sessenta e cinco) oriundos da UFPA (Campus de Santarém) e 8 (oito) da Ufra (Unidade Tapajós), conforme art. 5º da Lei nº 12.085/2009. Entre os docentes oriundos da UFPA, 5 (cinco) são da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Entre novembro de 2009 e o ano de 2014, o quadro docente da Ufopa aumentou de 73 (setenta e três) para 382 (trezentos e oitenta e dois), o que corresponde a um crescimento de mais de 80% do quantitativo de docentes. O crescimento do quadro docente ocorreu com base no objetivo estratégico de “Atrair e fixar pessoal qualificado”, ou seja, recursos humanos com as competências, habilidades e atitudes necessárias para ajudar a promover o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Uma iniciativa que contribuiu para esse crescimento foi a realização de concurso público de provas e títulos. Outra iniciativa adotada foi o processo de redistribuição de docentes de outras Ifes para a Ufopa, fundamentando na experiência profissional e agregação de valores às políticas de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e inovação.

5.2.5. Plano de Carreira e Desenvolvimento Profissional Docente

A partir de dezembro de 2012, o plano de carreira dos professores do magistério superior passou a ser regido pela Lei nº 12.772/2012. A legislação estruturou a progressão dos servidores integrantes do referido cargo por meio de classes, e para progredir na carreira terão de cumprir o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e apresentar documentos que comprovem sua atuação profissional na Instituição em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A carreira de magistério superior é composta das classes de Titular, Associado, Adjunto, Assistente e Auxiliar (Decreto nº 94.664/1987). Não há ingresso na classe de Professor Associado por concurso público; nas demais classes, o ingresso ocorre por concurso público e há exigência mínima de titulação para cada classe.

O concurso para classe de Professor Titular exige o título de Doutor ou Livre Docente. Para Adjunto, exige-se a titulação de Doutor, para Assistente a titulação de Mestre e para Auxiliar a titulação de Especialista. A ascensão de um nível para outro na mesma classe ocorre mediante avaliação de desempenho, conforme a legislação pertinente.

5.2.6. Regime de Trabalho Docente

O regime de trabalho na carreira do magistério superior pode ser exercido em dedicação exclusiva, tempo integral e tempo parcial, correspondente respectivamente a 40 (quarenta), 40 (quarenta) e 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Há interesse da Instituição em concentrar esforços para atração de professores e/ou pesquisadores doutores em regime de dedicação exclusiva. Todavia, a exceção da exigência de dedicação exclusiva pode ocorrer para atender a necessidades específicas da Universidade.

Tabela 2 – Docentes por Regime de Trabalho.

DOCENTES POR REGIME DE TRABALHO					
HORAS	2012	2013	2014	2015*	2016*
20 horas	3	3	4	4	4
40 horas	5	5	7	7	7
Dedicação exclusiva	256	264	371	481	494

Fonte: Progep, 2015

*Quantidade prevista para o ano.

5.2.7. Política de Qualificação Docente

Um dos objetivos da política de gestão de pessoas é “estimular o constante aperfeiçoamento e qualificação do corpo docente da Ufopa, visando à promoção do crescimento pessoal, profissão e institucional”. A concretização desse objetivo se dará por meio do Programa de Formação Continuada e Qualificação Docente. (Políticas de Gestão de Pessoas – Ufopa, 2014).

Os docentes desta Ies participam de cursos de qualificação, visando ao desenvolvimento de competências técnicas tanto na sua área de atuação quanto nas áreas administrativas. Os servidores participam ainda de congressos/seminários que possibilitam o intercâmbio de conhecimentos.

A Ufopa tem reunido esforços para ampliar a qualificação de seu corpo docente, buscando criar oportunidade de formação acadêmica. A Universidade procura incentivar a formação continuada por meio de autorização de afastamento para participar de programas *stricto sensu*, o que influencia na qualidade do ensino, com profissionais qualificados, e melhora o índice de qualificação do corpo docente, um dos parâmetros utilizado para aferição da qualidade dos serviços prestados e de alocação de recursos financeiros.

A evolução de docentes na Ufopa por titulação entre 2009 e 2014 pode ser verificada na tabela a seguir. Os valores correspondentes aos anos subsequentes são estimativas baseadas nos afastamentos autorizados.

Tabela 3 – IQCD - Índice de Qualificação Docente

EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
$IQCD = \frac{5.D + 3.M + 2.E + G}{D + M + E + G}$	3,60	3,77	3,74	3,94	6,35	3,80	3,86	3,90

Fonte: Progep, 2015

Na Ufopa, a evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), cálculo padrão utilizado pelo Tribunal de Contas da União, permite aferir com precisão o desenvolvimento da qualificação docente. Conforme mostra a tabela, em 2013 a Universidade apresentou uma elevação no índice, tendo sofrido uma queda em 2014 em razão de a admissão de novos servidores docentes com formação em nível de mestrado ter sido mais expressiva.

5.2.8. Plano de Expansão do Corpo Docente

A tabela mostra a evolução do corpo docente no período de 2009 até 2014, bem como a previsão de expansão até o ano de 2016. No quantitativo de docentes, estão incluídas vagas que serão destinadas aos *campi* fora de sede.

Tabela 4 – Expansão do quadro docente.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE							
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
73	180	220	265	272	382	492	505

Fonte: Progep, 2015

Nesta se observa a evolução anual do número de docentes existentes na Instituição. No ano de 2015, a previsão de evolução do número de docentes é feita com base no código de vagas autorizadas pelo MEC para a realização de concurso público. A partir de 2016, são feitas previsões de evolução do número de docentes.

5.2.9. Corpo Técnico-Administrativo em Educação: Plano de Carreira, Regime de Trabalho, Expansão do Quadro Técnico-Administrativo

A Ufopa possui atualmente 547 (quinhentos e quarenta e sete) Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), dados correspondentes até maio de 2015. Em sua criação, a Universidade incorporou ao seu quadro de pessoal 58 (cinquenta e oito) TAEs, dos quais 23 (vinte e três) oriundos do campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e 35 (trinta e cinco) da Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), em Santarém (Tabela 5). Nesta se verifica o quantitativo de TAEs, por nível de qualificação e o percentual de cada nível.

Tabela 5 – Técnicos administrativos em educação.

TÍTULOS	RESULTADO ATINGINDO		
	2012	2013	2014
Ensino Fundamental	1	14	14
Ensino Médio	77	68	120
Graduados	101	105	171
Especialistas	98	119	162
Mestres	14	14	24
Doutores		1	1

Fonte: Progep, 2015.

Do total de TAEs efetivos na Instituição, 96,5% são dos níveis D e E. Os demais níveis, como citado, são oriundos das instituições de origem e correspondem a 4,5% do total. A tabela 9 mostra os dados sobre a evolução do quantitativo de técnicos, de acordo com a escolaridade até 2014, incluindo previsões até 2016.

Verifica-se que 72,76% dos técnicos administrativos possuem o nível superior, dos quais 38,01% são pós-graduados em nível de especialização, mestrado e doutorado.

5.2.10. Plano de Carreira e Desenvolvimento Profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação

O plano de carreira dos TAEs está discriminado nos seguintes textos normativos: Lei nº 11.091/2005 (Estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação) e Decreto nº 5.824/2006 (Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005.).

O Plano de Carreira dos TAEs está dividido em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), com 4 (quatro) níveis de capacitação cada. O ingresso ocorre no primeiro nível da carreira, por meio de concurso público. E o desenvolvimento profissional está dividido em (progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional). O interstício mínimo para as progressões é de 18 (dezoito) meses.

A remuneração é composta por vencimento básico e incentivo à qualificação. O pagamento de incentivo à qualificação varia de acordo com o nível de classificação e a área de conhecimento do curso. O servidor perceberá valores maiores se fizer curso com correlação direta com o ambiente organizacional no qual atua.

5.2.11. Regime de Trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação

O regime de trabalho dos TAEs é de 40 (quarenta) horas semanais (Lei nº 8.112/1990), excetuando-se os cargos previstos na legislação específica. A jornada de trabalho é desenvolvida em conformidade com as necessidades da Instituição, na busca de prover o melhor atendimento à sociedade.

Visando a oferecer condições adequadas de trabalho aos servidores, a Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida dispõe de profissionais que atuam nas áreas psicossociais e medicina do trabalho, realizando ações de orientação e prevenção de riscos à saúde e o bem-estar dos servidores.

Sua atuação ocorre por meio de gestão de atendimentos externos, nos casos de ressarcimento à saúde suplementar e nos casos em que a perícia é dispensável. Os servidores são beneficiados com inúmeros serviços oferecidos pela sua equipe técnica por meio de programas e vistorias que tendem a proporcionar condições adequadas de trabalho aos servidores.

Tabela 6 – Técnico-administrativos por regime de trabalho.

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS POR REGIME DE TRABALHO					
HORAS	2012	2013	2014	2015*	2016*
20 horas		1	1	1	1
25 horas	4	4	6	6	6
40 horas	301	316	484	548	568
30 horas			1	2	2

Fonte: Progep, 2015

5.2.12. Expansão do Quadro Técnico-Administrativo

O cronograma de expansão de técnicos, no período de 2009 a 2014, e a previsão de expansão de 2015 a 2016 são demonstrados na Tabela 7. Os técnicos nos níveis de qualificação A, B e C foram incorporados das instituições que deram origem à Ufopa e deverão ser extintos à medida que ocorrerem as aposentadorias como ocorreu no nível de classificação A.

Tabela 7 – Técnico-administrativos em educação por níveis de classificação.

Nível de classificação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
A	1	1	1	0				
B	19	19	17	16	14	14	14	14
C	6	6	7	6	5	3	3	3
D	21	99	117	160	163	271	331	340
E	11	82	86	123	139	204	210	220
Total	58	207	228	305	321	492	558	577

Fonte: Progep, 2015

5.2.13. Gestão por Competência

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, traz nova discussão sobre os processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas na Administração Pública, tendo como tônica o conceito de competências, que é a capacidade exigida de alguém para realizar determinada atividade ou tarefa. No contexto da PNDP, a competência pode ser

entendida como “um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.



Figura 6 – Conceito de Competências

Fonte: Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) – Ano 2012

A adoção do referencial das competências não impacta somente as ações de desenvolvimento profissional, porque envolve também a concepção global da gestão. Ou seja, alcança o nível organizacional desde a formulação e revisão de sua estratégia até a avaliação de seu desempenho. Certamente, a nova PNDP se mostra desafiante às instituições públicas e aos próprios servidores, pois representa a ruptura com o modelo tradicional de capacitação, com base no diagnóstico de demandas, passando a novo modelo que prima por maior alinhamento entre os interesses institucionais e as necessidades dos servidores, assim como pela valorização individual do servidor, sua motivação e satisfação pessoal e profissional, melhoria dos serviços prestados e do ambiente em geral.

Com pouco mais de três anos, a Ufopa iniciou o processo de implantação do modelo de gestão por competências, tendo como unidade-piloto a Superintendência de Infraestrutura (Sinfra). A iniciativa do projeto de implantação intitulado “Gestão de Pessoas com foco em competências: preparando um novo profissional para uma nova universidade na Amazônia”, executado, em sua primeira etapa, com recursos de fomento do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Mpog), teve como objetivo o mapeamento de competências individuais – gerais (inerentes a todos os servidores), gerenciais (todos os gestores) e específicas (unidades acadêmico-administrativas), o que permitiu à Instituição definir objetivamente quais competências precisariam ser desenvolvidas e priorizadas posteriormente, por ocasião do diagnóstico de lacunas (necessidade de capacitação), no Plano de Capacitação Institucional.

A Ufopa atualmente conta com um grupo de consultores internos, composto de 11 (onze) servidores, designados por portaria específica, que, utilizando

metodologia com uso de análise documental, grupos focais, entrevistas, grupos de validação semântica e validação de conteúdo, mapeou: 7 (sete) competências institucionais; 8 (oito) competências gerais; 6 (seis) competências gerenciais; e 44 (quarenta e quatro) competências específicas. Além do mapeamento, a unidade-piloto teve identificadas as lacunas de competências gerais, gerenciais e específicas.

A Figura 7 mostra os passos para a consolidação do modelo de gestão por competências até 2016, abordando os trabalhos iniciados no ano de 2012. Para 2013, a equipe de consultores deverá realizar, inicialmente, o diagnóstico das competências gerais e gerenciais para os servidores técnicos administrativos e gestores da Instituição. Será com base nesse diagnóstico que a DGDP terá as diretrizes para a elaboração de plano de capacitação baseado em competências, previsto ainda para este mesmo ano. O mapeamento das demais competências específicas (de acordo com as unidades acadêmico-administrativas), assim como o diagnóstico de competências dessas unidades, será concluído até 2016. A elaboração do plano de capacitação que contemple todas as competências específicas tem previsão para este mesmo ano.

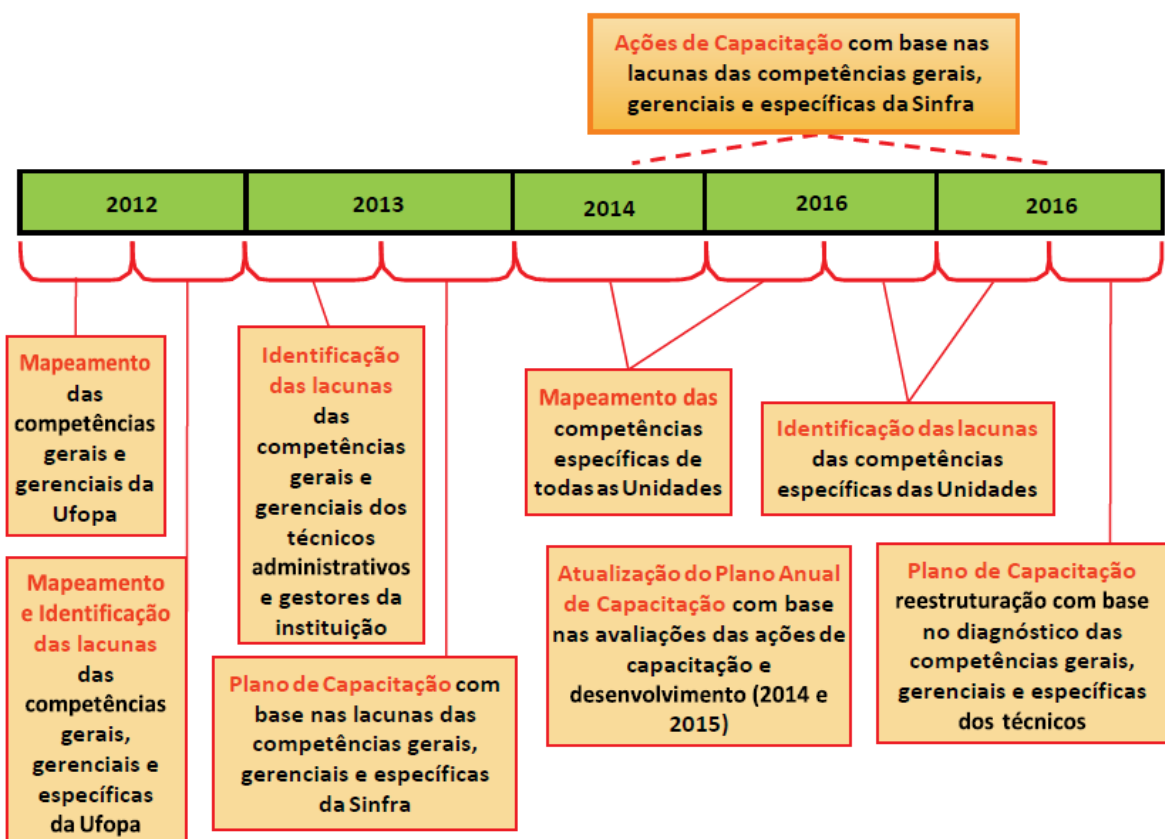


Figura 7 – Passos para a consolidação do modelo de gestão por competências.

Fonte: Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) – Ano 2012

5.3. SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO

Para registro e controle acadêmico, a Ufopa utiliza o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica por meio dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado, denominado Turma Virtual.

O Módulo Graduação do SIGAA objetiva auxiliar as atividades intrínsecas à gestão dos cursos de graduação, sob todos os aspectos, desde o momento da criação do curso e sua estrutura, bem como o gerenciamento dos cursos e seus alunos e a possibilidade do acompanhamento da vida acadêmica do discente.

Por meio do Portal Discente do SIGAA, os estudantes poderão não apenas realizar matrícula, mas também acompanhar suas notas, obter certificados e histórico escolares, entre outros procedimentos. Da mesma forma, os professores irão utilizar o Portal Docente para lançar notas e frequência, acessar grade de horários e gerenciar planos de cursos. O Módulo Graduação é composto, ainda, pelo Portal Coordenação de Graduação, que permite ao Coordenador do Curso o acesso às informações referentes às turmas ligadas a determinado curso.

Pode-se ter acesso ao SIGAA/Ufopa por meio do endereço eletrônico: www.sigaa.ufopa.edu.br ou pelo Portal da Ufopa, clicando no *banner* rotativo, na página inicial.

5.4. COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO DOCENTE

O Plano de Carreira Docente na Ufopa segue a legislação vigente na atualidade, a Lei nº 12.772/2012, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Todas as ações nesse sentido, bem como a estrutura remuneratória, seguem essa normativa. A partir de 1º de março de 2013, o ingresso na carreira do Magistério Superior na Ufopa ocorreu sempre no primeiro nível de vencimento da classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. A titulação exigida para o ingresso é a de Doutor nas áreas de conhecimento oferecidas em concurso, porém, em virtude da situação geográfica da Ufopa, sediada no interior da Amazônia, e, conseqüentemente, carente em doutores, e conforme prevê o § 3º do art. 8º do Capítulo II da Lei em questão, para algumas áreas do conhecimento, permite-se o ingresso de profissionais com o título de Mestre ou Especialista. O desenvolvimento na carreira após ingresso na Instituição

ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Atualmente, as solicitações de progressão funcional e promoção são encaminhadas à Coordenação de Desempenho e Desenvolvimento (CDD) da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP), vinculadas à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Ufopa, encarregada das devidas providências. Até meados de 2013, as demandas recebidas eram encaminhadas pela CDD à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição tutora da Ufopa, para análise e parecer dos pedidos. A partir de 7 de agosto de 2013, com o fim do convênio firmado entre as instituições citadas, conforme informação RJ/CPPD nº640/2013, todo processo passa a ser realizado na própria Ufopa, que vem aprimorando os seus instrumentos de avaliação e análise de progressões e promoções com a composição da sua própria CPPD, que está em fase de constituição, conforme determina a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 26, que determina que a CPPD seja instituída por um processo eleitoral, com a participação de docentes integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. Essa comissão é imprescindível à gestão do corpo docente da Ufopa, sobretudo no que tange à formulação e ao acompanhamento da execução da política de pessoal docente, o que inclui o dimensionamento nas unidades acadêmicas, contratação e admissão, alteração do regime de trabalho, avaliação de desempenho e afastamento para qualificação, principalmente.

5.5. COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Ufopa desenvolve seus trabalhos de planejamento, realização de análises de processos, pareceres e acompanhamento do desempenho e desenvolvimento do técnico administrativo em educação, conforme versam os dispositivos legais – Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira e Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera a Lei nº11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Apesar de a Ufopa ainda não haver elaborado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), executam-se os

procedimentos de acordo com as normas vigentes, seguindo o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores, dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Essas cinco classes são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados com base em alguns requisitos, como escolaridade. Cada uma dessas classes divide-se em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV, e cada um desses níveis tem 16 padrões de vencimento básico. O ingresso na carreira é realizado por meio de concurso público, de provas ou de provas e títulos e ocorre sempre no nível I de cada classe, observadas a escolaridade e a experiência, estabelecidas no anexo II da Lei nº 11.091/2005.

Da progressão funcional, os servidores podem progredir, dentro de uma classe, nos quatro níveis de classificação e os dezesseis padrões de vencimento, mas não podem ascender de uma classe para a outra. O servidor que ingressar na classe D, por exemplo, não tem a opção de passar para a E (só por meio de novo concurso público).

A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, dentro do mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de dezoito meses. É permitida a somatória de cargas horárias de cursos superiores a 20 (vinte) horas/aula.

A progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento (que vai do 1 ao 16, dentro de cada uma das classes) imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

Além da progressão profissional, o plano de carreira do servidor técnico administrativo oferece um incentivo ao servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo de que é titular, denominado Incentivo à Qualificação. O benefício é pago em percentuais calculados sobre o padrão de vencimento recebido pelo servidor. Os percentuais são fixados em tabela. O título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor proporcionará o percentual máximo, enquanto títulos com relação indireta corresponderão ao percentual mínimo.

5.6. GESTÃO AMBIENTAL

5.6.1. Diretoria de Meio Ambiente

No âmbito organizacional administrativo, foi criada na Ufopa, em abril de 2014, a Diretoria de Meio Ambiente (DMA), vinculada à Superintendência de Infraestrutura. Com mais de um ano de criação, a DMA está se estruturando, em especial, tecnicamente para atender às demandas de conformidade dos aspectos ambientais da Universidade. Atualmente é composta por duas coordenações: a de Conservação e Limpeza e a de Gestão Ambiental. Essa diretoria iniciou o desenvolvimento de suas ações após a identificação de suas atribuições e eixos prioritários de atuação, os quais iriam nortear a gestão ambiental necessária nestas áreas. Assim, ao longo desses meses anteriores, veio desenvolvendo suas atividades de maneira radial, integrando-as aos demais setores que compõem a Ufopa. Desde então, desenvolveu as seguintes atividades (Quadro 14):

Quadro 14 – Ações desenvolvidas pela DMA.

Atividade	Início	Término
1 Licenciamento ambiental das atividades e unidades da Ufopa construídas e a serem instaladas	Abril/2014	Permanente
2 Aplicação de questionário para levantamento de dados sobre resíduos sólidos	Junho/2014	Setembro/2014
3 Aplicação de questionário para levantamento de dados sobre resíduos químicos dos laboratórios	Junho/2014	Setembro/2014
4 Elaboração do diagnóstico em subsídio à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos	Outubro/2014	Dezembro/2014
5 Realização de campanhas de sensibilização ambiental para a redução no consumo de materiais e insumos: copo plástico descartáveis, papel, energia	Setembro/2014	Permanente
6 Monitoramento dos sistemas de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) dos <i>campi</i> da Ufopa	Maio/2014	Permanente
7 Fiscalização das infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais	Maio/2014	Permanente
8 Estudo de alternativas para implantação de sistemas de abastecimentos em todos os <i>campi</i> da Ufopa	Agosto/2014	Dezembro/2014
9 Análise de riscos nos laboratórios	Setembro/2014	Dezembro/2014
10 Elaboração do Mapa de Riscos Ambientais nos laboratórios	Outubro/2014	Janeiro/2015
11 Fiscalização das condições de trabalho e meio ambiente nas obras licitadas em construção	Abril/2014	Permanente
12 Acompanhamento para segurança dos serviços de podas e retirada de árvores que ocorrem nos <i>campi</i>	Maio/2014	Permanente

13	Mapeamento e inspeção dos extintores e equipamentos de segurança do trabalho	Abril/2014	Permanente
14	Levantamento de não conformidades em relação às condições de acessibilidade nos <i>campi</i>	Outubro/2014	Dezembro/2014
15	Condução e participação da elaboração do Plano de Logística Sustentável da Ufopa	Outubro/2014	Dezembro/2014
16	Participação na I Semana de Engenharia Sanitária da Ufopa	Novembro/2014	Novembro/2014
17	Criação e confecção de material gráfico de apoio e divulgação em torno de práticas de sustentabilidade individual e organizacional	Dezembro/2014	Permanente
18	Lançamento do Programa Institucional de Sensibilização Ambiental	Abril/2015	Permanente
19	Entrega de <i>squeeze</i> (garrafinhas) aos servidores e acadêmicos da Ufopa	Abril/2015	Permanente
20	Implementação na Ufopa do projeto-piloto de coleta seletiva, denominado "Lixo Legal", da Prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma).	Abril/2015	Permanente

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

A estrutura organizacional da Ufopa encontra-se em constante aperfeiçoamento, adotando como objetivos: (I) integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica; (II) sistematizar, integrar e proteger a informação; (III) institucionalizar a política de comunicação na busca de excelência na gestão para produzir resultados para a sociedade; e (IV) cumprir a sua missão na busca de ser uma referência na formação interdisciplinar, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

A atual estrutura organizacional da Ufopa foi divulgada pela Portaria nº 2.059, de 28 de agosto de 2014, conforme demonstrada a seguir:

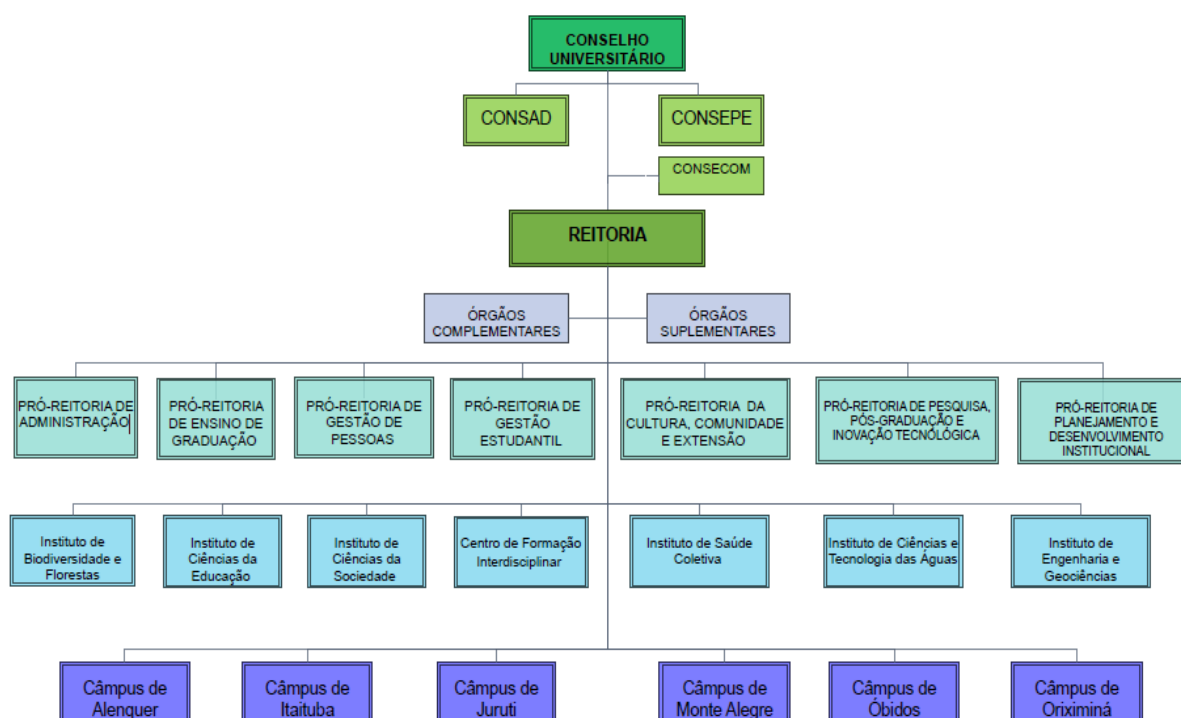


Figura 8 – Estrutura Organizacional da Ufopa (Organograma).

Fonte: Proplan - 2014

A estrutura organizacional adotada atualmente é composta de: Administração Superior, Unidades Acadêmicas, *campi* fora de sede e Órgãos Suplementares. Todos os Conselhos da Ufopa terão garantida a participação de representantes de estudantes, técnicos e professores, em conformidade com a legislação.

6.1. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Conselho Universitário (Consun): delibera sobre a composição da estrutura organizacional e sobre a forma de funcionamento da Instituição, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme definido

na Lei nº 12.085/2009. Tem como membros o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores de Unidades Acadêmicas e representantes das categorias dos Docentes, Técnicos Administrativos em Educação e Discentes. Delibera sobre assuntos acadêmicos, administrativos e de gestão financeira, orçamentária, patrimonial e disciplinar, inclusive com a função de contribuir para a organização da área acadêmica e curricular da Universidade.

Conselho Comunitário (Consecom): é o órgão de interação da Ufopa com a comunidade externa, de caráter opinativo e consultivo, autônomo, independente e democrático, representado por instituições que aportem contribuições afins com os objetivos da Universidade. A composição, atribuições e normas de funcionamento do Consecom são estabelecidas pelo Estatuto.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe): é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica. São membros do Consepe: o Reitor, como Presidente, o Vice-reitor, os pró-reitores de áreas afins, os diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores dos *campi*, os representantes dos docentes, os representantes dos técnicos administrativos e os representantes dos discentes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*.

Conselho Superior de Administração (Consad): é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira. São membros do Consad: o Reitor, como Presidente, o Vice-reitor, os pró-reitores de áreas afins, os diretores das Unidades Acadêmicas, o Superintendente de Infraestrutura, os diretores dos *campi*, os representantes dos docentes, os representantes dos técnicos administrativos e os representantes dos discentes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*.

Reitoria: é assistida pelo Gabinete da Reitoria e sua estrutura é composta pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, pelos Órgãos Suplementares e pelos Assessores Especiais.

Pró-Reitorias: são órgãos executivos da Ufopa. Atualmente, são 7 (sete) Pró-Reitorias: de Administração; de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; de Ensino; da Cultura, Comunidade e Extensão; de Gestão de Pessoas; e de Gestão Estudantil.

Pró-Reitoria de Ensino (Proen): responsável pela coordenação das atividades didático-pedagógicas e administração acadêmica da Instituição e dos *campi* que formam a estrutura física da Ufopa. Ainda responde pelas alterações necessárias a quaisquer mudanças na política educacional da Ufopa, bem como todas as questões

relativas às modalidades de ensino de graduação (presencial e a distância) e a assuntos referentes à interiorização. Integram a Proen as seguintes diretorias: de Ensino; e de Registro Acadêmico.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppit): É a responsável pela definição de políticas e pela elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica. Sua estrutura é composta pela Diretoria de Pesquisa e pela Diretoria de Pós-Graduação.

Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce): A Procce é responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a comunidade acadêmica, cultura e extensão na sede e nos *campi* da Instituição. Tem como objetivos planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão. Considerando que a Ufopa apoia-se nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Procce visa, por meio de suas ações, a aproximar esta Ihes dos diferentes segmentos da sociedade. E, para isto, deve receber, homologar e registrar propostas de ações extensionistas de diferentes áreas do conhecimento, geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da Ufopa, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan): Responsável pela coordenação geral do processo de transformação dos objetivos estratégicos da instituição em resultados para a sociedade, visando ao cumprimento da missão e visão de futuro da Ufopa. Compõem a Proplan a Diretoria de Planejamento e a Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep): A Progep é órgão executivo que atua no planejamento e execução de ações voltadas à área de gestão de pessoas; é responsável pelo recrutamento e seleção, capacitação e desenvolvimento do servidor, movimentação de pessoal, promoção da saúde e qualidade de vida do servidor e assistência psicossocial. É composta por duas Diretorias: de Gestão de Pessoas; e de Saúde e Qualidade de Vida e por seis coordenações.

Pró-Reitoria de Administração (Proad): É o órgão responsável pelos assuntos relativos à administração, no que diz respeito à coordenação e execução dos processos relativos ao orçamento, atos financeiros, contábeis e patrimoniais, serviços de compras e estabelecimento de contratos e convênios, objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da Instituição. A Proad

possui 3 (três) diretorias e coordenações que se empenham para desenvolver suas ações e atingir suas metas com eficácia e eficiência, tendo como objetivo assessorar a Reitoria em assuntos referentes à área técnica, garantindo o melhor desempenho da gestão administrativa. Compõem a Proad a Diretoria de Almojarifado e Patrimônio, a Diretoria de Compras e Serviços e a Diretoria de Finanças e Contabilidade.

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges): A Proges tem como missão incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Secretarias Administrativas e Órgãos Suplementares, o estudante em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória estudantil, por meio de ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desempenho acadêmico. Compõem a Proges as seguintes Diretorias: de Assistência Estudantil e de Ações Afirmativas.

Órgãos Suplementares: são responsáveis pelo desenvolvimento de serviços especiais que contribuem para o desenvolvimento das atividades meio e fim da Instituição. São compostos por:

- a) Agência e Inovação Tecnológica (AIT);
- b) Arquivo Central;
- c) Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni);
- d) Auditoria Interna;
- e) Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (Ctic);
- f) Coordenação de Cerimonial.
- g) Coordenação de Comunicação;
- h) Ouvidoria-Geral;
- i) Sistema de Biblioteca da Ufopa;
- j) Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).

6.2. UNIDADES ACADÊMICAS

São Unidades Acadêmicas os Institutos e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Os institutos são órgãos temáticos, de formação profissional interdisciplinar e específica na graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Desenvolvem, de forma indissociável, as atividades de ensino, pesquisa e inovação, incluída a extensão universitária.

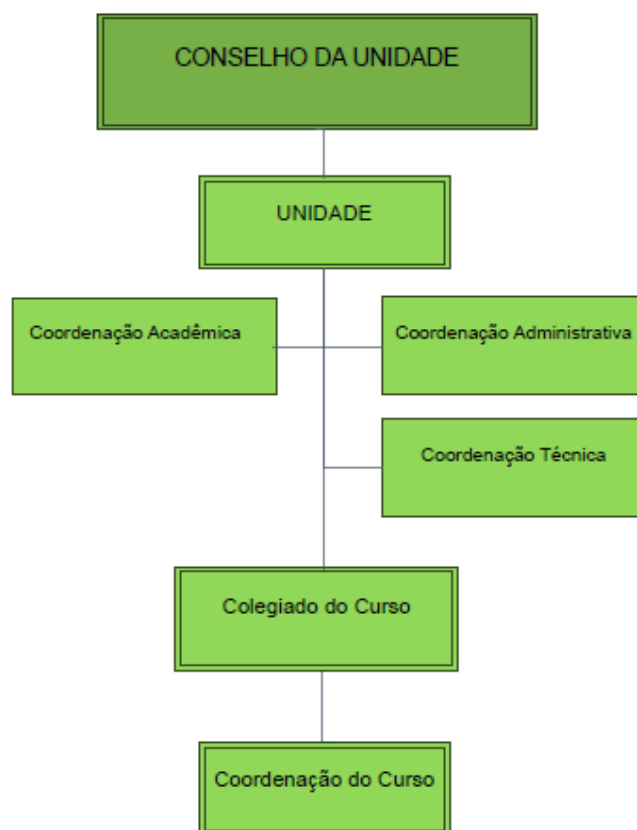


Figura 9 – Estrutura básica dos institutos.
 Fonte: Proplan – 2015

A seguir, apresentamos o perfil das Unidades Acadêmicas:

- a) Instituto de Ciências da Educação (Iced): É responsável pela formação de professores na Ufopa. Tem como eixo central a docência como profissão, sendo composto de cursos que contemplam grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Ciências Naturais; Letras; Educação e Ciências Exatas. Seus cursos possuem uma arquitetura inovadora, desenvolvidos com base na integração das áreas em uma perspectiva interdisciplinar.
- b) Instituto de Ciências da Sociedade (ICS): O ICS tem como objetivo produzir conhecimento acerca do funcionamento da sociedade, sobretudo no que se refere a suas múltiplas diferenciações e organizações internas, às diferentes estratégias de relação com a natureza e sua inserção com a sociedade regional no contexto global. Assim, o ICS pretende formar recursos humanos capazes de planejar, mediar e atuar criticamente em processos de formulação e implementação de decisões coletivas que visem a um aumento do bem-estar social e à formação de novas capacidades endógenas nas diversas áreas de conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Ciências Econômicas, Planejamento e Desenvolvimento urbano e regional e Ciências

Jurídicas.

- c) Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef): O Ibef é uma Unidade Acadêmica de formação superior em graduação e pós-graduação voltada para a área de Ciências Agrárias e Biotecnologia. Tem como missão propor alternativas de crescimento socioeconômico para a agricultura familiar e propor modelos sustentáveis de manejo e comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros para a Amazônia, buscando alternativas que garantam viabilidade econômica, conservação do ambiente e o respeito social. A formação privilegia desenvolver recursos humanos de alto nível para a inovação, prospectando oportunidades para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em parceria com o setor produtivo local e a sociedade. A aprendizagem é baseada em resolução de problemas, metodologia de problematização, estudo de caso, interdisciplinaridade e integração de conteúdo entre disciplinas (multidisciplinaridade) e cursos e institutos, visando a uma sólida formação ética e humanística.
- d) Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA): O ICTA tem como missão a formação de profissionais habilitados em recursos hídricos e aquáticos, com capacidade técnica e científica para pesquisar, diagnosticar e solucionar os problemas gerenciais, tecnológicos e organizacionais nas áreas de conhecimento associadas à Biologia Aquática e Vegetal, aos Recursos Aquáticos e Aquicultura, ao Saneamento e Gestão Ambiental e aos Recursos Hídricos. Nesse sentido, as linhas de pesquisas do ICTA foram pensadas na perspectiva de um processo efetivo de gerenciamento responsável dos recursos hídricos e aquáticos com base no conhecimento científico dos sistemas aquáticos continentais, como: rios, lagos, represas, áreas alagadas, canais e sistemas de irrigação, considerando-se a necessidade de investimento permanente em estudos integrados em climatologia, hidrologia, limnologia e biodiversidade aquática em áreas preservadas e áreas impactadas. Com o intuito de consolidar sua missão, o ICTA trabalha a formação de recursos humanos, bacharéis e pós-graduados (especialistas, mestres e doutores) com visão interdisciplinar, buscando capacitar profissionais habilitados a investigar, diagnosticar e solucionar problemas ambientais de forma a contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para o uso e manejo dos recursos aquáticos e hídricos amazônicos.

- e) Instituto de Engenharias e Geociências (IEG): O IEG sustenta-se em três áreas de formação continuada, nomeadamente Ciência e Tecnologia, Ciências da Terra e Computação. Sua missão é a de realizar a educação tecnológica, com responsabilidade social e ambiental, visando à formação e qualificação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento tecnológico da Amazônia de forma sustentável, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. O entorno regional da Ufopa é altamente favorável ao perfil de engenheiros, geólogos, geofísicos e profissionais da área de Tecnologia de Informação (TI); e a presença de grandes empreendimentos na região, instalados ou em fase de instalação (e.g. Porto Graneleiro da Cargil-Santarem, Alcoa e MRN, Pamatec, Caima e Província Aurífera do Tapajós) motiva e justifica uma forte atuação da Ufopa nas áreas ligadas às engenharias, às geociências e à TI. Junte-se a esse cenário o esforço governamental, no sentido de fortalecer e estabelecer, na Amazônia, instituições e grupos de pesquisas que atuem na produção de novas tecnologias e no desenvolvimento da região.
- f) Instituto de Saúde Coletiva (Isco): O Isco foi criado pela Resolução nº 46, de 20 de novembro de 2013. Juntamente com a sua criação, foi instituído o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e ocorreu a migração do Curso de Farmácia, já ofertado pela Ufopa pelo Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibaf), acompanhado do respectivo quadro de servidores, além da incorporação dos laboratórios de Farmacognosia e Fitoquímica; Farmacologia; Farmacotécnica e Cosmetologia. O Isco tem como missão, formar profissionais capacitados para promover, proteger e recuperar a saúde da população na região amazônica. Sua visão é ser reconhecido como instituto de excelência em ensino, pesquisa e extensão em saúde da região amazônica.
- g) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI): O CFI tem a missão de promover a articulação das diversas áreas do conhecimento em prol da construção de uma abordagem institucional interdisciplinar de seus programas acadêmicos e gerenciais, por meio da oferta de ensino, nas modalidades que se mostrarem adequadas, integrado à pesquisa e à extensão.

7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Essa política tem como referência o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), executado no âmbito do Ministério da Educação, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

O Pnaes é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), e estabelece como objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”.

A Proges foi criada com a missão de viabilizar a permanência dos acadêmicos da Ufopa, por meio do Pnaes. Entre as suas atribuições, estão a coordenação, fiscalização e a execução dos auxílios estudantis que a Universidade disponibiliza. Para tanto, recebe o apoio da Reitoria no intuito de desenvolver ações que favoreçam a inclusão de pessoas que têm a universidade fora do seu alcance, norteada pelos valores da ética, democracia, inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Além disso, visa a assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social e também as políticas e práticas educacionais de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas com os referenciais históricos, culturais, com a produção e difusão artística e cultural e a preservação da memória cultural, a partir da prática, das vivências e dos valores dos povos da Amazônia, principalmente no que concerne aos indígenas e quilombolas.

A Proges tem como visão ser referência como instância e espaço de participação e de diálogo com a comunidade estudantil. Sua missão é desenvolver ações de promoção e assistência à comunidade discente, direcionadas para o acesso, a permanência e a conclusão destes nos cursos de graduação, por meio de ações afirmativas nas áreas social, técnico-científica, cultural, esportiva e de política estudantil.

A Proges possui a seguinte organização administrativa:

ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL

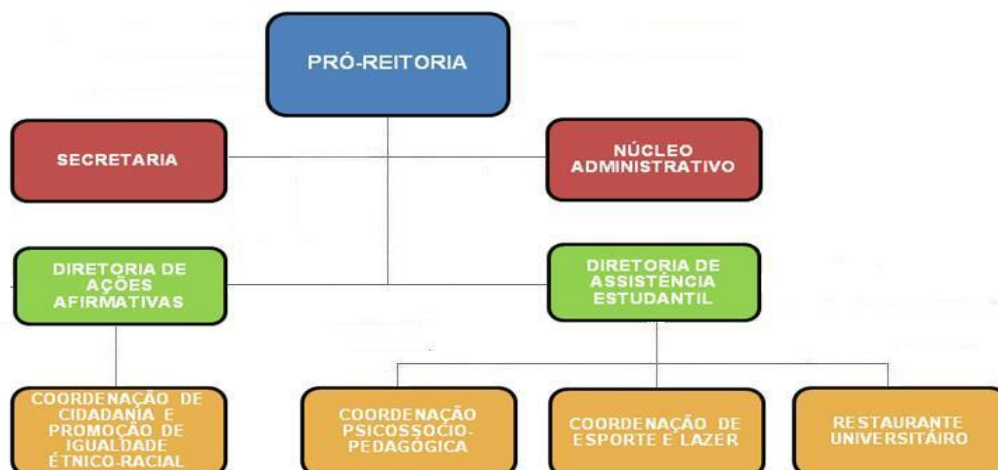


Figura 10 – Organograma da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges).

Fonte: Proges - 2015

A assistência ao estudante na Ufopa é uma das ações que está diretamente relacionada ao cumprimento de seu objetivo estratégico de promover valores éticos e democráticos e inclusão social, pois auxilia de forma democrática e ética na superação das dificuldades de aprendizagem do discente no ambiente universitário e de inclusão social desde o seu ingresso. A assistência estudantil na Ufopa contempla os aspectos: assistência psicossociopedagógica; inclusão social; esporte e lazer; e diversidade sociocultural.

7.1. ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIOPEDAGÓGICA

A assistência psicossociopedagógica atua na assistência psicológica, social e pedagógica, diagnosticando deficiências que interfiram na integração de alunos à vida estudantil, com o objetivo de contribuir para a sua permanência, melhorar seu desempenho acadêmico, reduzir as taxas de evasão e promover a inclusão social na Universidade.

A assistência psicossociopedagógica se subdivide em:

a) Acompanhamento psicológico: São realizados atendimentos psicológicos, individuais e em grupos aos alunos que demandem esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e social, com o objetivo de acolhê-los nas suas dificuldades pessoais, pois estas podem afetar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, suas relações interpessoais. Também tem por finalidade a prevenção, realizando intervenções com os alunos,

objetivando evitar que dificuldades vivenciadas no campo pessoal possam afetar negativamente seu desempenho acadêmico e permanência na Universidade. O acompanhamento psicológico do aluno visa a possibilitar sua inclusão no ensino superior e favorecer seu crescimento pessoal e profissional na sociedade.

b) Acompanhamento social: Assistência aos alunos que estão em risco social, fortalecendo a qualidade de vida pessoal e familiar, visando ao bom desempenho acadêmico. Essas demandas poderão ser encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas, por procura espontânea, apuração de denúncias, entrevistas e realização de visitas domiciliares aos estudantes e aos grupos familiares.

c) Acompanhamento pedagógico: Assistência pedagógica aos discentes por meio de atendimentos dos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem por fatores internos e externos; orientação aos estudantes em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando seu desenvolvimento pleno; realização de ações que reduzam o *déficit* de conhecimento em áreas fundamentais para a continuidade dos estudos. Propõe-se, também, concretizar processos de orientação e acompanhamento de alunos que se encontram em dificuldades educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e de produção do discente na Universidade, por meio das seguintes ações:

- Programa de Facilitação da Aprendizagem (anteriormente chamado Monitoria de Aprendizagem).

- Orientação de estudos.

- Orientação profissional/vocacional.

- Projetos de integração de novos alunos, com o objetivo de preparar o estudante para enfrentar situações que afetarão diretamente seu desenvolvimento acadêmico, contribuindo para a sua adaptação e participação no contexto universitário e no novo ambiente educacional.

- Realização de treinamento programado com a utilização de oficinas pedagógicas, para desenvolvimento da inteligência e das funções cognitivas como: memória, percepção, concentração, atenção, habilidades de leitura e compreensão de textos e criatividade.

- Promoção de ciclo de conferências com ênfase no mercado de trabalho para estudantes concluintes.

7.2. INCLUSÃO SOCIAL

No âmbito das ações da política de assistência estudantil que visam à inclusão social, estão implantados na Ufopa os seguintes Programas: Permanência, Moradia, Emergencial, Inclusão Digital, Permanência Especial e Bolsa de Língua Estrangeira.

a) Programa Auxílio Permanência: Tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, implementando na Ufopa ações de assistência estudantil para acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de auxílios estudantis que contribuam para um melhor desempenho acadêmico e, assim, reduzam as taxas de evasão e retenção, promovendo a inclusão social pela educação. É constituído de 3 (três) modalidades de auxílios: alimentação, transporte e apoio didático-pedagógico. Nessas modalidades, todos os alunos que ingressam na Ufopa via Enem e regularmente matriculados nos cursos de graduação e que não sejam diplomados, podem inscrever-se.

Os critérios de seleção e renovação são previstos em editais específicos. O processo de análise de seleção pode, dependendo da especificidade do candidato, além da análise documental, compreender as etapas de entrevista e/ou visita domiciliar. Os valores destinados por modalidade do Programa Auxílio Permanência são:

- Alimentação – R\$100,00 (cem reais).
- Transporte – R\$100,00 (cem reais)
- Apoio Didático – R\$ 100,00 (cem reais)

• Programa Auxílio Moradia: auxílio financeiro destinado ao pagamento de despesas com aluguel para estudantes oriundos de cidade diferente da localização do Campus-Sede e em situação de vulnerabilidade econômica, feito por meio de processo seletivo específico. O valor desse auxílio financeiro é de R\$300,00 (trezentos) reais mensais. Na Tabela 8, são apresentados os números de auxílios ofertados até 2014 e a projeção para 2015 e 2016:

Tabela 8 – Quantidade de Auxílios do Programa Permanência.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
143	290	1.191	2.661	1.796	2.712	3.050	3.250

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – 2009 a 2012
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2013 a 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

A seguir, apresentam-se os números de auxílios-moradia ofertados até 2014 e a projeção para 2015 e 2016:

Tabela 9 – Quantidade de Auxílios-Moradia do Programa Permanência

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
-	37	102	304	317	250	250	250

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – 2009 a 2012
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2013 a 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

A Tabela 10 apresenta os números de bolsistas atendidos pelo Programa de Bolsa Permanência até 2014 e a projeção para 2015 e 2016:

Tabela 10 – Quantidade de Bolsistas do Programa Permanência.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
123	167	425	1.034	1.136	904	1.150	1.200

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – 2009 a 2012
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2013 a 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

b) Programa Auxílio Emergencial: É um repasse financeiro correspondente ao valor vigente do auxílio permanência da Ufopa. Este programa tem por objetivo auxiliar financeiramente o acadêmico regularmente matriculado em disciplinas de cursos de graduação presencial, que estejam com dificuldades econômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, e que coloquem em risco a sua permanência na Universidade. Esse auxílio financeiro foi estabelecido com base nos critérios de seleção previamente constituídos pela Proges e fundamentados pelo Pnaes, o qual tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal.

c) Programa Inclusão Digital: As iniciativas nessa área visam a garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nos estudantes indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

d) Programa Auxílio Permanência Especial: Este programa permite a concessão de um valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), englobando os auxílios moradia, transporte e material didático-pedagógico a todos os estudantes que ingressam na Ufopa pelo processo seletivo especial, destinado às etnias indígenas e quilombolas; a ribeirinhos e a pessoas com deficiência que façam

inscrições no processo de seleção de auxílio. O quadro a seguir apresenta a evolução de bolsas no Programa Bolsa Permanência Especial de 2009 a 2012, bem como a previsão de evolução de 2013 a 2016.

Tabela 11 – Quantidade de Bolsas do Programa Permanência Especial.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
-	10	18	58	123	172	272	272

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – 2009 a 2012
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2013 a 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

e) Programa Bolsa Língua Estrangeira: Este programa objetiva a concessão de auxílio financeiro para que o discente faça curso de língua inglesa e amplie as suas oportunidades de tornar-se cidadão do mundo, ter acesso à produção científica escrita nesse idioma e facilitar a participação nos Programas de Mobilidade Acadêmica Internacionais. No quadro abaixo, apresentam-se os números de auxílios ofertados até 2014 e a projeção para 2015 e 2016:

Tabela 12 – Quantidade de Auxílios de Língua Inglesa.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
-	-	230	290	235	169	300	300

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – 2009 a 2012
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2013 a 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

7.3. ESPORTE E LAZER

Tendo como eixo o projeto “Ufopa em Movimento”, as atividades esportivas e de lazer na Ufopa têm o intuito de, além de favorecer a inclusão social, proporcionar atividades esportivas e/ou lúdicas, inclusive trazendo modalidades pouco ou nunca praticadas na nossa região ou na Universidade, tais como: badminton, corrida de orientação, futevôlei, jiu-jítsu, caratê, xadrez, canoagem, basquete de trio etc. Todas essas atividades estão sendo desenvolvidas em forma de oficinas, torneios, circuitos e campeonatos e fazem parte do projeto “Ufopa em movimento”.

Para viabilização das atividades, busca-se o estabelecimento de parcerias com outros setores da Universidade e com discentes do programa bolsa permanência que atuam como voluntários ou até mesmo como atletas, aumentando assim a sinergia e a colaboração entre a comunidade acadêmica.

Anualmente, ocorre uma competição esportiva, Os Jogos Internos da Ufopa, que tem o objetivo de promover a integração da comunidade acadêmica, proporcionando à sociedade em geral apreciar o maior evento poliesportivo amador da região Oeste do Pará, em termos de diversidade de modalidades disputadas, número de equipes e quantidade de atletas.

No quadro abaixo, apresentam-se os percentuais de participantes das modalidades esportivas em 2014 e a projeção para 2015 e 2016:

Tabela 13 – Porcentagem (%) índice de participantes em modalidades esportivas.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
-	-	-	-	-	19%	22%	25%

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) – 2014.

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

7.4. DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

A Ufopa afirma seu posicionamento no que concerne a ser uma instituição de políticas e práticas educacionais, de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas com os referenciais históricos, culturais, com a produção e a difusão artística e cultural e a preservação da memória cultural, com base na prática, nas vivências e nos valores dos povos da Amazônia, principalmente no que concerne aos indígenas, quilombolas e às populações tradicionais.

A Ufopa nasce no coração da Amazônia, preenchida de saberes e experiências que se caracterizam, fundamentalmente, pelo reconhecimento e pela valorização das formas de resistência, reação e afirmação da existência coletiva, como aspectos constitutivos do cenário contemporâneo. Isto evidencia um posicionamento político, ético, epistemológico e emancipatório, na medida em que a educação, a igualdade étnico-racial e a inclusão social são assumidas como referenciais constitutivos do pensar e do agir como pautas político-pedagógicas da Universidade, sobretudo pela possibilidade de contribuir na superação das formas conservadoras e discriminatórias, no que tange às questões étnico-raciais e a outras práticas excludentes, de gênero, de orientação sexual, de classe social, dentre outras.

- Diretoria de Ações afirmativas: A Ufopa implantou em 2014 a Diretoria de Ações Afirmativas e a Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, cuja finalidade é promover a execução de políticas afirmativas e

estudantis na Ufopa, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional, por meio de ações e de eventos internos e externos à Universidade. Trata-se de um posicionamento político-institucional para contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil e na Amazônia e com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social.

As ações desenvolvidas voltam-se aos estudantes e tratam também das políticas de acesso e permanência de alunos oriundos das escolas públicas, afrodescendentes e indígenas no ensino superior público; visam à criação do espaço necessário para a formulação e a implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social.

Articuladas às atividades de assistência estudantil, a Proges busca garantir ações afirmativas por meio de palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como de outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas, visando ao nivelamento de aprendizagem. Essas ações visam:

- Acompanhar o ingresso e a permanência dos estudantes indígenas, quilombolas e estudantes com necessidades especiais na Universidade.
- Minimizar a evasão desses estudantes.
- Elaborar relatórios anuais de avaliação de assistência aos estudantes, a serem encaminhados aos órgãos competentes da Universidade.
- Disponibilizar dados referentes aos estudantes beneficiários da política de ações afirmativas para as Unidades Acadêmicas, a fim de permitir o acompanhamento e a qualificação dessa política no âmbito das unidades e cursos da Ufopa.

8. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

8.1. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Coordenação de Comunicação da Ufopa é um órgão suplementar ligado à Reitoria e tem como objetivo coordenar e desenvolver as estratégias de divulgação e as ações institucionais para o público interno e externo da Instituição, bem como realizar a assessoria de imprensa, desenvolver o marketing institucional, produzir conteúdo noticioso e assessorar nos relacionamentos com o público e entre eles. Além disso, trabalhar no processo de criação, implantação e execução da política de comunicação institucional da Ufopa. Todas as ações e as atividades da Coordenação estão pautadas no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de estabelecer um fluxo permanente de comunicação e de diálogo com os diversos públicos da Universidade, a Coordenação de Comunicação realiza, diariamente, várias atividades, tais como:

- Elaboração de conteúdo jornalístico (matérias, notas e sugestões de pauta) para a divulgação das ações da Universidade.
- Atendimento da imprensa (sugestão de fontes, agendamento e acompanhamento de entrevistas).
- Atualização e gerenciamento do conteúdo jornalístico do sítio da Ufopa e de mídias sociais digitais, como o Facebook e o Twitter;
- Ações de comunicação interna, por meio da divulgação de notícias pelo Sistema SIG-Ufopa.
- Alimentação de conteúdo da TV Capes por meio de produção de notícias para o canal Acontece no Campus;
- Produção do Jornal da Ufopa e do Boletim de Notícias da Ufopa, além da divulgação do Boletim de Serviço, entre outras atividades.

Uma das principais realizações no exercício de 2013 foi a definição das atribuições e competências do setor, levando-se em consideração as necessidades institucionais, o perfil dos profissionais lotados no setor e as reais condições de trabalho. São elas:

- Implantar, coordenar e executar a política de comunicação institucional da Ufopa, baseada nos princípios norteadores da comunicação pública e em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa

- Atender às demandas de informação e de entrevistas dos veículos de comunicação local, regional e nacional (assessoria de imprensa).
- Promover a integração entre a Universidade e a comunidade, por meio dos meios de comunicação internos e externos.
- Promover a divulgação das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, por meio da produção jornalística e de assessoria de imprensa.
- Produzir conteúdo e gerenciar os veículos oficiais de comunicação institucional (jornal, boletim eletrônico, sítio, mídias sociais etc.).
- Realizar a cobertura jornalística de eventos institucionais e atividades acadêmicas, proporcionando visibilidade às diversas áreas de atuação institucional.
- Assessorar campanhas de comunicação institucional em parceria com os demais setores da Instituição.
- Facilitar o acesso às informações de interesse institucional por meio dos veículos oficiais de comunicação institucional.

Na Coordenação de Comunicação, o fluxo de informação obedece a etapas preestabelecidas, executadas pela equipe de servidores e bolsistas do setor. O processo começa com o recebimento das solicitações de divulgação dos diversos setores da Universidade. Em geral, as demandas são encaminhadas para os e-mails do setor, que divulga a informação no formato de texto jornalístico (notícia) ou de comunicado.

Após ser revisado, o texto informativo é publicado na página oficial da instituição e replicado em outras plataformas digitais, como o Facebook e o Twitter. Dependendo do público-alvo, a informação também pode ser publicada no SIG-Ufopa e enviada para os e-mails dos servidores e alunos.

Caso a informação seja de caráter externo, ou seja, de interesse público mais amplo, ela também é divulgada, sob a forma de notícia, para a imprensa pelo e-mail comunicaufopa@gmail.com e publicada no sítio institucional e nas redes sociais digitais. Antes, porém, a informação é trabalhada, com base nos conceitos e práticas do jornalismo: checagem da informação recebida; apuração mais detalhada (por telefone, e-mail ou pessoalmente) da informação a ser divulgada; edição das informações apuradas para elaboração de texto jornalístico, no formato de matéria, sugestão de pauta ou comunicado; revisão e publicação do texto; e, por fim, envio à imprensa.

Esse procedimento é adotado quando a informação se refere, principalmente, à divulgação de eventos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, como

congressos, simpósios, *workshops*, palestras, cursos, oficinas, entre outros, destinados aos diversos públicos da Universidade. Ações como o processo seletivo da Ufopa, seleção para cursos de pós-graduação, concurso público, entre outras, também são priorizadas na divulgação institucional.

8.2. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA

A comunicação com o público externo na Ufopa é desenvolvida pela Coordenação de Comunicação e consiste na produção de conteúdo noticioso para o sítio e jornal impresso da Universidade, priorizando a divulgação científica; além de ações de assessoria de imprensa, baseadas no atendimento às demandas da mídia e na divulgação de informações institucionais, com o objetivo de reforçar a imagem positiva da Universidade perante a sociedade. Os principais canais institucionais para comunicação com o público externo são: Jornal Ufopa (impresso), sítio (www.ufopa.edu.br), página Ufopa Comunica no Facebook, perfil no Twitter, e-mails e telefones.

As informações sobre os cursos oferecidos pela Ufopa estão disponíveis no sítio institucional, no link "Acadêmico". Novidades relativas ao ensino também são divulgadas como notícia.

Desde 2011, as informações sobre o Enade são divulgadas no sítio da Ufopa. A divulgação é disponibilizada por meio de notícias e em PDF para *download*. A comunicação com a comunidade acerca dos processos de avaliação inclui o Enade, a avaliação dos cursos e da própria Instituição.

Pesquisas de maior relevância também são divulgadas no Jornal da Ufopa, como é o caso da tese de doutorado da Profa. Milena Andrade, do IEG, que trata do uso de mapa de inundações como instrumento de planejamento urbano, publicada na Edição nº 13 do Jornal da Ufopa, que trouxe também matéria sobre a Base Científica Curuá-Una, resultado de cooperação desta Universidade com a Eletrobrás Eletronorte.

A Ufopa, preocupada em efetivar a participação da comunidade em geral com a Instituição, fortaleceu a Ouvidoria-Geral, como mecanismo de interlocução e de controle social, utilizando as manifestações formuladas pelo cidadão para aprimoramento de seus serviços.

As atividades da Ouvidoria são divulgadas por meio de sua página no sítio www.ufopa.edu.br/ouvidoria, onde estão disponíveis relatórios trimestrais, e outros

documentos, assim como, por meio de cartazes, folders e banners, notas nos meios institucionais.

São utilizados diversos meios de acesso aos usuários da Ouvidoria: há o sistema SIG-Ufopa, “módulo Ouvidoria”, que é utilizado pelos alunos, técnicos e docentes como público interno, por meio de um usuário e senha, assim como pela comunidade externa, que necessita apenas preencher algumas informações para elaborar suas demandas. Ainda é usado o e-mail institucional ouvidoria@ufopa.edu.br, bem como os telefones (93) 99184-1784 e 3201-6787, e de modo presencial na unidade física da Ouvidoria, na Unidade Amazônia.

Além disso, a Ufopa implementou em 2013 o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), a fim de garantir efetiva transparência e o acesso à informação, por meio do atendimento na unidade física e pelo e-SIC (sistema eletrônico fornecido pela CGU).

Dessa forma, o usuário pode ir até a unidade física, na Unidade Amazônia, ou utilizar o e-SIC pelo sítio www.acessoainformacao.gov.br e formular a solicitação. O usuário também pode formular seu pedido por telefone (93) 2101-6771 e também pelo e-mail sic@ufopa.edu.br, que se encontra no sítio da Ufopa.

O serviço vem se aprimorando, seja pela divulgação à comunidade interna por meio da confecção de fôlderes e mural, seja pela divulgação à comunidade externa pelo sítio oficial da Instituição, que conta com uma ferramenta de pesquisa de conteúdo que permite o acesso à informação de forma rápida e objetiva. Somado a isso, a Ufopa possui adesão ao Portal da Transparência do Governo Federal, como forma de assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, podendo ser acessada por todos no sítio www.portaltransparencia.gov.br.

8.3. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA

Com a finalidade de materializar o objetivo estratégico de institucionalizar a política de comunicação e na busca pelo estabelecimento de procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais, em 2014, a Coordenação de Comunicação ampliou as estratégias de comunicação voltadas ao público interno. Além do sistema e da página do Facebook, foram criados o Boletim Informativo semanal e o sistema de envio de mensagens via e-mail.

Nesse mesmo ano, foram criadas e veiculadas campanhas institucionais nas quais se abordaram temas como a segurança no trabalho, saúde e valorização dos

servidores. As peças foram veiculadas no sítio, nas redes sociais e e-mail marketing. Também são atendidas demandas de setores da Universidade, criando *layout* de folders, cartazes e logomarcas.

Em 2013, foi implantada a TV Capes nos 3 *campi*. São divulgadas iniciativas ligadas ao fomento e à avaliação da pós-graduação, à formação de professores para a educação básica e ao acesso à informação científica.

Avisos voltados à comunidade acadêmica são divulgados também pelo SIG-ADMIN por meio dos murais do SIGRH (e-mails de servidores) e SIGAA (e-mails de alunos). Também a Universidade conta com murais físicos nos *campi*, para divulgação de eventos e avisos.

9. INFRAESTRUTURA

9.1. INFORMAÇÕES GERAIS

O modelo de gestão da Ufopa vem melhorando gradativamente à medida que se estrutura e investe na ampliação e qualificação de seu corpo técnico, o que proporciona a consolidação da estrutura administrativa. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento da infraestrutura da Universidade, com a consolidação do Campus-Sede e a construção dos prédios dos *campi* necessários para a atividade da Instituição.

A execução das questões relacionadas à infraestrutura da Ufopa é realizada pela Sinfra, com gestão voltada para o atendimento das necessidades e das demandas acadêmicas, focada principalmente na construção e manutenção da infraestrutura física das Unidades Administrativas e Acadêmicas. Nesse sentido, a Sinfra tem se empenhado na elaboração de instrumentos para estabelecimento de procedimentos de regulação e de controle das ações de gestão de espaços, tendo sempre o compromisso com o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas e procedimentos de infraestrutura. Atualmente, a estrutura física da Ufopa está assim distribuída:

Tabela 14 – Estrutura física da Ufopa (Parte 1).

	Tapajós		Rondon		Amazônia		Prédio da Mendonça	
	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)
Salas de aula	19	986,8	17	1034,34	32	1891,5	12	666,55
Bibliotecas	1	274,22	1	372,80	1	199,33	0	0
Laboratórios	38	2056,19	19	1252,54	10	530,9	0	0
Instalações administrativas	14	253,85	12	391,58	32	660,71	2	67,31
Salas de docentes	11	385,4	3	417,63	19	704,82	0	0
Coordenação/Diretoria	11	236,95	15	340,07	65	1072,78	12	144,69
Áreas de convivência	2	285,06	1	352,13	1	335,06	0	0
Banheiros	37	273,24	27	338,93	183	830,8	13	47,59
Auditório	2	715,83	2	298,06	3	584,75	0	0
Lanchonetes	1	48,4	1	43,56	2	28,72	0	0
Outros (depósitos, circulações, copas, arquivos, galpões, salas de atendimento, secretarias, salas de apoio etc.)/áreas livres	52	98199,63	9	3703,66	95	8730,17	9	493,43
Totalizadores	188	103715,57	107	8583,57	443	15569,54	48	1435

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015

Tabela 15 – Estrutura física da Ufopa (Parte 2).

	Casa da Rua 24 de Outubro (Ibef)		Terreno da Rua 24 de Outubro		Terreno do PCT		NTB	
	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)
Salas de aula	0	0,00	0	0	0	0	0	0
Bibliotecas	0	0,00	0	0	0	0	0	0
Laboratórios	0	0,00	0	0	2	93,98	7	408,94
Instalações administrativas	0	0,00	0	0	0	0	1	30,63
Salas de docentes	7	119,99	0	0	0	0	0	0
Coordenação/Diretoria			0	0	0	0	0	0
Áreas de convivência	0	0,00	0	0	0	0	0	0
Banheiros	4	18,89	0	0	2	8,69	8	61,85
Auditório	0	0,00	0	0	0	0	1	76,64
Lanchonetes	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros (depósitos, circulações, copas, arquivos, galpões, salas de atendimento, secretarias, salas de apoio etc.)/áreas livres	4	118,24	1	5824,56	1	74791,33	29	995,5
Totalizadores	15	257,12	1	5824,56	5	74894	46	1573,56

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015

Tabela 16 – Estrutura física da Ufopa (Parte 3).

	Fazenda Pica-pau		Almoxarifado (Rua Silvério Sirotheau)		Almoxarifado (Pte. Vargas)	
	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)	Qtde	Área (m ²)
Salas de aula	0	0	0	0	0	0
Bibliotecas	0		0	0	0	0
Laboratórios	0	0	0	0	0	0
Instalações administrativas	0	0	2	46,88	1	33,84
Salas de docentes	0		0	0	0	0
Coordenações/Diretoria	0	0	0	0	0	0
Áreas de convivência	1	413,27	0	0	0	0
Banheiros	1	3	3	17,22	3	17,37
Outros (depósitos, circulações, copas, arquivos, galpões, salas de atendimento, secretarias, salas de apoio etc.)/áreas livres	1	6631034,73	0	0	3	1366,22
Auditórios	0	0	0	0	0	0
Lanchonetes	0	0	2	947,65	0	0
Totalizadores	3	6631451	7	1011,75	7	1417,43

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015

Dessa forma, a tabela abaixo demonstra o comparativo do avanço na estrutura física entre 2012 e 2015. Observa-se, nos dados de infraestrutura física de

2015, o aumento no quantitativo de espaços e nas áreas (m²), constatando-se com isso a preocupação e a busca pela consolidação das questões relacionadas à infraestrutura.

Tabela 17 – Total de áreas da estrutura física da Ufopa em 2015.

SANTARÉM					
	2012		2015		
Tipo de espaço	Quantidade	Área (m ²)	Quantidade	Área (m ²)	Varição (%)
Salas de aula	53	3.409,44	80	4579,19	34,31
Bibliotecas	3	543,01	3	846,35	55,86
Laboratórios	50	2.682,06	76	4342,55	61,91
Instalações administrativas	52	1.373,55	64	1484,8	8,10
Salas de docentes	30	1.172,74	40	1627,84	38,80
Coordenação/Diretoria	53	1.471,87	103	1794,49	21,92
Áreas de convivência	2	685,00	4	972,25	41,93
Banheiros	71	535,11	276	1595,69	198,20
Auditório	-	-	8	1675,28	
Lanchonetes	-	-	4	120,68	
Outros (depósitos, circulações, copas, arquivos, galpões, salas de atendimento, secretarias, salas de apoio etc.)/áreas livres	41	83.927,00	205	195170,39	132,54
Totalizadores	355	95.799,78	863	214263,21	

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015

Os quantitativos de espaços e áreas dos *Campi* de Óbidos e de Oriximiná são apresentados na Tabela 13.

Tabela 18 – Estrutura física da Ufopa (Parte 4).

	Campus de Oriximiná		Campus de Óbidos (Antiga Escola Irmã Firmina)	
	QTDE	ÁREA (M²)	QTDE	ÁREA (M²)
Salas de aula	5	245	3	169,67
Bibliotecas	1	98,65	1	55,95
Laboratórios	5	243	2	111,65
Instalações administrativas	1	24,3	0	0
Salas de docentes	1	24,2	1	15
Coordenações/Diretoria	1	24,3	1	29,19
Áreas de convivência	1	112,3	0	0
Banheiros	4	65,9	3	33,9
Auditório	1	98,65	1	63,3
Lanchonetes	1	14,4	0	0
Outros (depósitos, circulações, copas, arquivos,	3	39012,36	4	2614,24

galpões, salas de
atendimento, secretarias,
salas de apoio etc.)/áreas
livres

Totalizadores	24	39963,06	16	3092,9
----------------------	-----------	-----------------	-----------	---------------

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015.

Por meio da avaliação do processo de implantação da Ufopa, evidenciam-se as reais necessidades de expansão do espaço físico e a melhoria da infraestrutura para atendimento das demandas administrativas e acadêmicas da Universidade. Em relação às mais urgentes, destacam-se os seguintes projetos em razão de suas execuções no período de 2012 a 2016.

Quadro 15 – Principais demandas de infraestrutura da Ufopa e seus percentuais de execução.

Projeto	Descrição	Planejamento	2012	2013	2014	2015	2016
Unidade Rondon Bloco H	Construção de salas de aula, laboratórios, miniauditórios, Lab. de Informática, salas para professores, administração. Esta obra iniciou em 2010 e foi concluída em 2013.		90%	100%			
Unidade Rondon Reforma do Auditório Wilson Fonseca	Reforma para modernizar a infraestrutura do auditório para que este torne-se totalmente adequado a eventos como: solenidades, formaturas, reuniões congressos, seminários, apresentações, palestras, entre outros.	2016					50%
Unidade Tapajós Bloco de Salas Especiais	Construção de salas de aula, auditórios, salas para professores, administração. Esta obra iniciou em 2010 e foi concluída em 2012.		100%				
Unidade Tapajós Infraestrutura (urbanização) Unidade Tapajós	Construção e modernização da infraestrutura elétrica, lógica, sistemas hidrossanitários, drenagem pluvial, terraplenagem, arruamento, pavimentação, estacionamento, tratamento de água e esgoto.	2016		30%	60%	0%	100%
Unidade Tapajós Bloco Modular dos Institutos Unidade Tapajós (Primeira fase)	Construção de salas de professores, administração e laboratórios do Ibef, ICS, ICTA, IEG e CFI.	2015		30%	60%	100%	
Unidade Tapajós Bloco Padrão com 4 pavimentos – Gabinetes para professores	Construção de salas de professores e administração, para atender às demandas da Instituição.					0%	50%
Unidade Tapajós Bloco Padrão 4 Pavimentos – Laboratórios	Construção de laboratórios para atender às demandas da Instituição.					0%	50%

Unidade Tapajós Núcleo de Tecnologia de Bioativos (NTB)	Construção de Laboratório de P&D de Extratos Bioativos, com o objetivo de abrigar uma extratoteca, planta piloto e central analítica.	2015	30%	60%	100%
Unidade Tapajós Núcleo Tecnológico em Aquicultura – NTA	Laboratórios de pesquisa e desenvolvimento para atender ao Programa de Aquicultura do ICTA.	2016			30% 100%
Unidade Tapajós Núcleo de Biotecnologia Animal (NBA)	Laboratórios de pesquisa e desenvolvimento para melhoramento genético animal.	2015		50%	100%
Unidade Tapajós Laboratório de Arqueologia	Laboratórios de pesquisa para atender ao Programa de Arqueologia do ICS		100%		
Unidade Tapajós Laboratório de Sementes Florestais – Unidade Tapajós	Adequação e ampliação dos laboratórios do Programa de Agronomia e Engenharia Florestal do Ibef.	2016			50%
Unidade Tapajós Restaurante Universitário	Construção do RU. O Restaurante terá dois refeitórios, cada um com 348 lugares. Considerando que em um turno de refeição é possível o atendimento de 4 usuários em média por posto, será atendido um total de 2.784 usuários por turno.				30% 100%
Unidade Tapajós ETE – Estação de Tratamento de Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto, com o objetivo de destinar adequadamente os efluentes gerados na Unidade Tapajós.				50%
Unidade Tapajós Edificação para máquina de produção de nitrogênio líquido	Edificação com as devidas instalações para abrigar a máquina de produção de nitrogênio líquido.		100%		
Campus de Juruti Bloco Modular	Construção de salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca, auditório e área administrativa para atender, inicialmente, a dois cursos de graduação.	2015	30%	60%	100%

Campus de Juruti Infraestrutura (urbanização) Campus de Juruti	Construção e modernização da infraestrutura elétrica, lógica, sistemas hidrossanitários, drenagem pluvial, terraplenagem, arruamento, pavimentação, estacionamento, tratamento de água e esgoto.	2016			50%
Campus de Alenquer Bloco Padrão com 4 pavimentos	Construção de salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca, auditório e área administrativa para atender, inicialmente, a dois cursos de graduação.	2016		50%	100%
Campus de Monte Alegre Bloco Padrão com 4 Pavimentos	Construção de salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca, auditório e área administrativa para atender, inicialmente, a dois cursos de graduação.	2016		0%	50%
Campus de Óbidos Reforma da Escola Irmã Firmina, cedida para funcionamento da sede do campus da Ufopa em Óbidos/PA	Reforma de salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca, auditório e área administrativa para atender, inicialmente, a dois cursos de graduação.	2014		50%	100%
Campus de Itaituba Bloco Padrão com 4 pavimentos	Construção de salas de aula, laboratórios de ensino, biblioteca, auditório e área administrativa para atender, inicialmente, a dois cursos de graduação.	2016		50%	100%
Fazenda Pica-Pau Galpão de Laboratórios	Construção do tipo galpão, que abrigará também salas de aula, laboratórios de ensino, ficina, salas para insumos, vestiários e banheiros.			10%	100%
Fazenda Pica-Pau Reforma da Casa- Sede	Reforma da edificação existente para dar apoio às atividades que serão desenvolvidas na fazenda. Deverão ser adaptados banheiros, refeitório, sala administrativa, entre outros.				100%
Feira Agropecuária Laboratório de Biotecnologia Reprodutiva Animal	Reforma e adaptação de edificação para funcionamento de laboratório para coleta, análise, envasamento e congelamento de sêmen de bovinos.			100%	

Fonte: Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) – Ano 2015.

9.2. SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS (SIBI)

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa teve sua nomenclatura alterada após aprovar seu Regimento Interno. O Sistema tem como objetivo:

I - coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa, oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão;

II – estabelecer políticas, normas e procedimentos que visem integrar as atividades técnicas, a prestação de serviços aos usuários e o intercâmbio de informações entre as bibliotecas;

III – desenvolver um sistema em rede caracterizado por um conjunto de relações de compartilhamento, cooperação, interdependência e acesso remoto à informação;

IV – assegurar as condições de preservação, conservação, segurança e acesso ao acervo das bibliotecas;

V – garantir a realização de programas de educação continuada para os recursos humanos do Sibi/Ufopa, com vistas à capacitação e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar;

VI – preservar a memória institucional, de fontes de informação impressas e eletrônicas;

VII – promover e disseminar acessibilidade e usabilidade da informação, garantindo o acesso às pessoas com necessidades especiais, contribuindo em igualdade de oportunidade para sua inclusão social e acadêmica.

Tomando como missão instrumentalizar os procedimentos administrativos para tornar o sistema operacional e legalmente institucionalizado de acordo com as diretrizes do MEC para regulação do SIBI. Nesse sentido, foram produzidos, no período de 2014:

- Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas, aprovado pelo Consun.
- Plano de atualização do acervo, que disciplina os aspectos gerais de regulação para o crescimento do acervo, dispendo ainda sobre o formato do material da produção acadêmica que será destinado as bibliotecas;
- Normas de circulação e uso do Sistema de Bibliotecas, instrumento que regula o acesso aos serviços e produtos pelos usuários.

- Guia de Normalização da Produção Acadêmica da Ufopa, apresentação das diretrizes que nortearão a padronização dos trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa da Universidade.

9.2.1. Espaço Físico

Em relação ao espaço físico para utilização desses serviços, a Ufopa dispõe hoje de aproximadamente 1000,95 m² para as atividades, com uma capacidade de 192 (cento e noventa e dois) assentos. A distribuição dessa área e da quantidade de assentos encontra-se a seguir.

Tabela 19 – Espaço físico e estrutura – Bibliotecas.

Unidade	Área *	Estrutura
Unidade Rondon	372,80 m ²	56 assentos
Unidade Tapajós	274,22m ²	78 assentos
Unidade Amazônia	199,33 m ²	38 assentos
Campus de Oriximiná	98,65	8 assentos
Campus de Óbidos	55,95	12 assentos
Total	1000,95 m²	192 assentos

Fonte: Biblioteca – Ano 2015

* Os valores referenciados indicam a área física total das bibliotecas.

No plano de expansão da Instituição, está sendo elaborado o projeto arquitetônico da Biblioteca Central na Unidade Tapajós, em Santarém, com área de 10.500 m² a ser construída, com previsão a partir de 2017, a qual abrigará no 1º, 2º e 3º pisos as atividades específicas da Biblioteca. Todas as questões relacionadas à promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida estão consideradas nesse projeto. Posteriormente, também será construída uma Biblioteca Setorial em cada um dos *campi* fora de sede da Universidade, nos municípios da tabela a seguir.

Quadro 16 – Previsão de biblioteca por *campi*.

Projeto	Descrição	Planejamento	2015	2016
Campus de Juruti Bloco Modular	Biblioteca da unidade com espaço para estudo individual e em grupo, salão de leitura, área administrativa, espaço para o acervo.	2015	100%	

Campus de Alenquer Bloco Padrão com 4 pavimentos	Biblioteca da unidade com espaço para estudo individual e em grupo, salão de leitura, área administrativa, espaço para o acervo.	2016	50%	100%
Campus de Monte Alegre Bloco Padrão com 4 pavimentos	Biblioteca da unidade com espaço para estudo individual e em grupo, salão de leitura, área administrativa, espaço para o acervo.	2016	0%	50%
Campus de Óbidos Reforma da Escola Irmã Firmina, cedida para funcionamento da sede do campus da Ufopa em Óbidos/PA	Biblioteca da unidade com espaço para estudo individual e em grupo, salão de leitura, área administrativa, espaço para o acervo.	2014	100%	
Campus de Itaituba Bloco Padrão com 4 pavimentos	Biblioteca da unidade com espaço para estudo individual e em grupo, salão de leitura, área administrativa, espaço para o acervo.	2016	50%	100%

Fonte: Biblioteca 2015.

9.2.2. Horário de Funcionamento

Todas as unidades em Santarém estão em funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e aos sábados, das 8h às 12h.

As unidades de biblioteca fora da Sede funcionam de acordo com os horários das atividades acadêmicas.

9.2.3. Pessoal Técnico-Administrativo

O Sibi tem um corpo técnico-administrativo de nível superior – bibliotecários-documentalistas, administradora e assistentes em administração de nível médio. Contamos ainda com o apoio de 12 bolsistas dos cursos de graduação da Ufopa, que auxiliam nos serviços técnicos, principalmente no atendimento ao público (Tabela 20).

Tabela 20 – Quadro de pessoal técnico-administrativo do Sibi/Ufopa (número atual e previsão).

Campus	Cargo	Atual 2015	Previsão 2016
Alenquer	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	-	-

Itaituba	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	-	-
Juruti	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	-	1
Monte Alegre	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	-	-
Óbidos	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	1	2
Oriximiná	Bibliotecário	1	1
	Assistente em administração	1	2
Santarém	Bibliotecário	9	9
	Administradora	1	1
	Assistente em administração	5	8

Fonte: Sibi/Ufopa - Ano 2015

Houve alteração na situação funcional do corpo técnico-administrativo da biblioteca, com a posse de novos servidores, situação que possibilitou a ampliação do corpo técnico para além das metas previstas no PDI.

Em seu corpo técnico, ressaltam-se suas qualificações, em que de um total de 15 bibliotecários pelo menos 10 são especialistas e 1 mestranda, e dos 6 assistentes em administração pelo menos 3 possuem graduação e 1 especialização.

9.2.4. Serviços e Produtos

O Sibi tem suas ações e atividades voltadas para a qualidade e a eficiência na disponibilização de seus serviços e produtos, entre eles estão:

- Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa).
- Empréstimo domiciliar.
- Orientação à pesquisa bibliográfica e *on-line*.
- Serviço de guarda-volumes.
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos.

- Estação de Pesquisas Acadêmicas (acesso à internet e administração de e-mails).
- Acesso à internet banda larga (rede sem fio).
- Acesso às normas da ABNT *on-line*.
- Elaboração de ficha catalográfica.
- Acesso e orientação ao Portal de Periódicos Capes.
- Solicitação de ISBN.
- Catálogo da Coleção Amazônia.
- Guia de Normalização da Produção Científica da Ufopa.

O Sibi, dentre suas atividades, desenvolve ações de extensão: Projeto BiblioCine nos demais *campi* da Ufopa (aprovado para o Plano de Cultura da Ufopa); Projeto Saúde nas Bibliotecas; Exposições temáticas.

9.2.5. Planos e Projetos

Tabela 21 – Planos e projeto do Sibi/Ufopa.

Atividade	Previsão
Informatização do acervo	2015
Implantação do Sistema de Segurança de acervo por rádio frequência/RFID	2016
Efetivação do serviço de Comutação Bibliográfica	2016
Implantação do Repositório Institucional da Ufopa	2016
Guia de Bibliotecas e Museus de Santarém e região	2016
Abertura da biblioteca do Campus de Juruti	2015
Catálogo de obras que compõem o acervo da Coleção Amazônia	2016
Ampliação do atendimento às pessoas com necessidades especiais, aos serviços, produtos e espaços das bibliotecas	2015-16
Implantação do Sítio da Biblioteca	2015

Fonte: Relatório do Sibi – 2014.

9.2.6. Atualização e cronograma de expansão do Acervo

O acervo das bibliotecas da Ufopa é atualizado semestralmente, de acordo com as demandas bibliográficas requeridas pelos cursos de graduação e pós-graduação. A política de atualização do acervo das bibliotecas passa por um programa de aquisição permanente, por meio de compras, doações e permutas.

Conforme Plano de Atualização do Acervo, as aquisições são feitas considerando-se os seguintes critérios:

I – Atualidade: Observação do ano de publicação da obra.

II – Atendimento aos programas da Instituição: Seleção e aquisição de publicações bibliográficas baseadas nos projetos pedagógicos dos cursos/programas de ensino existentes na Universidade.

III – Reposição: Renovação dos materiais consultados com alta frequência e desgastados pelo manuseio contínuo, bem como a reposição dos materiais extraviados.

IV – Demanda: Atendimento à procura e às sugestões por parte dos usuários.

V – Qualidade: Composição do acervo com as publicações mais significativas nas diversas áreas do conhecimento, bem como dos autores mais representativos na literatura local, nacional e estrangeira.

VI – Autoridade: Qualidade do material e reputação do seu autor e as editoras em suas áreas de abrangência.

VII – Precisão: Exatidão das informações constantes do livro.

VIII – Cobertura/Tratamento: Como o assunto é abordado (detalhadamente ou superficialmente).

IX – Idioma: Análise se o idioma em que a obra foi publicada atenderá aos usuários, levando em consideração o processo de ensino/aprendizagem.

X – Aspectos especiais: Inclusão e qualidade de bibliografias, apêndices, notas, índices e outros itens que possam otimizar o documento.

XI – Custo: Identificar alternativas financeiras que propiciem uma melhor negociação.

Quanto à seleção quantitativa, conforme Plano de Atualização do Acervo, estabelecem-se os seguintes critérios:

I – Bibliografia básica: a) Publicações nacionais: serão adquiridos preferencialmente 3 (três) títulos para cada disciplina, e o número de exemplares será calculado na base de 1 (um) exemplar para cada 5 (cinco) vagas ofertadas. O número de vagas ofertadas deverá ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico. b) Publicações importadas: os livros importados serão adquiridos quando não existir adequada tradução em português.

II – Bibliografia complementar: a) Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso, seja em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição, serão adquiridos no total de 2 (dois) títulos indicados para cada disciplina, sendo adquiridos 3 (três) exemplares, exceto nos casos em que haja demanda ou solicitação que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares.

O Sibi em seu cronograma de expansão acompanha o crescimento da Instituição, visando atender às demandas por suporte bibliográfico e informacional aos cursos ofertado de graduação, pós-graduação e extensão e os novos cursos, a exemplo do recém-criado Instituto de Saúde Coletiva (Isco), que atende a uma demanda por qualificação na área da saúde na região em que atua, executando uma política do Governo Federal, demonstrando, assim, a Biblioteca como um mecanismo em constante expansão.

Deste modo, a evolução do acervo do Sibi/Ufopa apresentou os seguintes dados:

Tabela 22 – Acervo do Sibi/Ufopa (número atual e evolução prevista).

Ano	EVOLUÇÃO			PREVISÃO	
	2012	2013	2014	2015	2016
Acervo	40.018	64.688	80.586	85.000	95.000

Fonte: Relatórios do Sibi/Ufopa – 2012, 2013 e 2014.

O acervo geral do Sibi apresenta-se da seguinte forma:

Tabela 23 – Acervo Geral do Sibi/Ufopa - (2014).

Tipo de Material	Bibliotecas								Total Geral	
	Biblioteca Central*		Biblioteca Amazônia		Biblioteca Tapajós		Biblioteca Oriximiná		Sibi/Ufopa	
	Títulos	Ex.	Títulos	Ex.	Títulos	Ex.	Títulos	Ex.	Títulos	Ex.
Livros	5.200	24.082	2.744	10.712	3.697	15.320	7.081	18.364	18.722	68.478
Coleção Amazônia	909	2.006							909	2.006
Dissertações	58	58			20	25			78	83
Teses	7	7					2	2	9	9
Folhetos	138	201							138	201
Obras em Braille	40	55			13	13			53	68
Periódicos impressos	470	6.237	174	403	185	247	10	129	839	7.016
Mapas	10	10							10	10
Fitas de áudio										
Fitas VHS							4	4	4	4
Fotografias										
Fotografias aéreas										
Normas técnicas	11	11			2	2			13	13
Relatórios técnicos	3	3							3	3
CD-ROMs	265	489	45	45	14	61	16	61	340	656
DVD	358	366	6	6			3	3	367	375
Coleção digital										
Outros materiais*	1.469	1.469	24	24	76	76	67	95	1.636	1.664
Total Geral	8.938	34.994	2.993	11.190	4.007	15.744	7.183	18.658	23.121	80.586

Fonte: Relatório do Sibi/Ufopa – 2014

* TCC e Monografias de Especialização

9.2.7. Acervo por área do conhecimento

Tabela 24 – Total de acervo por área de conhecimento.

Grandes áreas do CNPq	Total
SB – Ciências Agrárias	1575
SB – Ciências Biológicas	3209
SB – Ciências da Saúde	1555
ET – Ciências Exatas e da Terra	7586
HS – Ciências Humanas	9988
HS – Ciências Sociais Aplicadas	9625
ET – Engenharias	907
HS – Linguística, Letras e Artes	3658
Não Classificados	4599

Fonte: Biblioteca, 2015

9.3. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (DECRETO Nº 5.296/2004 E DECRETO Nº 5.773/2006).

9.3.1. Acessibilidade Arquitetônica

Para atender às exigências do Decreto nº 5.296/2004 e do Decreto nº 5.773/2006, a Ufopa está adequando sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais. Todos os projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para portadores de necessidades especiais, com a instalação de elevadores e rampas. Além disso, está prevista a aquisição de equipamentos adaptados de modo a atender às demandas de aprendizado específicas desse público.

A Ufopa está em processo de criação do Comitê de Políticas de Inclusão, com representação de cada Unidade Acadêmica, além das Pró-Reitorias afetas à temática, no sentido de elaborar ações institucionais que garantam a permanência com qualidade de atendimento às pessoas com necessidades especiais. A Instituição implantará as seguintes ações na infraestrutura já existente:

- Construção e reforma de calçadas para circulação de pedestres.
- Adaptação e rebaixamento de calçadas com rampa para acesso de pessoas com dificuldades de locomoção.

- Sinalização especial para deficientes visuais.
- Iluminação dos espaços.
- Estrutura física adaptada para acessibilidade aos diferentes locais dos *campi*.

9.3.2. Atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

Para atender às regulamentações legais acima expostas, a Ufopa executará, no período de 2012-2016, o Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais, que será elaborado em estreito diálogo com o projeto arquitetônico, com as demais Unidades Acadêmicas da Instituição na sede e nos seus *campi* e com a sociedade civil organizada. Para este fim, a Ufopa definirá diretrizes orçamentárias para atender às demandas expostas; promoverá capacitação de recursos humanos para lidar com as demandas de acessibilidade e diagnóstico sobre as condições de acessibilidade nos *campi*, inclusive com a participação das associações civis organizadas que darão sugestões para melhorar o atendimento e a organização do atendimento a esse público.

Serão ainda disponibilizados nos diferentes espaços da Instituição bibliotecas e laboratórios:

- Mobiliários adaptados para atendimento de pessoas com necessidades especiais que utilizem cadeiras de rodas ou próteses, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Pessoal capacitado para atendimento de deficientes visuais, surdos e pessoas com dificuldade de locomoção, como idosos e deficientes físicos.
- Intérpretes de Libras para estudantes de graduação e de pós-graduação e para usuários da biblioteca e laboratórios.
- Programa especial de acompanhamento de estudantes surdos, cegos e com déficit cognitivo que inclua intérprete e monitores especialmente capacitados para esse fim.

9.3.3. Acessibilidade Arquitetônica

Demanda: Conforme levantamento da Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), existe 0,3% de alunos com algum tipo de necessidade especial na Ufopa:

Tabela 25 – Quantitativo de alunos com necessidade especial por instituto.

Institutos/Planos	Auditiva	Física	Visual	Outras	Total de alunos por institutos/planos	Percentual de alunos por institutos/planos
Ibef	0	0	0	1	1	4,3
Iced	4	0	0	0	4	17,4
Iced	0	1	0	0	1	4,3
Iced	0	0	1	0	1	4,3
ICTA	1	0	0	0	1	4,3
IEG	0	1	0	0	1	4,3
Parfor	0	6	5	3	14	60,9
Total de alunos NE	5	8	6	4	23	100,0

Fonte: Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) - 2015

Segundo a Progep, são 14 servidores com algum tipo de deficiência, porém não foi especificado no levantamento o tipo de deficiência, apenas o setor de trabalho dentro da Ifes – (2) ICS, (1) Cerimonial, (3) DCS, (1) Ouvidoria, (2) iced, (1) IEG, (1) Proppit, (1) Protocolo, (1) Proad e (1) na Biblioteca. Contudo, deve-se considerar adequação física de todos os *campi* desta Universidade, atendendo ao Decreto nº 5.296/2004.

Aparato legal:

Decreto nº 5.296/2004, regulamenta as Leis nºs 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

ABNT NBR 9050 – normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Objetivo:

Garantir atendimento prioritário, imediato e diferenciado, às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações.

Diretrizes gerais:

Nas edificações existentes:

Realizar rebaixamento de bancada num trecho linear de 1,20 metro para altura ideal (75 cm) nos laboratórios onde há manipulação de microscópios ou análise de vidrarias, separação de amostras.

Instalar balcão de atendimento nas coordenações e secretarias acadêmicas. Deve apresentar trecho linear de 1,20 m com altura ideal (75 cm).

Internamente às edificações, executar rampa com inclinação adequada em desníveis acima de 1,5cm de altura.

No caso de mais de um pavimento, garantir circulação vertical por meio de rampa, elevador ou plataforma de percurso vertical.

Em rampas externas existentes que promovam chegada ao acesso principal aos blocos, garantir inclinação adequada à norma e elementos de segurança (guarda-corpo).

Executar piso tátil alerta e direcional em toda e qualquer rota acessível.

Circulações internas devem prover largura adequada, onde for possível, no caso de edificações onde as paredes requerem atenção na demolição (edificações antigas) – atentar para item 6.9.1.2 da NBR9050.

Circulações internas devem prover largura adequada, no caso de ambientes onde o mobiliário pode ser adaptado por redefinição de layout.

De modo geral, os corredores devem atender ao item 6.9.1 da NBR9050.

Em áreas externas:

Garantir rota acessível interligando a entrada principal dos *campi* aos blocos por meio de calçadas com pelo menos 1,20 metros de largura, com piso sem trepidação e com piso tátil.

Proteger adequadamente desníveis considerados perigosos, localizados próximos à rota acessível, por meio de guarda-corpos ou sinalização ambiental.

Onde for possível, executar cobertura, transformando os trechos mais longos em passarelas, alocando bancos para descanso.

Eliminar desníveis acima de 1,5 cm, executando rampas em rebaixamento de calçadas ou elevando o nível do trecho em questão.

Garantir vaga de estacionamento na proporção exigida pela norma, sempre sinalizada e com fácil acesso à calçada de acesso ao bloco.

No caso de vias, deve haver faixa de segurança, com calçadas rebaixadas.

Na elaboração de projetos novos:

Garantir o atendimento a todas as normas nacionais de acessibilidade existentes, principalmente no projeto arquitetônico.

Observar o atendimento às normas de proteção e combate a incêndio (ABNT NBR 9077), pois instruem resgate de pessoas com necessidades especiais.

Disposições Gerais:

Submeter projetos de reforma dos prédios existentes, assim como projetos dos prédios novos, ao Núcleo de Acessibilidade da Ufopa;

Garantir previsão orçamentária para as obras de reforma/adaptação com vistas à promoção de acessibilidade.

Providenciar ou adquirir transporte coletivo (intercampus) que possibilite acesso a cadeirante.

Garantir sinalização ambiental em todos os *campi*, com inscrições em Braille.

O Núcleo de Acessibilidade promoverá campanhas de sensibilização nas unidades administrativas sobre o atendimento a pessoas com deficiência.

Considerando as ações voltadas para a promoção de acessibilidade, verifica-se que de 2012 a 2015 avanços foram conquistados, principalmente referente à concepção dos projetos novos, uma vez que estes são definidos levando em consideração todas as legislações vigentes com vistas à promoção de acessibilidade.

Neste sentido, vários critérios de projeto foram respeitados, levando em consideração ambientes dotados de sanitários acessíveis, bancadas rebaixadas e rampas quando não há previsão de elevador ou plataforma de percurso vertical. A maioria dos prédios novos deve atender ao gabarito de quatro pavimentos diferentemente dos prédios térreos antigos desta Instituição.

Atualmente, intervenções são realizadas nos prédios mais antigos, na ocasião em que a Sinfra faz serviços de retificação de calçadas e construção de rampas, para garantir a exigência preconizada pelo Decreto nº 5.296/2004 e a NBR 9050. Existe ainda certa dificuldade de adaptação dos sanitários existentes, pois a reforma torna-se um tanto quanto complexa, afinal precisa garantir abertura adequada de porta, ampliação de área interna, circulação apropriada, cujas alterações alteram volumetria e estrutura do prédio existente. Mesmo assim, projetos destas adaptações estão sendo desenvolvidos na Diretoria de Obras e Projetos da Sinfra para execução gradual nos *campi* desta Universidade.

O projeto de infraestrutura do Campus Tapajós, sede da Universidade, com 103.000 m², contempla passarelas, faixas de seguranças, calçadas rebaixadas e rampas, criando rota acessível, prevendo chegada a todos os espaços. Sua conclusão estava prevista para o ano de 2014; no entanto, houve paralisação da obra gerando grande impacto para os transeuntes daquele campus, em virtude de calçadas e vias irregulares resultados dos serviços incompletos da obra. A

conclusão desta obra é considerada prioritária, devendo ser licitada novamente e com previsão para entrega em 2016.

Em 2014, foi constituído o Núcleo de Acessibilidade sob Portaria nº 1.376, de 18 de junho de 2014, vindo a tornar-se atuante em 2015, com vínculo direto à Proen, desta Universidade. O Núcleo discute e delibera sobre as prioridades elencadas. Espera-se avançar exponencialmente nas ações de promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência, física, auditiva, visual, mental e múltipla (associação de duas ou mais deficiências) e às pessoas com mobilidade reduzida, para garantir maior conforto a estes usuários.

9.4. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A partir da criação da Ufopa em 2009, definiu-se a criação do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ctic), com a responsabilidade de prover soluções de tecnologia da informação e comunicação para toda a comunidade da Ufopa. O Ctic tem como objetivo “planejar, coordenar e executar as atividades relativas à aplicação da tecnologia da informação e comunicação, visando à otimização dos processos na Ufopa, melhorando os serviços prestados à comunidade”.

Para que os objetivos estratégicos da Universidade sejam alcançados, faz-se necessário uma infraestrutura de tecnologia da informação adequada. Por conta disso, o acesso à Internet e a infraestrutura para fornecimento de serviços de Internet são componentes importantes nesse cenário.

Em 2009, a conexão de acesso à internet possuía uma velocidade de apenas 1 Mbps. Além disso, a conexão entre a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós era feita utilizando-se cabos telefônicos (DSL) para atender a um prédio onde funcionava a coordenação do curso de Física Ambiental (Figura 11).

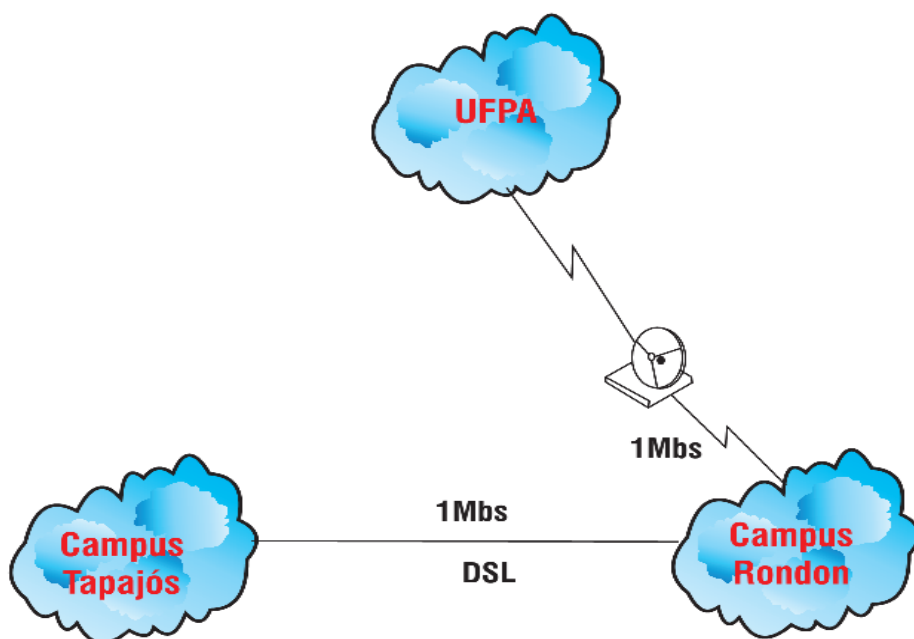


Figura 11 – Conexão de internet entre a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós.

Fonte: Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (Ctic) – Ano 2012

Os sistemas administrativos e acadêmicos utilizados eram mantidos e gerenciados de forma centralizada na universidade tutora (UFPA) pela sua equipe de servidores em Belém. A estrutura de TI da Ufopa, incorporada dos *campi* da UFPA e Ufra em Santarém, era inadequada para atender à demanda de uma nova Universidade em crescimento. Nesse sentido, várias ações foram realizadas no sentido de expandir a infraestrutura de redes, implantar uma estrutura básica de servidores para operacionalização dos serviços de internet, serviços acadêmicos e serviços administrativos, além da composição de um quadro inicial de recursos humanos para manter essa infraestrutura e serviços.

Atualmente, a Ufopa possui uma infraestrutura de rede local interligando as três Unidades em Santarém: Tapajós, Rondon e Amazônia, além de mais dois pontos de presença externos onde funcionam: o galpão do almoxarifado e salas destinadas aos institutos. O *backbone* da rede utiliza enlaces de fibra óptica por meio de Rede Metro-Santarém (rede metropolitana de Santarém inaugurada no início de 2014) e enlaces de rádio (Figura 12).

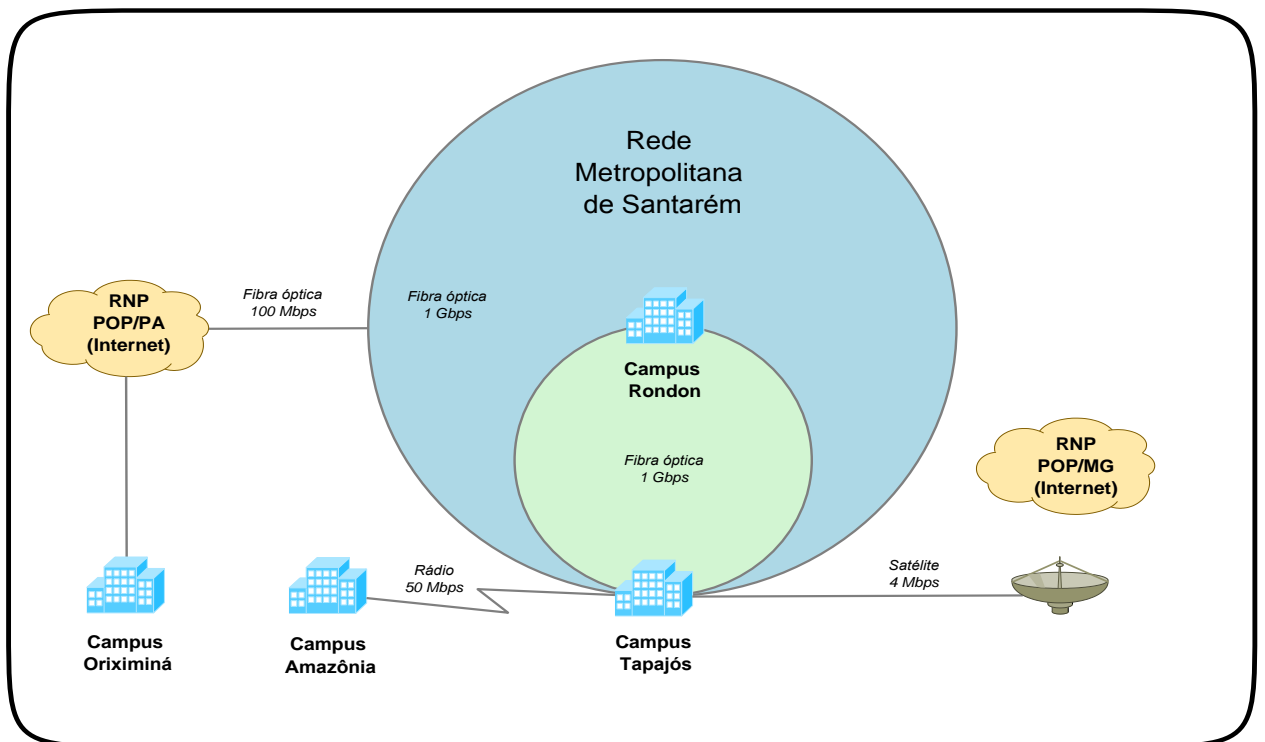


Figura 12 – Conexão atual de Internet entre as unidades da Ufopa

Fonte: Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (Ctic) – Ano 2015

A conexão para acesso à internet é centralizada no *Data Center* da Unidade Tapajós, o qual se conecta ao *backbone* da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), por meio de dois enlaces: uma conexão de 100 Mbps, utilizando-se conexão via fibras ópticas, inicialmente pela Rede Metropolitana de Santarém até o POP/PA (Ponto de Presença da RNP no Pará); e, em um segundo momento, por meio do enlace proveniente de uma conexão via satélite de 4 Mbps com o POP/MG (Ponto de Presença da RNP em Minas Gerais). O Campus de Oriximiná conta com um enlace diretamente conectado ao POP/PA e há previsão para ativação em 2015 de novos enlaces para os demais *campi* da Ufopa.

Ainda relacionado às redes de computadores, vale ressaltar que a Ufopa integra o consórcio da Rede Metropolitana de Santarém (Rede Metro-Santarém) com outras instituições, além de hospedar os equipamentos de núcleo desta rede no *Data Center* da Ufopa.

As iniciativas previstas para melhoria da infraestrutura de TI disponíveis na Ufopa são as seguintes (Quadro 17):

Quadro 17 – Iniciativas de infraestrutura – previsão de implantação.

Iniciativas	Previsão de aquisição/implantação		
	2015	2016	2017
Segmentação da rede institucional, por prédio, facilitando a gestão e possibilitando maior flexibilidade quanto à gerência dos recursos.	X		
Ampliação da rede sem fio segura (W-Ufopa) da Universidade, por meio da instalação de novos pontos de acesso em prédios ainda não atendidos.	SOB DEMANDA		
Implantação do serviço de telefonia VOIP.		X	
Implantação do servidor VPN (autenticação de usuários para acesso de periódicos Capes e outros serviços).	X		
Implantação do cabeamento estruturado em todo o campus da Ufopa.	SOB DEMANDA		
Projeto-piloto do novo IPV6.	X		
Ampliação da capacidade de armazenamento de disco.	X		
Ampliação das caixas de e-mail.	X		
Implantação da tecnologia RFID em alguns setores da Ufopa (Ex.: Biblioteca, Patrimônio/Almoxarifado, Controle Veicular, Identificação de Pessoal).			X
Revisão e homologação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	X		
Elaboração e homologação do Plano Diretor das Políticas de Segurança da Informação.	X		
Reestruturação organizacional do Ctic.		X	
Elaboração do regimento do Ctic.	X		
Mapeamento dos processos do Ctic.	X		

Fonte: Ctic, 2015

9.4.1. Sistemas SIG-Ufopa

O Ctic, diante do grande desafio de prover sistemas de apoio acadêmico e administrativo da Ufopa, buscou com as demais Ifes os melhores sistemas, já consolidados, para suprir as necessidades da Instituição. Nessa avaliação, destacaram-se os sistemas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, como fruto desse esforço, em 2010, foi firmado com essa instituição um termo de cooperação técnica em que a Ufopa, além de evitar um demorado e custoso desenvolvimento de um sistema próprio, passou a ter acesso ao código fonte dos sistemas SIG_UFRN, de modo a ter a liberdade de fazer as evoluções necessárias nos diversos módulos. Esse conjunto de sistemas passou a ser conhecido como SIG-Ufopa, o qual é composto da seguinte forma, a saber:

a) Sipac – Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos: Oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio desta Instituição. O Sipac integra totalmente a área administrativa

desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. No Sipac, cada unidade administrativa possui seu orçamento e a autorização de qualquer despesa, por unidade, deverá ocorrer, previamente, nesse sistema, antes mesmo de ser executada no Siafi. Além das requisições e do controle orçamentário, o Sipac controla e gerencia: compras, licitações, boletins de serviços, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos dentre outras funcionalidades. Por tudo isso, esse sistema representa grande avanço para a administração universitária, uma vez que permite o controle refinado dos procedimentos administrativos, os vinculados, inclusive, ao orçamento distribuído no âmbito interno. Atualmente, a Ufopa dispõe de 10 módulos implantados, que são eles: Protocolo, Catálogo de Materiais, Patrimônio, Compras, Liquidação de Despesas, Requisições, Almoxarifado, Contratos, Orçamento e Registro de Preço. Também já estão implantados:

a) SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos: Informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *on-line*, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o Sigepe (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno. Atualmente, a Ufopa conta com nove módulos implantados, que são eles: Plano de Saúde, Financeiro, Frequência, Serviços, Atendimento ao Servidor, Administração de Pessoal, Cadastro, Férias, Colegiado.

b) SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas: Informatiza os procedimentos da área acadêmica por meio dos módulos de: graduação, pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira que o Sipac, também disponibiliza portais

específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato sensu, stricto sensu e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente). Atualmente, encontram-se implantados os módulos de Graduação, *Strictu Sensu*, Biblioteca e Ouvidoria.

c) Sigadmin - Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação: O Sigadmin é a área de administração e gestão dos três sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sítios e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao Sigadmin. Atualmente, a Universidade tem o sistema implantado e em pleno funcionamento.

10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação é uma ação inerente a toda atividade humana e tem como pressuposto o binômio qualidade-avaliação. A Ufopa, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), formalizada pela Portaria nº 783/2012, empenha-se em desenvolver um constante movimento de reflexão de suas práticas educacionais, administrativas e gestoras, não somente para o atendimento das exigências legais em cenário nacional quanto às práticas de autoavaliação nas instituições de ensino superior, mas também por entender que esse movimento favorece o autorreferenciamento, considerando a compreensão da realidade pelos diferentes sujeitos do processo, propiciando seu envolvimento na gestão democrática e no planejamento e desenvolvimento de ações que contribuam para a qualificação dos serviços ofertados.

Sendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, a CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do Sinaes, de modo a contribuir com a aprimoramento do PDI e do PPI, subsidiando as ações de planejamento na Universidade.

Na Ufopa, a consolidação e a sistematização de informações institucionais contribuem com o processo de integração das ações de planejamento e de aprimoramento da gestão estratégica, com vistas à efetivação da missão institucional de “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia”.

A prática de autoavaliar-se contribui para a legitimidade pública institucional, possibilita a reflexão crítica, subsidia as ações de planejamento e, portanto, favorece a excelência acadêmica e gerencial.

A CPA atua de modo global (avaliação de todos os elementos que compõem a IES, de acordo com o estabelecido no art. 8º da Portaria nº 2.051/2004), buscando a padronização de conceitos, adotando metodologias e indicadores capazes de conferir significado às informações coletadas, como órgão legitimamente reconhecido por todos os segmentos da Universidade. Dessa forma, a atuação da CPA estará referenciada nas dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), a saber:

- Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.
- Dimensão 2 – Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão: explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão, incluídos os procedimentos de estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- Dimensão 3 – Responsabilidade social da instituição: contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES. Esta dimensão considera especialmente a contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade: identifica as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

- Dimensão 5 – Políticas de pessoal: explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.
- Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição: avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.
- Dimensão 7 – Infraestrutura física: analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES.
- Dimensão 8 – Planejamento e avaliação: considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo contínuo, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional.
- Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes: analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.
- Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira: avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Além disso, a Ufopa observa o disposto no § 1º do art. 7º da Portaria nº 2.051/2004, que determina que “as CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Educação Superior”. Os ciclos do Sinaes estão assim organizados:

Quadro 18 – Ciclos do Sinaes.

ANO DO SINAES	ANOS CIVIS
Ano I	2007, 2008, 2009
Ano II	2010, 2011, 2012
Ano III	2013, 2014, 2015

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA) – Ano 2012

Na perspectiva de adequar-se aos ciclos do Sinaes, a CPA da Ufopa organizou seu planejamento para a realização da autoavaliação institucional da seguinte maneira:

Quadro 19 – Cronograma de Avaliação de Disciplinas (CPA).

Ano	Período	Dimensão	Avaliadores
2013	Agosto/2013	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão (avaliação de disciplinas)	Professores e estudantes de cursos da Ufopa/ingresso a partir de 2011
	Setembro/2013	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão (avaliação de disciplinas)	Professores e estudantes de cursos regulares ativos e em extinção
2014	Janeiro/2014	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão (avaliação de disciplinas)	Professores e estudantes de cursos regulares
	Fevereiro/2014	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão (avaliação de disciplinas)	Professores e estudantes de cursos regulares

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA) – Ano 2014

Quadro 20 – Cronograma de avaliação das demais dimensões do Sinaes (CPA).

Ano	Período	Dimensão	Avaliadores
2014	Julho/2014	A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Responsabilidade social da Instituição. Comunicação com a sociedade. Políticas de pessoal. Organização e gestão da Instituição. Infraestrutura física. Planejamento e avaliação. Políticas de atendimento aos estudantes. Sustentabilidade financeira.	Professores e estudantes (graduação, pós-graduação), técnicos administrativos

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA) – Ano 2014.

10.1. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados serão elaborados pela CPA, atendendo às diretrizes e considerando as dimensões e indicadores instituídos pelo Sinaes/Conaes. A avaliação será operacionalizada por meio eletrônico, e os dados coletados serão sistematizados em planilhas e gráficos e consolidados em Relatório de Avaliação Institucional. Para que os resultados da avaliação institucional sejam de fato utilizados como ferramenta de gestão, a CPA fornecerá relatórios de avaliação estratificados por segmentos:

- Unidades Acadêmicas: Relatórios por instituto, por programa, por curso.
- Unidades Administrativas: Relatórios por pró-reitoria, por diretoria, por coordenação.

Na avaliação de disciplinas para cada professor, será emitido relatório individual acerca da avaliação feita pelos alunos a quem ministrou aulas no período letivo avaliado.

Cada segmento deverá elaborar o Plano de Providências para saneamento das fragilidades identificadas e apresentá-lo a seus respectivos pró-reitores. A implementação do Plano de Providências é responsabilidade do órgão colegiado ou do setor ao qual se refere.

O Relatório de Autoavaliação Institucional Anual, que apresentará os resultados consolidados da avaliação de toda a Instituição, será tornado público por meio do sítio eletrônico da Ufopa. Ressalte-se ainda a obrigatoriedade de apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional Anual ao Inep em período determinado pelo instituto.

Os indicadores que atingirem índices de aprovação menor que 70% serão considerados fragilidades, devendo ser saneados.

Não obstante, o setor de regulação vinculado à Proen atuará observando os pressupostos definidos pelos mecanismos de avaliação externa do MEC/Inep, buscando sempre a excelência dos empreendimentos institucionais e o pleno êxito no que se refere aos processos de registro/autorização dos cursos no sistema eletrônico do MEC, processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento institucional.

10.2. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDI

A Ufopa vivencia um momento de implantação e consolidação e, por consequência, ainda está estruturando sua metodologia de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento e desempenho institucional. Dessa forma, a Ufopa pretende, para os exercícios de 2015 e 2016, proceder da seguinte forma:

- 1) A avaliação e o acompanhamento da execução das metas do PDI serão supervisionados pela Proplan com a colaboração de representantes das Unidades Administrativas, por meio do programa “Channel”. “A Plataforma Channel é um software corporativo que promove o alinhamento das operações e projetos de uma instituição ao seu planejamento estratégico, proporcionando um ambiente completo e unificado de apoio à gestão” (<http://www.jexperts.com.br/category/pse/pse-pch/>). Essa ferramenta informacional, customizada para o interesse institucional, permite a inclusão das metas, indicadores e ações respectivas, que serão alimentadas e atualizadas constantemente por servidores devidamente cadastrados. Os relatórios emitidos servirão de base para avaliação e acompanhamento das ações executadas, comparando com o que foi planejado. Em conjunto, serão realizadas reuniões nas unidades, sob responsabilidade da Proplan, para análise e discussão dos resultados, verificando o grau de alcance das metas e possibilitando uma reflexão e reorganização dos esforços institucionais para que sejam alcançadas futuramente. Esses momentos serão divulgados, de forma transparente, a toda comunidade acadêmica.

Além do programa Channel, em fase de implantação, o qual propicia a geração de relatórios que permitem o acompanhamento do PDI e de sua utilização como ferramenta para embasar a avaliação da Instituição como um todo, a Ufopa já promove por meio do Sigaa, ao final de cada período letivo, a avaliação de disciplinas pelo discente.

A Ufopa realizou, por meio CPA, duas avaliações institucionais internas, conforme relatório da Comissão, sendo a primeira a avaliação de disciplinas; e a segunda a avaliação que contempla as dez dimensões do Sinaes. Atualmente, a CPA encontra-se na situação de recomposição de seus membros.

Destaca-se, ainda, que a Universidade não passou por nenhuma avaliação externa institucional e, dessa forma, não tem conceito comparativo para servir de

direcionamento das ações. No entanto, no que diz respeito à avaliação externa de cursos, a Ufopa vem se submetendo normalmente aos processos avaliativos de reconhecimento de cursos de graduação. Com efeito, a Ufopa propõe utilizar o resultado de avaliações internas e externas como ferramentas para direcionar as suas ações. O resultado do processo avaliativo visa fornecer aos gestores subsídios para promover a melhoria do desempenho institucional.

10.3. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

A Ufopa, visando à busca de soluções para as fragilidades apontadas pelos processos avaliativos, tem concentrado esforços para implementar ações saneadoras e garantir o cumprimento de sua missão.

Nessa perspectiva, os cursos que já passaram por avaliação elaboram seus planos de providências para trabalhar os pontos frágeis, apontados pelas comissões de avaliação do MEC/inep, e a CPA, por meio da análise de seus relatórios, orienta a gestão para a implementação de melhorias, visando a uma educação superior de qualidade na Ufopa. Além disso, a Proplan, que tem entre suas atribuições o acompanhamento do PDI, busca, de maneira integrada com as unidades da Ufopa, conjugar os resultados das avaliações e planejar rumos para o pleno cumprimento dos seus objetivos.

A Proplan, com base nos relatórios anuais das unidades da Instituição, atentando para a coerência com o PDI, pretende acompanhar quais metas foram alcançadas e quais não foram, para que sejam tomadas medidas cabíveis aos seus alcances em períodos determinados. A Proplan também pretende apresentar para a comunidade acadêmica o balanço desse acompanhamento em evento específico.

11. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 12.085/2009, que dispõe sobre a criação da Ufopa, prevê que os recursos para financiar despesas com pessoal, manutenção e investimentos são oriundos das dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos; doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas; recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito; resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei; receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da Ufopa, nos termos do Estatuto e do Regimento Interno; e taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

A atuação governamental é evidenciada por meio do Plano Plurianual (PPA), documento onde as políticas públicas estão organizadas por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, orientados por objetivos e iniciativas que refletem as ações que devem ser implementadas em determinado período.

As despesas são fixadas nas leis orçamentárias anuais por meio de ações orçamentárias específicas e vinculadas às iniciativas para a consecução dos objetivos previstos. Comumente, são despesas destinadas a três grupos de natureza: custeio de pessoal e encargos sociais (ativos, inativos e pensionistas); outros custeios (pagamento de benefícios aos servidores e seus dependentes, despesas contratuais com locação e manutenção de imóveis, energia elétrica, água, diárias, passagens, segurança, limpeza e conservação e todos os demais serviços necessários à manutenção da instituição); e capital (são recursos de investimentos destinados às obras e aquisições de equipamentos e materiais permanentes).

Dessa forma, o orçamento total da Ufopa é composto pelos recursos transferidos pelo Ministério da Educação (recursos do Tesouro), recursos diretamente arrecadados (recursos próprios) e receitas de convênios. Existe ainda a possibilidade da captação de recursos por meio da celebração de termos de cooperação (termos de execução descentralizada) entre órgãos do Governo federal.

O plano de investimentos da Ufopa fundamenta-se na consolidação da sua estrutura física, tecnológica e no desenvolvimento de ações de ensino de graduação, pós-graduação, produção de conhecimento inovador e gestão nos *campi* da Universidade, com recursos assegurados nas leis orçamentárias anuais.

O Plano de Gestão Orçamentária da Universidade é um instrumento de planejamento que tem por finalidade nortear a execução orçamentária dentro do exercício financeiro. Sua elaboração ocorre anualmente e tem início com a coleta de dados relativa às demandas das unidades gestoras. Os créditos orçamentários são distribuídos de acordo com critérios definidos internamente e em consonância com os valores prefixados pelo MEC.

Na Ufopa, compete à Proplan elaborar o orçamento anual da Universidade, nos termos da legislação aplicável, com base na priorização dos programas e ações previstos para execução pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas, em consonância com o PDI. É sabido que, para a manutenção do ponto de equilíbrio entre receitas e despesas, o orçamento muitas vezes sofre limitações, gerando impacto direto na atividade-fim da Instituição. Assim, atendendo aos anseios da região onde está inserida, a Ufopa busca, por meio da interação com a sociedade para o cumprimento de sua missão, firmar convênios e acordos com outras instituições para a garantia de sua sustentabilidade financeira.

Quanto à previsão orçamentária, a tabela abaixo apresenta os orçamentos que foram previstos para os exercícios de 2010 a 2014 e as projeções para os exercícios de 2015 a 2016. Estes dependerão de aprovações nos respectivos Projetos de Lei Orçamentária:

Tabela 26 – Previsão Orçamentária (em R\$) - Período: 2010-2016

Ano	Grupo de Despesa	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
2010	Custeio	10.247.868,00	4.672.799,00		19.840.083,00
	Capital			4.919.416,00	
2011	Custeio	35.293.135,00	21.495.278,00		97.242.640,00
	Capital			40.454.277,00	
2012	Custeio	36.232.240,00	25.455.151,00		86.868.551,00
	Capital			25.181.160,00	
2013	Custeio	37.818.120,00	28.718.966,00		91.770.440,00
	Capital			25.233.354,00	
2014	Custeio	52.174.426,00	35.128.108,00		168.942.534,00
	Capital			81.640.000,00	
2015*	Custeio	105.837.235,00	41.560.164,00		179.239.023,00

	Capital		31.841.624,00	
2016*	Custeio	88.081.430,00	41.679.281,65	186.527.103,74
	Capital		56.766.392,09	

Fonte: Diretoria de Planejamento (Diplan) – 2015

*Os valores apresentados são previsões estabelecidas pela equipe.

Universidade Federal do Oeste do Pará

www.ufopa.edu.br